

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ELVIS ALBERT ROBE WANDSCHEER

**RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS: MANIFESTAÇÕES E DINÂMICAS DO
FENÔMENO NOS ESPAÇOS RURAIS DE ITAARA E RESTINGA SECA - RS**

Porto Alegre – RS

2009

ELVIS ALBERT ROBE WANDSCHEER

**RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS: MANIFESTAÇÕES E DINÂMICAS DO FENÔMENO
NOS ESPAÇOS RURAIS DE ITAARA E RESTINGA SECA - RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

**Série PGDR - Dissertação nº 94
Porto Alegre - RS
2009**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

W245r

Wandscheer, Elvis Albert Robe

Residências secundárias : manifestações e dinâmicas do fenômeno nos espaços rurais de Itaara e Restinga Seca - RS / Elvis Albert Robe Wandscheer. – Porto Alegre, 2009.

137 f. : il.

Orientador: Marcelino de Souza.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Turismo rural : Itaara (RS). 2. Turismo rural : Restinga Seca (RS). 3. Desenvolvimento rural : Itaara (RS). 4. Desenvolvimento rural : Restinga Seca (RS). 5. Turismo : Espaço rural. I. Souza, Marcelino de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 338.48

ELVIS ALBERT ROBE WANDSCHEER

**RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS: MANIFESTAÇÕES E DINÂMICAS DO FENÔMENO
NOS ESPAÇOS RURAIS DE ITAARA E RESTINGA SECA - RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de Março de 2009.

Prof. Dr. Marcelino de Souza - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros
UFRGS

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, pelas inúmeras possibilidades a mim oferecidas no Curso, bem como em projetos e ações paralelas, das quais me orgulho de ter feito parte. Em particular, agradeço inicialmente ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR, que sempre incentivou e apoiou a turma 2007 e à agência de fomento CAPES, pelo apoio financeiro.

Aos poderes públicos dos municípios de Itaara e Restiga Seca e à Emater de Itaara pela disponibilidade de relevância para a realização do presente estudo. Agradeço aos representantes e demais colegas do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar - CECANE e do curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, pelas oportunidades de vivências e aprendizados.

Ao meu orientador, mas antes de tudo amigo Marcelino de Souza, pela amizade e cumplicidade, sempre conversando e auxiliando em minhas apreensões e dificuldades, apontando caminhos e proporcionando oportunidades. À sua participação, assim como à de todos os componentes do Grupo Mercados Não-Agrícolas Rurais cabe um agradecimento especial; sem a qual a trajetória acadêmica do Mestrado certamente não teria sido a mesma, pois as ações conjuntas, a amizade e as contribuições sempre foram marcas desse grupo, desde a sua implementação pelo professor Joaquim Anécio Almeida em Santa Maria/RS.

Aos professores Rosa Maria Vieira Medeiros, Eduardo Ernesto Filippi e Jefferson Andronio Ramundo Staduto que se dispuseram a compor a banca desta dissertação e que muito contribuíram para o presente trabalho, seja em disciplinas ministradas ou então, diretamente, em suas arguições. Agradeço e expresso a admiração que tenho pelo conhecimento demonstrado que os qualificaram a fazer parte da banca examinadora. Também agradeço aos demais professores e funcionários do PGDR pelas contribuições que direta ou indiretamente realizaram em minha trajetória.

Aos familiares, fica minha eterna gratidão, especialmente a minha mãe Sandra Beatriz Robe Wandscheer e ao meu pai Felipe Alberto Simm Wandscheer, que sempre procuraram me apoiar e se esforçaram, de várias formas, para me auxiliar no que fosse possível, em todos os momentos, apesar da distância. Aos meus avós (Louvane Robe, Sardy Robe, Eusébio Wandscheer e Lourdes Wandscheer), a Elfrene Wandscheer Torunski (e em memória de João

Paulo Torunski,) meus mais sinceros agradecimentos por toda preocupação dispensada, estando sempre presentes em minha vida, apesar de todas as dificuldades que não os impediu de colaborar e se fazer presentes em meu trabalho.

Aos tios Lizandra Jaqueline Robe e Sandro Rogério Lima dos Santos que juntamente com Charles Rogério, muito me auxiliaram, sendo novamente incansáveis nas assistências, sem esquecer tudo que fizeram anteriormente, comparecendo e auxiliando em todas as ocasiões.

À Paloma Dias Silveira, por todos os auxílios, juntamente a sua incomparável paciência e compreensão neste período, sobretudo na finalização do trabalho, merecendo um destaque especial nesta conquista.

Não poderia deixar de agradecer e oferecer a todos os amigos e companheiros da turma 2007 que discutiram, refletiram e questionaram, em momento adequado, e apoiaram, colaboraram e auxiliaram em todos os momentos possíveis. A todos eles um muito obrigado. Espero que “chimarriemos”, em breve, novamente, para não perdermos o costume, e que esta oportunidade continue servindo de pretexto para debates acerca de assuntos que nos motivem ou nos façam refletir sobre a sociedade que desejamos e projetamos, ou então, compartilhando ansiedades cotidianas.

Ao restante dos inúmeros amigos que “ficaram pelo caminho” na pequena e distante Horizontina ou em Santa Maria coração do Rio Grande do Sul, a todos lembro e dedico este trabalho pela eterna amizade, auxílios e entusiasmo que os caracterizaram como figuras inesquecíveis, cuja a convivência, tenho certeza, muito me fortaleceu para enfrentar as angústias e compartilhar realizações. Enfatizo que, no receio de esquecer alguém e na certeza de que acabaria por me alongar, optei por omitir nomes em particular.

Finalmente, ofereço, com gratidão, o presente trabalho a todos aqui citados, direta ou indiretamente.

É possível uma dupla combinação do mundo com o homem: de dentro deste, como seu horizonte, de fora, como seu ambiente[...] De dentro de minha participação real na existência, o mundo é um horizonte da minha consciência atuante, operante (Mikhail Bakhtin, 2003).

RESUMO

A dinâmica da sociedade contemporânea, no espaço rural, apresenta uma série de mudanças em relação àquele espaço que contemplava tão somente o setor produtivo. A nova realidade do rural aponta para um caminho ainda sendo traçado e que, não raro, não encontra rumos precisos e passíveis de definição concisa, na qual o rural e a agricultura não se constituem mais em sinônimos e as transformações e diversificações nos cenários rurais envolvem novas demandas e problemáticas, como a conservação da natureza, arquitetura e outros tantos elementos de um passado em que se projeta uma outra velocidade dos eventos no tempo. Muito embora o fenômeno de residências secundárias não se constitua num evento especialmente recente, se destacam os novos contornos que o mesmo tem apresentado frente aos espaços nos quais as residências secundárias encontram-se alocadas, sobretudo no âmbito do rural. As variadas e complexas relações com o espaço expressam, direta e indiretamente, uma série de implicações na dinâmica das mesmas, repercutindo nas múltiplas relações econômicas, sociais, ambientais, culturais e, por conseguinte, repercutindo na esfera político-administrativa. Diante desta perspectiva, o objetivo da presente pesquisa consiste em examinar as mobilidades espaciais de residências secundárias, no meio rural, em seus distintos fluxos, de forma a contemplar as distintas nuances, ações, interações e integrações com os espaços enfocados, bem como, as distintas manifestações dessas mobilidades nos mesmos. A pesquisa foi realizada nos municípios de Itaara e Restinga Seca, no Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, que contemplam os fluxos de visitação de finais de semana e de veraneio, respectivamente. Metodologicamente parte-se da pesquisa bibliográfica, realizando-se, posteriormente, a coleta de dados, na qual utilizaram-se questionários aplicados a 86 visitantes e entrevistas com os gestores públicos municipais (2 em cada Município), iniciativa privada (6 em cada Município) e comunidade local (7 em Itaara e 4 em Restinga Seca). Posteriormente, delineou-se uma análise de caráter analítico-descritiva, utilizando o software SPSS 12 a fim de tabular os dados, bem como realizou-se a transcrição das entrevistas com vistas a alcançar os objetivos propostos. Os resultados permitem tecer considerações acerca do fato de o fenômeno de residências secundárias já se constituir numa realidade nos municípios de Itaara e Restinga Seca o que, portanto, afeta positiva e negativamente o local, necessitando, assim como em outros espaços de residências secundárias, de ponderações a respeito dos mesmos, a fim de construir de estratégias de maximização dos benefícios e minimização dos impactos negativos. Em função da forma pela qual o fenômeno das mobilidades materializa-se no espaço, salienta-se a relevância das periodicidades, já que não apresentam impactos de mesma ordem os fluxos de finais de semana e os de veraneio, divergindo em intensidade e heterogeneidade na forma que atuam no espaço e relacionam-se com o seu entorno. Mesmo diante destas realidades, constatou-se que, em ambos, as iniciativas ainda não contemplam estratégias e planejamentos capazes de dar conta da problemática das residências secundárias e, por isso, carecem de planejamento e ações a longo prazo, resguardadas as especificidades locais, com respostas eficientemente oferecidas aos problemas emergentes no seu contexto.

Palavras-chave: Residências Secundárias - Mobilidades Espaciais - Fluxos de Finais de Semana e de Veraneio - Espaços Rurais

ABSTRACT

The dynamics of the contemporary rural society presents a series of changes concerning the previous space that regarded only the productive sector. The new rural reality points to a new way that is yet being traced, and that not necessarily encounters precise and briefly defined directions. So the rural and the agriculture are not more synonyms and the transformations and diversifications in the rural scenario involve new needs and troubles, as the nature conservation, the architecture, and other passed elements which are projected in a different speed. Even that the phenomenon of secondary homes is not a recent event, it now presents new outlines in front of the allocation space, specially in the rural scope. The variable and complex relationships with the space directly and indirectly express a series of implications in their dynamics, which spread in the multiple economic, social, environmental, cultural and hence politic-administrative relationships. In front of this perspective, the aim of this study is to shed light in the spatial mobility of secondary rural homes, in its distinct flows, regarding its distinct aspects, actions, interactions and integrations with the focalized spaces, and comprehending the distinct manifestations it has in each place. The search was conducted in Itaara and Restinga Seca (cities placed in Rio Grande do Sul state – Brazil), focalizing the weekend and summer flows, respectively. Methodologically, we initiated with a bibliographic search, which was followed by the data collection. This was conducted through question-forms applied to 86 visitors, as well as through interviews with municipal administrators (two in each city), with the private initiative (six in each city) and with the local community (seven in Itaara and four in Restinga Seca). Afterwards, we performed an analytic-descriptive analysis as implemented in the SPSS 1.2 software, in which we tabulated the data and accomplished the transcription of the interviews. The obtained results allow conducting some considerations about the fact that the secondary homes phenomenon already constitutes a reality that affects positive and negatively the cities of Itaara and Restinga Seca. Actually, this event needs a series of reflections, so that we can construct strategies able to maximize its benefits and minimize its negative impacts. As a consequence of the way this mobilization phenomenon occurs in space, we can detach the importance of the periodicity: the weekend and summer flows do not present similar impacts, diverging in the intensity and in the homogeneity in which they act in the space and also in the way they relate with the surroundings. Even with these difficulties, we could realize that in both cases the initiatives do not yet regard strategies and plannings able to resolve troubleshoots related to secondary homes. They lack long term actions, which could protect the local specificities, and offer efficient answers to the emergent troubles.

Keywords: Secondary homes - Spatial motilities - Weekend and summer flows - Rural space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Denominações atribuídas às residências secundárias.....	20
Figura 1. Mapa de localização da área em estudo.....	22
Figura 2. Novas relações e atividades no mundo rural.....	34
Quadro 2. Esquema síntese de impactos de residências secundárias no espaço.....	44
Figura 3. Paisagem do município de Itaara.....	57
Figura 4. Paisagens do balneário da praia de Tunas no município de Restinga Seca.....	59
Gráfico 1. Distribuições das Residências Secundárias, de acordo com o tempo de existência no município de Itaara.....	62
Gráfico 2. Distribuições das Residências Secundárias, de acordo com o tempo de existência no município de Restinga Seca.....	63
Gráfico 3. Estrutura das Construções de Residências Secundárias em Itaara.....	64
Gráfico 4. Estrutura das Construções de Residências Secundárias em Restinga Seca.....	64
Figura 5. Residências Secundárias de proprietários, em Itaara (à esquerda) e em Restinga Seca (ao centro) e de locatário, em Restinga Seca (à direita).....	66
Gráfico 5. Fluxos em Itaara.....	68
Gráfico 6. Fluxos em Restinga Seca.....	69
Gráfico 7. Distância e número de ocorrências no município de Itaara.....	69
Gráfico 8. Distância e número de ocorrências no município de Restinga Seca.....	69
Gráfico 9. Tempo de permanência dos visitantes de Itaara nas residências secundárias.....	70
Gráfico 10. Tempo de permanência dos visitantes de Restinga Seca nas residências secundárias.....	70
Gráfico 11. Freqüência dos deslocamentos de residências secundárias ao ano.....	72
Figura 6. Esquema de relação entre distâncias e as mobilidades no espaço.....	73
Figura 7. Croqui-Esquema de relação entre distâncias e as mobilidades espaciais nos limites físicos da área em estudo.....	74
Figura 8. Adaptação do Modelo de Lundgren (1974).....	74
Gráfico 12. Rendas Médias per capita dos Visitantes nos municípios de Itaara e Restinga Seca.....	83

Gráfico 13. Rendas per capita de Restinga Seca apresentada na Média Total e segundo as divisões entre Proprietários, Locatários e Visitantes que realizam Empréstimo.....	84
Gráfico 14. Avaliação dos gastos pelos visitantes.....	86
Gráfico 15. Local dos gastos dos visitantes das residências secundárias.....	87
Figura 9. Feirita - Associação dos produtores rurais de Itaara.....	89
Figura 10. Balneário em Itaara.....	99
Figura 11. Depósito irregular de lixo em Restinga Seca.....	101
Figura 12. Depósito irregular de esgoto em Restinga Seca.....	102
Gráfico 16. Gastos com Impostos efetuados pelos proprietários de Residências Secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição, segundo as condições de ocupações das Residências Secundárias, nos municípios de Itaara e Restinga Seca, pelo número de questionários.....	67
Tabela 2. Distribuição, segundo as condições de ocupações das Residências Secundárias, nos municípios de Itaara e Restinga Seca, pelo número de indivíduos.....	68
Tabela 3. Média de indivíduos ocupantes de cada residência secundária, nos municípios de Itaara e Restinga Seca.....	69
Tabela 4. Município de origem da mobilidade espacial a Itaara.....	70
Tabela 5. Município de origem da mobilidade espacial a Restinga Seca.....	71
Tabela 6. Sexo dos Visitantes de Itaara e Restinga Seca.....	78
Tabela 7. Sexo dos Visitantes das Residências Secundárias.....	78
Tabela 8. Estado Civil dos Visitantes das Residências Secundárias de Itaara e de Restinga Seca.....	79
Tabela 9. Estado Civil dos Visitantes das Residências Secundárias.....	79
Tabela 10. Idade dos Visitantes das Residências Secundárias de Itaara e Restinga Seca.....	80
Tabela 11. Idade dos Visitantes das Residências Secundárias.....	80
Tabela 12. Ocupação dos Visitantes das Residências Secundárias de Itaara.....	82
Tabela 13. Ocupação dos Visitantes das Residências Secundárias de Restinga Seca.....	83
Tabela 14. Condição de ocupação nos municípios de Itaara e Restinga Seca.....	84
Tabela 15. Níveis de instrução dos visitantes de Itaara e Restinga Seca.....	85
Tabela 16. Níveis de instrução em relação à característica dos visitantes como proprietários, locatários ou que realizam empréstimos de Residências Secundárias em Restinga Seca.....	86
Tabela 17. Médias de Gastos dos Visitantes de Residências Secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca.....	89
Tabela 18. Contratações de serviços no município de Itaara.....	97
Tabela 19. Contratações de serviços no município de Restinga Seca.....	97
Tabela 20. Quantidade de contratações de serviços no município de Itaara.....	98
Tabela 21. Tipo de contratações de serviços no município de Itaara.....	98
Tabela 22. Tipo de contratações de serviços no município de Restinga Seca.....	99
Tabela 23. Origem das contratações de serviços no município de Itaara.....	99

Tabela 24. Origem das contratações de serviços no município de Restinga Seca.....99

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. METODOLOGIA	25
2.1. Coleta de dados.....	26
2.2. Análise dos dados.....	30
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	33
3.1. Turismo Rural na modalidade de Residências Secundárias.....	41
3.2. Apontando impactos: Uma breve revisão.....	43
3.2.1. Impactos Positivos.....	44
3.2.2. Impactos Negativos.....	50
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
4.1. As Paisagens de Itaara e Restinga Seca: atrativos e peculiaridades de espaços que abrangem residências secundárias.....	57
4.1.1. As Paisagens de Itaara.....	57
4.1.2. As Paisagens de Restinga Seca.....	60
4.2. Caracterização das residências secundárias.....	63
4.3. Caracterização dos Fluxos de Finais de Semana e de Veraneio em Direção às Residências Secundárias.....	68
4.4. Caracterização dos Usuários das Residências Secundárias.....	77
4.5. Dinâmicas de Consumo nos Espaços de Residências Secundárias.....	88
4.6. Alternativas de Ocupação e Complemento de Renda em Espaços de Residências Secundárias.....	96

4.7. Implicações das Residências Secundárias: A Iniciativa Privada e o Poder Público.....	100
5. CONCLUSÕES.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
APÊNDICES.....	117
Apêndice A – Modelo de Lundgren (1974).....	118
Apêndice B – Representação de fluxos turísticos e zonas de localização de residências secundárias.....	119
Apêndice C – Folha explicativa da pesquisa.....	121
Apêndice D – Questionário aplicado aos visitantes.....	122
Apêndice E – Entrevista com a comunidade.....	126
Apêndice F – Entrevista com a iniciativa privada.....	127
Apêndice G – Entrevista com o poder público.....	129
Apêndice H – Categorias de análise específicas à comunidade, à iniciativa privada e ao poder público.....	132
Apêndice I – Categorias de análise para a comunidade, a iniciativa privada e o poder público.....	133
ANEXOS.....	134
Anexo A – Imagens de Itaara.....	135
Anexo B – Imagens de Restinga Seca.....	136

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo visto como uma totalidade em movimento, o espaço pode ser visto como uma forma-conteúdo, forma que não pode ser separada do conteúdo e vice-versa, confundindo objetos e ações, mediante uma intencionalidade, em um permanente movimento de dissolução e recriação do sentido, produzindo e reproduzindo o espaço como um híbrido (SANTOS, 2004, p. 24-25).

As mudanças pelas quais a sociedade contemporânea passou, no século XX, sobretudo em sua reestruturação, no último quarto do século XIX, forjou um novo significado ao termo *tempo* e logo, fomentou reflexões mais amplas sobre o período em que as pessoas podem e têm cada vez mais buscado destinar a outros fins que não dizem respeito ao trabalho e à sua qualificação profissional. Também, a demanda gerada pelo maior fluxo de informações, em função das tecnologias da informação e comunicação, modificaram os próprios tempos e ambientes de trabalho.

Não obstante a essa realidade, outro fato igualmente relevante, e ao mesmo tempo complementar, refere-se à urbanização ocorrida nas distintas sociedades¹, inclusive aquelas situadas na “periferia” do sistema capitalista, dentre as quais pode-se salientar a brasileira. Tal quadro repercutiu no cotidiano urbano dessas sociedades, influenciando modos de vida, de produção, de consumo, e mesmo, das próprias relações humanas.

Depara-se, em tais sociedades, com *stress* que afeta indivíduos que habitam grandes e médios centros urbanos, como, por exemplo, o *stress* gerado pela dificuldade de deslocamento e execuções de simples ações do dia-a-dia (tal como a espera em filas de atendimento) devido aos grandes congestionamentos e impossibilidade de sanar as demandas de uma significativa parcela de pessoas.

Em resposta a essa realidade que norteia o tempo e seu uso, bem como as problemáticas intrínsecas às novas demandas do século XXI, as pessoas cada vez mais têm efetuado investimento(s) pessoal(is) e/ou familiar(es) no intuito de buscar outros espaços,

¹ Conforme destaca Singer (2008, p. 71): [...] não é difícil perceber que a urbanização se acelera naqueles países cuja estrutura econômica está sofrendo transformações pelo desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, que são necessariamente praticadas a partir de uma base urbana [...] está correlacionada com o desenvolvimento das forças produtivas. É preciso notar, porém, que a velocidade do processo também sofre a influência do crescimento da população, que se acelerou na América Latina depois da última Grande Guerra, e dos fatores de expulsão que atuam nas zonas rurais produzindo fluxos de migração urbana.

outras configurações espaciais e paisagens que repercutam em outras visões, que fujam aos padrões habituais anteriormente abordados. Essas visões, não raro, caracterizam-se por paisagens rurais que se pautam na diversidade dos potenciais naturais², históricos, patrimoniais³ e culturais⁴, assim evidenciada por Graziano da Silva (1996, p. 189):

[...] o campo brasileiro não pode mais ser caracterizado como um espaço eminentemente agropecuário; ao contrário, ganham importância outras dimensões, como as de moradia, de transformação industrial e inclusive as não-produtivas no sentido estrito do termo, como o lazer e a preservação ambiental.

Cabe salientar que esse fenômeno não se constata como inteiramente novo, na sociedade rural, dado que muitas dessas dimensões já possuem registros que datam de experiências há mais de século existentes no campo. Contudo, já há algum tempo, o mesmo perdera a particularidade de manifestação pontual e existente diante de uma circunstância peculiar, além disso, a própria maneira com que se manifesta, ganhando expressão cada vez mais ampla e pujante, confere ao mesmo um novo valor, uma ressignificação, bem como a sua inserção em espaços onde há alguns anos não era imaginado.

[...] muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no País, mas não tinham, até recentemente, importância econômica. Eram atividades de “fundo de quintal”, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes [...] Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços e com as atividades decorrentes da prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um amplo

² Para Magro In: Riedl; Almeida; Viana (2002, p. 142): “A influência que os recursos naturais na sua forma mais primitiva, exercem sobre as pessoas é relevante e determina a seleção do que se quer ou não para si. A opção pode ser de aproximação ou ao contrário de rejeição, dependendo do perfil e das experiências anteriores experimentadas. Em geral, as pessoas querem e buscam experiências no meio rural onde tenham um maior contato com o ambiente natural e de preferência possam testar a si próprias e superar limites”.

³ Czerny In: Almeida; Souza (2006, p. 181) frisa que: “Por el patrimonio se considera no todo lo que nos han dejado nuestros antepasados sino sólo una parte de esto, considerada por las generaciones que los siguen como lo suyo y necesario [...] por el patrimonio se puede entender tanto el fenómeno espacial como sectorial, o sea lo que este relacionado com vários tipos de la actividad del hombre”.

⁴ Conforme Yáziqi (2002, p. 45) *apud* Unesco 1982: “Cada cultura representa um corpo único e insubstituível de valores, posto que as tradições e formas de expressão de cada povo se constituem em sua maneira mais efetiva de demonstrar sua presença no mundo. Por isso a afirmação da própria identidade contribui para a liberação dos povos”.

conjunto de atividades de “nichos de mercado” (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 6).

No bojo dessas dimensões encontra-se a ressignificação da *ruralidade*, inteirado como enfoque contrário à visão dicotômica Rural-Urbana⁵. Trata-se de abordar o espaço rural levando-se em conta as novas características nele imbricadas, mantendo-se muitos dos atores (sobretudo aqueles voltados à agricultura familiar) e agentes (tal qual o poder público) anteriormente conhecidos e tradicionalmente expressos no cerne da paisagem⁶ rural. Contudo, agora contemplando inserções de novos agentes (como os habitantes urbanos, em suas demandas pelo rural e seus produtos) e, tão logo, expressando as novas visões norteadoras do meio rural, visões estas que abarcam novos valores, oriundos das transformações e novas necessidades da sociedade contemporânea.

Ao encontro dessa abordagem, Schneider e Blume (2004, p. 111) vislumbram essa realidade da seguinte forma:

[...] há uma discussão em curso sobre a ruralidade, que vem mobilizando estudiosos, pesquisadores e instituições. Este debate pode ser dividido em duas perspectivas distintas, mas não antagônicas entre si. A primeira focaliza mais os aspectos demográficos e econômicos e propõe que se analise de modo separado a dinâmica social do espaço rural dos processos econômicos e produtivos da agricultura ou da atividade agrícola stricto sensu. Ou seja, a ruralidade seria muito mais ampla e complexa do que a atividade econômica agrícola que é praticada. A segunda perspectiva de análise da ruralidade centra-se mais acentuadamente nos aspectos sociológicos e etnográficos relacionados às formas de construção e redefinição das identidade sociais, da cultura, da sociabilidade[...]

⁵ Esta visão oriunda do período pós-industrialização comumente passou a abarcar o rural como espaço de atraso, ao passo que o urbano é visto como local de modernidade, na qual se inserem as inovações, conforme Ramos (2001): “A visão de que “rural” é sinônimo de rústico ou de atraso tem enraizamento cultural: como observado em Cuéllar (1997, p. 288), “na virada do século, os pensadores clássicos da modernidade tratavam a cidade como uma criação cultural e como um motor do desenvolvimento (Max Weber, Georg Simmel)”. Cabe atentar para o fato de que, em português, os termos civilização e urbanização conduzem à conclusão de que civilizado é o “cidadão”, ou seja, o habitante da cidade - o “indivíduo que goza dos direitos civis e políticos de um Estado”.

⁶ Na Geografia ocidental contemporânea paisagem é entendida como produto visual de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocupar um espaço, pode ser cartografada em escala macro ou de detalhe, e classificada de acordo com um método ou elemento que a compõe. Paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele; algo como um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial (Maximiliano, 2004, p. 83).

Portanto, a nova ruralidade constitui-se numa abordagem diferenciada⁷, sendo muito mais a percepção de que, atualmente, velhos espaços passaram a conferir novos *valores* e a compreender *distintas funções*, abarcando elementos que orientam determinados enfoques referentes à ruralidade e, ao mesmo tempo, consolidam ideias ou acepções que contemplam questões que envolvem abstrações e que estão, sobretudo, norteados pelo enfoque ao qual o observador, principalmente o habitante citadino volta seus olhares.

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural [...] somente como agrário. E mais: o emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e de sua expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. O conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro [...]. É óbvio que não se quer negar, com isso, o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que, além de arroz, feijão, carne e dos “bóias-frias” e fazendeiros, o mundo rural está criando outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento [...] Ou seja, o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra [...] (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 29).

Tão logo, vislumbram-se no espaço rural demandas de atividades, ocupação e organização do espaço não restritas somente ao âmbito da produção agrícola, nem tampouco à prática da especulação imobiliária. Surgem outras formas de refletir e analisar o mesmo integrado aos fenômenos que o cercam. Essas análises abarcam a multifuncionalidade⁸ do rural e a pluriatividade⁹ no rural contemporâneo, dentre as quais a mobilidade espacial exerce um papel de destaque frente a essas dinâmicas.

⁷ Ainda que alguns autores como Schneider; Blume (2004) chamem a atenção para vertentes que discordam dessa suposta novidade, uma vez que argumentando quanto a temas do passado, afirmam que determinadas questões permanecem, até os dias de hoje, inalteradas.

⁸ De acordo com Almeida (2003, p. 457): “[...] a abordagem multifuncional da agricultura abre a atividade agropecuária a possibilidade de repensar radicalmente a forma de conceber o desenvolvimento rural que passa de uma visão setorial para uma visão integrada, coletiva e com ligações com outros setores da sociedade”.

⁹ Conforme Schneider (2003, p. 77-79) a expressão consiste numa: “[...] referência analítica à disseminação do fenômeno da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas [...] Desse modo, a noção de pluriatividade, apesar de polêmica, vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural”.

Nesse contexto, a permanência e o crescimento de atividades rurais não-agrícolas, mesmo diante da gama de controvérsias que norteiam sua discussão¹⁰ cada vez mais se expandem e ganham novos enfoques na literatura rural, sobretudo a brasileira.

Em vista dessa realidade, o rural contemporâneo demonstra englobar uma série de atividades, patrimônios e práticas sócioespaciais complexas e multifacetadas que interagem na organização sócioespacial, interligando as esferas e dinâmicas endógenas e exógenas, dentre as quais, as residências secundárias constituem-se numa destas demandas.

Os termos utilizados para se referirem ao mesmo fenômeno de residências secundárias se apresentam de forma diferenciada na literatura nacional e internacional e “observamos que, apesar da definição técnica do IBGE, a residência secundária ou segunda residência é um conceito amplo e complexo que, pela profusão de termos restritivos [...] ainda carece da falta de um consenso terminológico (ASSIS, 2003, p. 5)”.

Em geral, as abordagens acerca do assunto concordam em alguns aspectos, tais como o fato de constituírem-se em propriedades privadas, utilizadas temporariamente, em dados períodos, por pessoas que residem em outros locais, na maioria das vezes em outros Municípios.

Comumentemente salientam, ainda, que o uso desse tipo de residência envolve uma variedade de aspectos, tais como: o deslocamento de pessoas, ocupação de domicílios de forma não permanente, geração de oportunidades e ampliação da infraestrutura (nos espaços de suas manifestações), periodicidade de circulação de capitais, interações e inter-relações entre indivíduos, além de impactos de diversas ordens ao ambiente (tanto positivos como os cuidados e a preservação, quanto negativos, nos dejetos, por exemplo), vindo a, inclusive, ocasionar mudanças substanciais quando de sua instalação.

Assim, portanto, apresentam-se algumas abordagens que destacam as variadas formas pelas quais tal fenômeno é apresentado, tomado como sinônimo, ou ainda, utilizado como termo complementar, buscando-se assim, introduzir alguns aspectos fundamentais à sua definição, conforme se verifica no quadro 1.

¹⁰ Ver em Schneider (2003, p. 9).

DENOMINAÇÃO	TERMINOLOGIA
Residência Secundária	Designa um fenômeno de deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, famílias ou grupos de pessoas que, principalmente por motivos de recreação e descanso, saem do seu local de residência habitual. Podem apresentar localizações geográficas pontuais ou diversificadas e, não raro, localiza-se no espaço rural, dada a busca atual pelo ambiente natural, ou seja, uma troca da paisagem urbana por uma paisagem natural.
Segunda Residência	Termo empregado com a mesma finalidade do anterior, apresentando apenas uma inversão das palavras. Assim como o termo anterior, os dois contemplam os usos mais frequentes, ou de uso corrente, principalmente em trabalhos no âmbito acadêmico.
Vivienda Secundária	Termo utilizado com a mesma definição que as duas anteriores, contudo fazendo uso da palavra “vivienda” que tem o sentido de domicílio, moradia ou habitação.
Meios de Hospedagem	Designa um fenômeno antigo e universal voltado a um alojamento turístico, no qual a residência secundária constitui-se em uma delas.
Múltiplas Residências	Denomina um fenômeno recente voltado a facilitar várias necessidades urbanas contemporâneas, sobretudo aquelas voltadas à satisfação das necessidades de ócio.
Casas de Temporada	Utilizado para residências visitadas em um período de tempo específico, sem residentes fixos.
Hospedagem no Meio Rural ou então Casa de Campo, Rancho, Sítio ou Chácara de Lazer	Refere-se a residências secundárias, no espaço rural, utilizadas em períodos de tempo livre, por pessoas que não residem nesses locais.
Casas de Veraneio ou de Férias (Obs.: Pode ainda ser denominado quando não sendo no meio rural, como praia, chalé ou cabana)	Termo que se refere à ocupação por um dado período de tempo, apresenta, comumente, uma certa frequência ao longo do ano.

Quadro 1. Denominações atribuídas às residências secundárias

Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.¹¹

Independente da terminologia utilizada, destaca-se que esta é uma modalidade de alojamento cada vez mais demandada, perfazendo uma modalidade espacial peculiar e que atribui e relaciona-se estreitamente com o espaço, produzindo relações que incidem em distintas esferas no âmbito local.

Relativamente ao paradigma da residência secundária, e para além do que já foi dito, ainda há muito a investigar. No caso de se concluir que este fenómeno é uma benção, há que traçar estratégias para o seu desenvolvimento. Caso contrário, é de ensaiar algumas medidas inibidoras, nomeadamente fiscais, mas também ao nível da concepção dos espaços residenciais do quotidiano, tentando oferecer condições de vida que conduzam à realização pessoal nesses locais, oferecendo cenários que tradicionalmente se têm procurado fora da cidade, diminuindo, dessa maneira, a necessidade de evasão [...] Mas estas análises precisam de maior aprofundamento para não parecerem ficar, quem sabe, perto da utopia. Acima de tudo, a residência secundária interliga-se com um conjunto de circunstâncias dinâmicas, nomeadamente do âmbito social, cultural, económico e bio-psicológico e não há necessariamente que decidir por uma conclusão (maldição ou benção). Pelo contrário, cada caso (ou caso-tipo) mostrará as suas virtualidades, ou não, que os vários estudos poderão esclarecer (SAMPAIO, 2000, p. 140).

Dessa forma, no intuito de melhor compreender as mobilidades espaciais no espaço rural por meio das residências secundárias nos fluxos de finais de semana e de veraneio formularam os seguintes questionamentos: Quais são as características desses distintos movimentos espaciais e os motivos de sua manifestação? Quais são e como se apresentam os distintos impactos, ocasionados pelas mobilidades espaciais oriundas das residências secundárias? Como se expressam as interações e integrações existentes entre as mobilidades oriundas das residências secundárias e o espaço rural pelos diversos atores e agentes (visitantes, comunidade e poder público juntamente com a iniciativa privada)?

Tal abordagem far-se-á em contraposição à visão de rural como periferia espacial¹², tomando como base as manifestações do fenómeno nos municípios de Itaara¹³ e Restinga Seca¹⁴

¹¹ A elaboração da presente tabela englobou distintas denominações existentes nas obras referentes à temática de residências secundárias constante em obras tais quais Tulik (2001), McHugh *et al.* (1995), Solsona (1999) apud Martinez; Monzonís (s/d), Sampaio (2000), Assis (2003) e Coláz & Cabrerizo (2004) no intuito de demonstrar terminologias mais comuns nas abordagens do fenómeno da residência secundária e/ou relacionados à temática.

¹² Ao encontro da abordagem disponível em WANDERLEY (2008).

¹³ De origem Tupi-Guarani, seu nome significa “*Pedra Alta ou Altar de Pedra*”, a sua área territorial é de aproximadamente 172,4 Km² e altitude média de 425 metros (IBGE, 2007). Faz limites com os municípios de Julio

e tendo o município de Santa Maria como seu principal pólo emissor, ambos os municípios estão situados no estado do Rio Grande do Sul - Brasil conforme pode ser visualizado na figura 1.

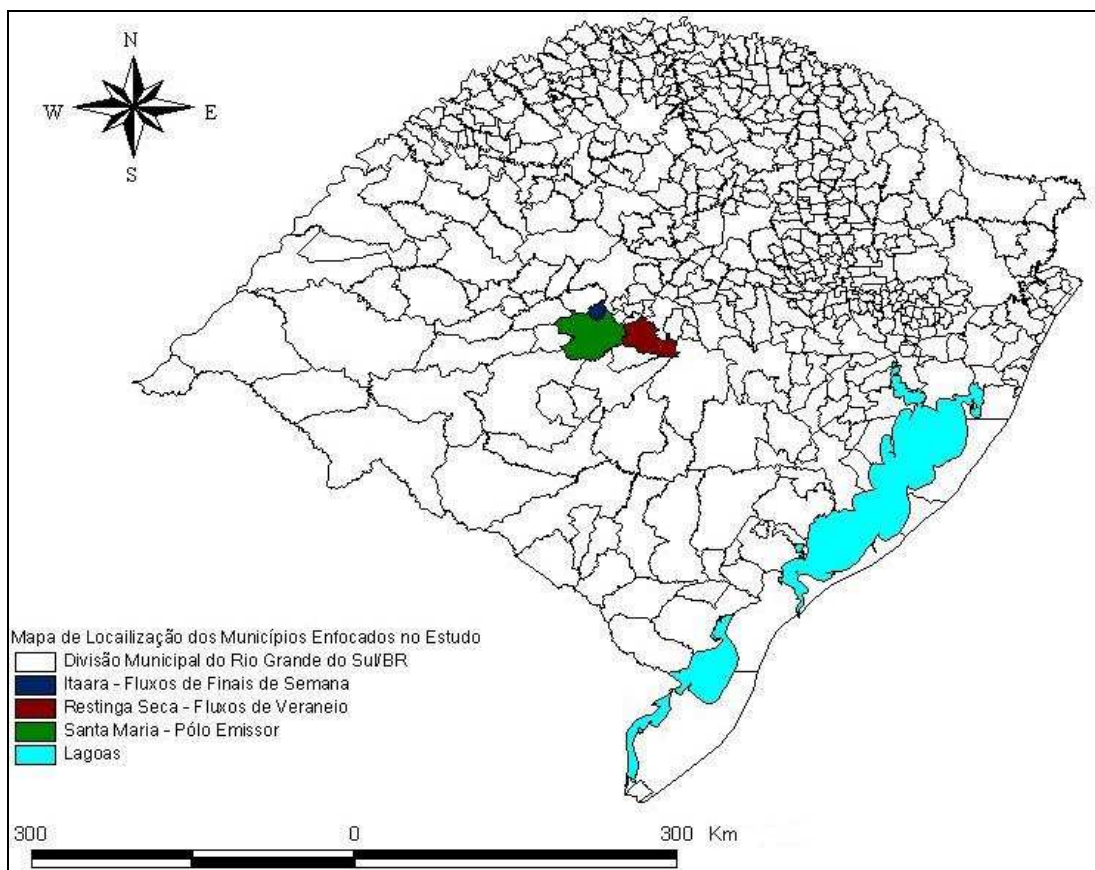


Figura 1. Mapa de localização da área em estudo

Fonte: IBGE

Organização: WANDSCHEER, E. A. R

de Castilhos, Santa Maria e São Martinho da Serra. Os primeiros moradores do município foram imigrantes alemães que se instalaram no local por volta do final do século XIX, vindo, posteriormente, os judeus russos, fundando a primeira área de colonização judaica do Brasil. Por fim, chegaram ao local italianos, espanhóis e portugueses que contemplaram as principais origens étnicas do Município.

¹⁴ O Município emancipou-se de Cachoeira do sul em 25/03/1959. O seu nome origina-se das designações Restinga “orla de bosque ou mato em baixadas, à margem do arroio ou sangas” e Seca “sanga denominada Passo da Porteira, que em época do ano, ficava com pouca água e cortava o curso”. Os municípios limítrofes a Restinga Seca são Agudo, Dona Francisca, Formigueiro, Paraíso do Sul, Santa Maria, São João do Polêsine e São Sepé. De acordo com o IBGE (2007), a sua área contempla 962 km², densidade de 16, 2 hab/km² e altitude de 44 metros acima do nível do mar. A sua base econômica está centrada no setor primário, com destaque para a agricultura.

Assim, como se observa apresentado na figura 1, Itaara e Restinga Seca situam-se na circunvizinhança do Município de maior expressão de centro urbano da porção central do Estado, Santa Maria, ainda que não façam parte da mesma microrregião geográfica, pois Restinga Seca pertence à Microrregião Geográfica de Restinga Seca, ao passo que Itaara pertence à Microrregião Geográfica de Santa Maria. Esta localização física contribui para a manifestação do fenômeno de residências secundárias (ainda que não de forma homogênea, em ambos, nas dinâmicas dos fluxos de mobilidades espaciais).

Porém, outros aspectos caracterizam fortemente os municípios de Itaara e Restinga Seca, os quais consistem na existência de um considerável contingente de pequenos agricultores, caracterizados como agricultores familiares. Conforme Rodrigues (2005, p. 75) *apud* EMATER, em Itaara “[...] 70% das propriedades possuem até 20 ha, 15% de 20-100 ha, e os restantes, 15%, excedem os 100 ha”. Quanto a Restinga Seca, segundo Schneider (2007), “há uma polarização entre propriedades de tamanho muito pequeno (com menos de 5 hectares), em torno de 24%, e as propriedades de mais de 50 hectares, em torno de 40%”, ou seja, cerca de 60% das propriedades constituem-se em pequenas ou médias.

Ainda quanto aos municípios em questão, pode-se afirmar que os mesmos apresentam uma população relativamente pequena 4.633 habitantes Itaara e 15.595 Restinga Seca (IBGE, 2007). Sendo que, em relação à população, Restinga Seca abriga cerca de 50% de sua população fora do perímetro urbano, ao passo que Itaara apresenta cerca de 30% da população total localizados em área rural, conforme dados do IBGE (Censo, 2007).

Assim, os dois Municípios apresentam usos não-agrícolas no meio rural, podendo-se visualizar, em ambos, as “novas atividades rurais” que propiciam novas oportunidades para pequenos produtores. Observa-se, neste contexto que as atividades tradicionais, isoladamente, não conseguem mais explicar a dinâmica do emprego da população rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Nesse sentido, o presente trabalho visa estudar as mobilidades espaciais em residências secundárias no meio rural, nos seus fluxos de finais de semana e de veraneio, de forma a analisar as ações, interações e dinâmicas estabelecidas com os espaços enfocados.

A partir deste objetivo, formularam-se os objetivos específicos que consistem em: (i) Analisar o fenômeno de residência secundária no espaço rural, inserindo-o na abordagem contemporânea das novas ruralidades; (ii) caracterizar os fluxos existentes nos dois Municípios enfocados; (iii) descrever impactos e possibilidades ocasionados a partir da manifestação do fenômeno de residências secundárias, por meio da revelação dos aspectos de sua inserção no espaço, da relação de visitantes, comunidade local, iniciativa privada e poder público.

No capítulo 2 será apresentada a metodologia de coleta de dados e de análise. A coleta de dados baseou-se na combinação dos métodos quali-quantitativos, por meio de observação não participativa dos Municípios pesquisados e realização de entrevistas com a comunidade local, a iniciativa privada e o poder público. Além disso, foram aplicados questionários aos visitantes das residências secundárias. Posteriormente, a análise desses dados caracterizou-se como analítico-descritiva, conforme se apresenta, mais detalhadamente, no capítulo a seguir.

No capítulo 3, discute-se o fenômeno de residências secundárias, bem como a sua relevância e possíveis implicações no espaço rural, inserindo-o na abordagem das novas ruralidades, contextualizando-o, ainda, como modalidade de turismo rural.

No capítulo 4, são apresentados e discutidos os resultados alcançados, a partir da coleta dos dados e informações obtidas durante a realização da pesquisa, caracterizando as residências secundárias e os fluxos de deslocamentos de finais de semana e de veraneio em direção às residências secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca/RS.

No capítulo 5, nas conclusões do presente estudo, verificou-se que as residências secundárias representam um fenômeno relevante em determinados espaços rurais, em países como o Brasil, a exemplo dos municípios de Itaara e Restinga Seca, devendo-se, portanto, considerar suas possibilidades e impactos em quaisquer análises desses espaços.

2 METODOLOGIA

Com o presente estudo buscou-se descrever, entre outros aspectos, as mobilidades espaciais de fluxos de finais de semana e de veraneio em espaços rurais nos municípios de Itaara e Restinga Seca derivados da existência das residências secundárias. Para tanto, a pesquisa contou, primeiramente, com uma etapa de levantamento de informações e fundamentação teórica, para, então, coletar dados nos Municípios por meio de entrevistas e questionários. A seguir, efetuou-se a análise dos dados e informações obtidas a fim de concretizar o presente trabalho.

A escolha dos municípios de Itaara e Restinga Seca ocorreu em função de dois fatores principais. Primeiramente devido às referências que descreviam a existência do fenômeno de residências secundárias nesses municípios.

Essas referências consistiram no seguintes: Em Itaara “[...]Discutiu-se os diferentes enfoques teóricos das tipologias do turismo, dando ênfase ao turismo de balneário, de segunda residência, ecológico e ao turismo rural, pois são manifestações turísticas que já ocorrem em Itaara (RODRIGUES, 2005, p. 81)”; já em Restinga Seca: “A atividade turística de Restinga Seca pode ser caracterizada [...] centrada basicamente na praia das Tunas, na margem do rio Vacacaí-Grande [...] atrai turistas principalmente dos municípios vizinhos [...] A hospedagem para os turistas realiza-se, principalmente, em casas próprias, alugadas, ou num *camping* (FROEHLICH & RODRIGUES, 2004, p. 99)”.

Posteriormente, vislumbraram-se duas realidades de residências secundárias, distintas e peculiares nas suas manifestações e espacializações do fenômeno, ainda que próximas em distância física (Itaara e Restinga Seca que se distanciam 75 quilômetros) e que, além disso, compartilham do mesmo polo emissor (Santa Maria-RS), uma vez que não se pode esquecer a importância representada pelo mesmo, face à disponibilidade econômica e/ou contingente populacional do polo.

Portanto, a escolha dos municípios de Itaara e Restinga Seca, para a realização do presente estudo, não foi aleatória, mas sim, guiada por um propósito de abarcar a diversidade de dois fluxos distintos (de finais de semana e de veraneio, respectivamente) que têm suas visitas

orientadas por um polo emissor em particular, o município de Santa Maria, partilhando dessa forma, as características de suas emissões.

Assim, inicialmente efetuou-se a pesquisa bibliográfica acerca do assunto em questão, ou seja, a residência secundária, juntamente com outros assuntos pertinentes a esta temática, ou ainda, relacionados à realidade dos Municípios enfocados. Os mesmos envolveram questões como a organização e dinâmica destes municípios e de outros espaços onde existem residências secundárias sempre frisando manifestações, demandas, limitações e/ou potencialidades norteadoras do fenômeno, a fim de obter subsídios que viessem a contribuir na elaboração da estrutura das entrevistas e do questionário, bem como somando-se aos resultados da pesquisa de campo, na elaboração posterior do trabalho final.

Cabe salientar, ainda, que no presente trabalho, também, utilizou-se em caráter complementar, os dados secundários da base digital do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul - DAER/RS e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, concomitantemente à consulta direta, referente às residências secundárias, efetuada na sede do IBGE do município de Santa Maria/RS. Por meio dessas consultas foi possível obter dados que contribuíram para a reflexão sobre as dinâmicas dos fluxos existentes nos municípios de Itaara e Restinga Seca, sobretudo na análise dos resultados.

A seguir, apresentar-se-á a metodologia em dois âmbitos: o primeiro, relativo à coleta de dados, e o segundo, relativo à análise dos mesmos.

2.1. Coleta de dados

A metodologia utilizada na coleta de dados baseia-se na combinação dos métodos quali-quantitativos, por meio de observação não participativa, entrevistas não estruturadas e questionários. De forma complementar, utilizaram-se, ainda, imagens fotográficas obtidas durante as aplicações dos instrumentos de pesquisa, a fim de resgatar elementos que pudessem auxiliar na análise do fenômeno enfocado. A coleta de dados foi elaborada no período de Fevereiro a Março de 2008.

A amostragem foi a não-probabilística. Este tipo de amostra divide-se em acidental e intencional; o primeiro “não pode ser adequadamente especificado. Um pesquisador que quer conhecer a opinião dos bóias-frias sobre um determinado projeto de colonização, poderá utilizar esse método, por exemplo, entrevistando os primeiros 100 bóias-frias que encontrar na saída da cidade”; ao passo que o segundo consiste em: “[...] selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas [...] O critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos (ALMEIDA, 1989, p. 87)”.

Na pesquisa em questão, utilizou-se a amostra não-probabilística acidental na aplicação de entrevistas à iniciativa privada, junto aos estabelecimentos comerciais situados no entorno das áreas de residências secundárias, bem como à comunidade, procurando abranger o maior número possível de indivíduos habitantes nos dois Municípios pesquisados.

Porém, em relação às entrevistas efetuadas com o poder público, utilizou-se a amostra intencional, onde se efetuou uma seleção, um direcionamento. Tal escolha dos entrevistados foi realizada em função das orientações efetuadas pelo poder público local que designou dois indivíduos da composição do seu quadro, indivíduos esses considerados mais indicados a responder questões sobre a temática e/ou áreas na(s) qual(is) a(s) residências secundárias encontram-se situadas.

A observação, nessa pesquisa, cumpriu papel de conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados, pois:

[...] A observação, sob algum aspecto, é imprescindível em qualquer processo de pesquisa científica [...] Genericamente a observação é a base de toda investigação no campo social, podendo ser utilizada em trabalho científico de qualquer nível, desde os mais simples estágios até os mais avançados [...] A observação apresenta muitas nuances em face a sua flexibilidade, pois seu objeto de estudo, bem como o objetivo da pesquisa que o utiliza, determina seu tipo e sua metodologia [...] (RICHARDSON, 1999, p. 259).

O tipo de observação aqui empregada foi a não participante, sendo que:

Nesse tipo de observação o investigador não toma parte nos conhecimentos objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento. Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele

procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho [...] A observação não participante é uma técnica indicada para estudos exploratórios, considerando que ela pode sugerir diferentes metodologias de trabalho, bem como levantar novos problemas ou indicar determinados objetivos para a pesquisa (RICHARDSON, 1999, p. 260).

Conforme sugerido acima por Richardson, a observação não participante foi utilizada buscando registrar o máximo de fatos e ocorrências, os quais não poderiam ser obtidos somente por meio de questionários e entrevistas aplicados. No geral, tais dados caracterizam-se como elementos não previstos/considerados previamente no momento da elaboração dos instrumentos de pesquisa, dado sobretudo às peculiaridades do fenômeno, bem como aos locais de sua aplicação.

As entrevistas aplicadas junto ao poder público, comunidade e iniciativa privada nos Municípios pesquisados, por sua vez, compuseram importante fonte de informações, como também, oportunizaram diálogo entre seus agentes e o pesquisador.

O instrumento qualitativo da entrevista semi-estruturada foi formulado com o intuito de abranger elementos que se fizeram necessários diante da situação, ou seja:

[...] não deseja impor sua visão da realidade, ou pressupõe que não conhece bem a população que será entrevistada, ele precisa de uma estratégia diferente, mais flexível que não apresente a rigidez de formulação da entrevista estruturada ou do questionário [...] visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências [...] (RICHARDSON, 1999, p. 208).

O universo da pesquisa referente aos entrevistados do poder público contou com quatro representantes, dois de Itaara e dois de Restinga Seca, sendo eles, o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e um funcionário da Secretaria de Turismo no primeiro município; já o segundo foi representado pelo Prefeito Municipal e o Secretário Executivo da Câmara de Vereadores.

Em relação à iniciativa privada, as entrevistas contaram com seis participantes em cada um dos municípios. Em Itaara foram coletados dados em dois supermercados, uma fruteira,

uma associação de agricultores que comercializava produtos agrícolas, uma drogaria e uma livraria e bazar. Já em Restinga Seca, as entrevistas foram aplicadas junto a proprietários e funcionários de um bazar, de um mini-mercado, de uma sorveteria, de um restaurante e de duas lancherias.

Essas entrevistas efetuadas nos estabelecimentos comerciais apresentam características consideravelmente distintas entre os espaços de residências secundárias, pois, enquanto no município de Itaara os fluxos são de finais de semana, apresentando estabelecimentos com característica de maior inserção e atuação no espaço, ao longo do ano, no município de Restinga Seca os fluxos são de veraneio e é marcada por estabelecimentos sazonais, ou seja, que atuam apenas num dado período do ano no local (o veraneio), e que, terminado esse tempo, encerram suas atividades, ou então, migram para outros locais, em busca da manutenção de suas atividades econômicas.

A sequência das entrevistas consiste na abordagem junto à população local, ou seja, a comunidade. Esta etapa foi realizada com a participação de sete indivíduos no município de Itaara e quatro no município de Restinga Seca. Em Restinga Seca, cabe salientar que, dada a concentração das residências secundárias em uma única área e a existência de poucos moradores autóctones nela e em seu entorno, apresentando distribuição local dispersa, e ainda somada à baixa interação social (como por exemplo, nas atividades comerciais), esses aspectos dificultaram a ampliação do universo da população pesquisada.

Os questionários¹⁵, por sua vez, constituíram-se como ferramenta quantitativa da pesquisa, tendo na padronização possibilitada pelos mesmos, juntamente com a maior facilidade oferecida pela cobertura da área estabelecida (fator que possibilitou a coleta de um número maior de dados coletados no período de tempo estabelecido) vantagens consideráveis, frente à limitação imposta pela temporada de veraneio.

Esse fator valoriza sobremaneira a utilização dos questionários para com os visitantes (tanto proprietários quanto locatários), uma vez que não havia garantias de que os mesmos seriam encontrados nas suas residências secundárias, pois conforme o próprio termo remete, elas se constituem em habitações nas quais não existem moradores permanentes e poucas eram

¹⁵ Cabe salientar que conforme Richardson (1999, p. 189): “O questionário é realmente uma entrevista estruturada”.

as referências acerca das mesmas, mesmo nas bibliografias específicas que tratavam desses Municípios.

Tal realidade apresentou reflexos na coleta de dados, uma vez que acarretou diferenças numéricas de questionários. Enquanto a área localizada no município de Restinga Seca, apresenta-se como agrupamento de residências secundárias na localidade rural de Tunas, possibilitou a coleta de 53 questionários totalizando informações de 214 indivíduos, no município de Itaara foi possível a aplicação de 33 questionários, totalizando informações de 139 indivíduos. No total, foram aplicados 86 questionários, totalizando 353 indivíduos.

Essa discrepância no tocante à quantidade dos questionários em Itaara vai ao encontro da problemática encontrada em relação às entrevistas com a comunidade em Restinga Seca, referida anteriormente, ou seja, a concentração que possibilitou maior número de questionários aplicados aos visitantes, por outro lado (dadas as distâncias em relação à habitação da população local), dificultou a abordagem da comunidade.

Pode-se afirmar que na presente pesquisa, “[...] os questionários cumprem, pelo menos, duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo [...] (RICHARDSON, 1999, p. 189)”.

Com a aplicação desses questionários, foram alcançados os objetivos almejados e anteriormente mencionados, possibilitando mensuração e frequência de variáveis presentes no fenômeno de residências secundárias, nos dois espaços estudados.

2.2. Análise dos dados

O delineamento da análise da pesquisa caracteriza-se como analítico-descritivo, tendo as estratégias de pesquisa atuações complementares ao longo do mesmo.

O estudo descritivo contemplou: “[...] objetivos mais precisos e explícitos em relação aos fatos observados. Descreve mais claramente as características de uma situação ou de um grupo de indivíduos [...] (ALMEIDA, 1989, p. 71)”. Ou ainda, conforme Cervo & Bervian (2002, p. 66): “busca conhecer e descrever as diversas relações que ocorrem na vida política,

social, econômica que ocorrem tanto com um indivíduo, tomado separadamente ou com grupos ou comunidades mais complexas”.

O estudo analítico, por sua vez, procurou estabelecer e analisar relações entre as variáveis, uma vez que estes estudos são baseados sobre fatos e têm como ponto de partida as relações, para explicar determinados fenômenos em particular (ALMEIDA, 1989); este é o caso das residências secundárias e mobilidades espaciais originadas em virtude destas no espaço rural.

Por meio desses estudos, buscou-se abranger a etapa posterior e final do trabalho, pois:

Terminando o trabalho de campo, o pesquisador tem a sua disposição um grande volume de dados colhidos através do emprego de várias técnicas. Inicia-se, então, o trabalho de análise e, para fins de análise, os dados precisam ser organizados de maneira coerente e ordenada [...] A interpretação desses dados deverá ser feita levando-se em consideração os objetivos e as hipóteses formuladas no início do trabalho. Este conjunto de etapas de uma investigação científica é conhecido como processamento de dados, que inclui, portanto, a organização, a codificação, a tabulação e a interpretação dos dados (ALMEIDA, 1989, p. 159).

A primeira etapa da análise consistiu na tabulação dos dados e informações coletadas, a partir da transcrição das entrevistas, fazendo-se uso da análise de conteúdo. “As diversas definições coincidem em que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência (RICHARDSON, 1999, p. 223)”.

Na análise de conteúdo, com o intuito de alcançar a objetividade das informações das entrevistas, foram cunhadas categorias de análise, nas quais distinguiram-se assuntos, a fim de registrá-los e codificá-los, sistematizando-os com maior facilidade. Estas categorias de análise cumpriram os requisitos de homogeneidade (por critérios de classificação), exaustividade (alcançar a totalidade do texto), exclusão (elementos pertencentes a apenas uma categoria) e objetividade (RICHARDSON, 1999).

Foram criadas dez categorias de análise, sendo sete delas, categorias de análise estruturadas de forma integrada para as entrevistas com a comunidade, o poder público e a iniciativa privada, ao passo que as outras três constituíram-se em categorias específicas em separado, ou seja, uma para cada público alvo.

As sete categorias foram as seguintes: ações do setor público; geração de emprego e renda; visões do fenômeno; caracterização das áreas; características dos fluxos; influências das residências secundárias no cotidiano, organização social e dinâmica dos espaços locais e aspectos positivos e negativos das residências secundárias, no âmbito local. Foi criada mais uma categoria de análise específica para cada público alvo, totalizando assim, oito categorias. Quanto às categorias específicas, são elas: Relação das residências secundárias com a comunidade; fomento (existência, intensidade e periodicidade) para o poder público e grau de dependência do empreendimento, em função das residências secundárias, para a iniciativa privada.

Os questionários por sua vez, cumpriram a etapa quantitativa do presente estudo, foram tabulados separadamente por município (Itaara e Restinga Seca). Os mesmos apresentam os quesitos de perguntas fechadas, ou seja: “[...] instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. O entrevistado deve responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, idéias ou sentimentos (RICHARDSON, 1999, p. 191)”.

A tabulação desses dados coletados levou em consideração quatro âmbitos de questões específicas que se referiam aos visitantes e familiares, residências secundárias nas quais os mesmos se encontravam, infraestrutura local e período abrangido por esta permanência, ao encontro do fato de que, “Qualquer que seja a área, sempre existem questões que remetem a fatos e questões que remetem a dados (COSTA, 2003, p. 10)”.

Nesta etapa do trabalho, com o intuito de tabular e interpretar os dados coletados nos questionários utilizou-se o *software* SPSS 12 que auxiliou na tarefa de organizar, sistematizar e correlacionar as variáveis, de acordo com as categorias pré-estabelecidas no questionário, que estava dividido em seis blocos, conforme se pode observar nos apêndices H e I. A tabulação dos dados permitiu a elaboração de gráficos e tabelas que se encontram apresentados no corpo do texto e foram alvo de análise, ao longo do trabalho.

Por fim, destaca-se ainda a utilização de outro *software*, o ArcView 3.2, utilizado na elaboração dos mapas e croquis, contemplando exigências normativas cartográficas no primeiro caso e, uma melhor apresentação, em se tratando do segundo caso.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O “novo rural” ao qual muitos autores reportam-se e que tem em José Graziano da Silva o seu pioneiro é composto basicamente de três grandes grupos conforme apontam Del Grossi e Graziano da Silva (2002, p. 5):

1. Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
2. Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
3. Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

Dentre estes grupos e não desconsiderando os demais, o dito “conjunto de atividades não-agrícolas” já não é capaz de expressar o cidadão urbano ou rural, tampouco a sua residência (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 63). O autor afirma inclusive ser esta uma das tendências marcantes dos anos 90 como um todo no mundo e, em persistindo tal tendência, ao que parece ser o caso neste início do século XXI, desdobram-se fluxos (populacionais e econômicos) tais quais os *continuums* rural-urbanos, compondo os chamados povoamentos modernos.

Provavelmente uma parte significativa das ocupações não-agrícolas desse rural-invadido-pelo-urbano deve-se a pessoas que buscam aí um espaço de moradia por razões econômicas ou de melhor qualidade de vida, mas mantêm suas ocupações em setores tipicamente urbanos. Esse é um filão que merece ser melhor explorado [...] (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 71).

Veiga, ao abordar a nova dinâmica da economia rural diz “Foi-se o tempo em que a virtude da cidade era “arrancar a população do embrutecimento da vida no campo” (VEIGA, 2003 p. 99)”.

Configuram-se assim, de um lado, manutenções de estruturas e relações antigas, que vêm emergir de outro e têm de conviver e se relacionarem (ao menos no limite da tolerância) agora com atores “deslocados” de seus antigos espaços, assumindo novos papéis e, tecendo novas realidades. Pode-se visualizar tal assertiva na figura 2.

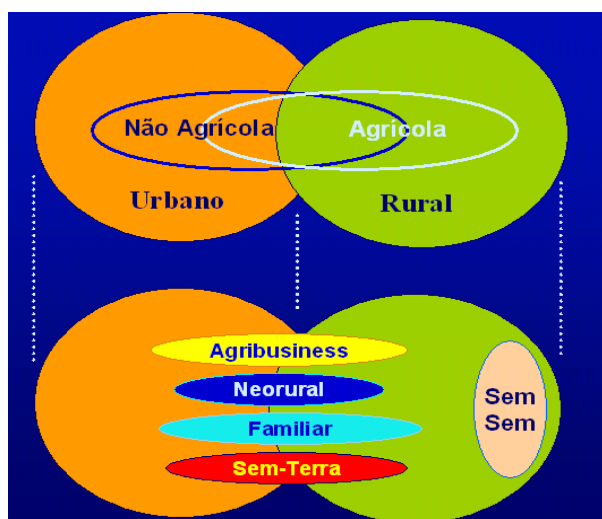


Figura 2. Novas relações e atividades no mundo rural

Fonte: DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA (2002, p.06).

A estas relações, evidencia-se novas possibilidades de reflexão, análise e busca pela melhor interpretação e compreensão das relações vigentes no espaço, conforme Graziano da Silva (1999, p. 79), em seu projeto Rurbano¹⁶:

As novas aberturas geográficas propiciadas pelas novas PNADs, fornecem uma oportunidade única de se promover profunda revisão das relações campo-cidade, aprofundando as aberturas territoriais tradicionalmente utilizadas e rediscutindo a pertinência da relação biunívoca entre rural agrícola e urbano não-agrícola.

Converge com o final da pertinência biunívoca entre rural agrícola e urbano não-agrícola, o debate acerca das residências secundárias, termo este que como terminologia ainda não fora apresentado nesta revisão bibliográfica. Por residência secundária compreende-se um conjunto de abordagens que não-raro costumam contemplar o mesmo significado em termos de extensão de imóveis à qual se reportam.

Casas de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades [...] utilizadas

¹⁶ Projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” desenvolvido no período de 1981-1995 que analisou as transformações recentes no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar. A profusão de vocábulos populares para denominar esse meio de hospedagem extra-hoteleiro resulta das várias características e finalidade de uso de tais imóveis [...] No Brasil, essa questão se resolveu a partir dos censos demográficos realizados, respectivamente, em 1980 e 1991, quando surge uma categoria separada das demais constituída pelos domicílios de uso ocasional [...] (TULIK, 2001, p. IX).

Dessa forma portanto, reconhecidamente, esta terminologia é contabilizada nos dados do IBGE por meio de suas sinopses preliminares¹⁷, sendo tratada como domicílio de uso ocasional.

Inicialmente, de 1970 até 1980 o IBGE tratou o fenômeno como: “[...] domicílios que serviam ocasionalmente de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usadas para descanso de fim-de-semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo (sinopse preliminar do IBGE apud TULIK, 2001)”]; passando mais tarde já na década de 90 (1991 mais precisamente), distinguindo-os daqueles fechados e vagos, sendo portanto apresentados como (IBGE apud SENA; QUEIROZ, 2006):

Considerou-se como de uso ocasional o domicílio que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias e cujos moradores não restritivos - casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc. - ainda carece da falta de um consenso terminológico.

No Brasil, Assis (2003, p. 111) enfatiza que:

O crescimento das segundas residências no Brasil e o fortalecimento de dados estatísticos pelo IBGE nessas últimas três décadas já ter resultado em algumas análises específicas sobre o fenômeno no país como o estudo pioneiro de Odette SEABRA (1979) acerca dos efeitos sócio-espaciais das segundas residências (preço do terreno e formas de ocupação) no litoral de Santos-SP; a análise de Mauren ROQUE (1990) sobre a desigualdade social que o fenômeno de segunda residência encerra como manifestação das diferenças nas oportunidades de trabalho e de lazer na Estância Balneária do Guarujá-SP; e o trabalho de Olga TULIK (1995) que avalia a dimensão e a distribuição das segundas residências no Estado de São Paulo, ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas. Estas análises produzidas como dissertações e teses na Universidade de São Paulo apresentam, cada uma na sua perspectiva,

¹⁷ Conforme Tulik (2001, p. X): “[...] Justifica-se a utilização da Sinopse Preliminar por ser o único recurso possível, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não divulga, em sua edição definitiva, dados referentes aos domicílios vagos, fechados e de uso ocasional, este último aqui entendido como residência secundária”.

propostas de reflexões teóricas e análises empíricas que, somadas à literatura internacional consultada, servem de referências à nossa reflexão sobre o fenômeno da segunda residência.

Da mesma forma, ressalta-se a relevância destas e outras bibliografias na elaboração do presente trabalho, resguardando porém, o enfoque traçado como objetivo de sua elaboração. As especificidades das análises dos trabalhos consultados constituíram-se numa dificuldade, porém, contribuíram somando-se a esforços de explicação de manifestações pontuais verificadas em campo, muito embora, esses estudos fossem aplicados a localidades e/ou regiões particulares.

A título de exemplo dessas contribuições, destaca-se a obra *Geografia do Turismo do Neozelandês Douglas Pearce* (2003) que trata por meio de vários artigos, assuntos que versam sobre diferentes matizes do turismo em vários países e realidades, apresentando aspectos variados. Nesses trabalhos, muitos apresentam obras clássicas do assunto, ou então, a residência secundária em particular, resgatando abordagens e apresentando modelos de grande valia às ponderações aqui apresentadas. Ou ainda, a obra *Geografia Recreativa de Smith* (1992) que efetua abordagens na mesma perspectiva e que contribuíram de forma marcante para a análise contida no presente estudo.

Cabe salientar o porquê da não utilização da teoria Thuniana¹⁸ diretamente, uma vez que esta constitui-se enquanto teoria clássica de modelo de uso da terra centrando no fator distância a localização das culturas agrícolas em anéis concêntricos, em torno de um único centro urbano consumidor.

Primeiramente, porque em sua concepção, “[...] O rural seria, assim, o espaço mais distante, com maiores custos a superar. As economias rurais podem ser então comparadas com as áreas remotas no modelo de Von Thünen [...] (KAGEYAMA, 2008, p. 15)”, visão esta que iria de encontro à compreensão de rural apresentada no presente trabalho, ou ainda porque “[...] O modelo é evidentemente reducionista e o próprio autor indaga como seria possível definir

¹⁸ Conforme Kageyama (2008, p. 15): “O modelo de Von Thünen, cuja primeira versão apareceu em 1826, é hoje certamente arcaico, mas algumas de suas idéias ainda têm aplicações modernas em estudos sobre padrões de uso da terra urbana e modelos espaciais de custos de transportes. A idéia básica do modelo original de uso da terra agrícola é que haveria um gradiente de renda da terra baseado na distância do mercado, o que otimizaria a alocação dos diferentes usos da terra (as áreas mais próximas ao mercado central seriam destinadas aos produtos mais lucrativos, perecíveis com alto custo de transporte)”.

remoteness num contexto geográfico dinâmico, com muitas cidades de diferentes tamanhos e funções (KAGEYAMA, 2008, p. 15)”.

Segundo, porque o mesmo já fora exaustivamente abordado em trabalhos temáticos referentes a modelos de viagem como por exemplo o trabalho de Yokeno (1968) em seu ensaio denominado “La localisation de l’industrie touristique: application de l’analyse de Thunen-Weber” abordado na obra de Pearce (2003, p. 33).

Por fim, o terceiro e último fator consiste no fato de vários outros trabalhos direta ou indiretamente partirem do pressuposto Thuniano, atualizando-o e complementando-o conforme o enfoque de suas abordagens. Tais trabalhos vêm assim, servir de embasamento teórico correspondente às necessidades explicativas do fator distância nas mobilidades espaciais, como no presente estudo.

Retomando a discussão sobre o tema de residência secundária, cabe salientar ainda, alguns aspectos relevantes a esse fenômeno que norteiam a existência e a diferenciação de local para local, a que ainda não fora feita referência alguma.

[...] Sendo um fenômeno recente que se vincula ao turismo de fim de semana e das férias anuais. A residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Esse tripé (tempo-custo-distância) pode, em alguns casos, definir a localização das segundas residências na zona urbana ou rural e influenciar na concentração dessas construções em determinadas áreas. A disponibilidade de renda e de tempo livre influencia na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. A propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua frequência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia (SENA & QUEIROZ, 2006, p. 1999).

Uma vez estabelecida a denominação e sua contextualização, reportar-se a sua magnitude concilia observações empíricas e cientificamente observadas, na qual se desenrolam aspectos positivos e negativos, suplantando a mera consideração de um, sem algum grau de presença do outro. Tanto apoiando-se nos exemplos e referências estrangeiras, quanto em se analisando os casos nacionais, observa-se relevância e curiosidades do fenômeno em diversos níveis conforme pode-se observar na abordagem de Hall & Müller (2004, p. 3):

[...] In many areas of the world, second homes are the destination of a substantial proportion of domestic and international travellers, while the number of available bed nights in a second homes often rivals or even exceeds that available in the formal accommodation sector. For many destinations, particularly in more peripheral areas, second homes are a major contributor to regional economies, while they may also represent a significant heritage resource because of their use of vernacular architecture and the ongoing use of buildings that may otherwise have fallen into disrepair [...]

Trazendo este debate para o âmbito do rural, considerar-se-á:

[...] a noção da grande diversidade do meio rural, que encerra realidades bem diferentes, a exigirem soluções específicas diferentes e, sobretudo adequadas [...] que tenham em atenção a heterogeneidade do meio, a traduzir-se também no facto de a diversidade já existente entre áreas rurais ir muito além da densidade populacional e do uso do solo para fins agrícolas [...] (LOPES, 2003, p. 291).

Dialogam com esta abordagem, Martínez & Monzonís (s/d, p. 11) ao afirmarem que:

[...] puede suponer un importante impulso para los espacios rurales, si no como motor de desarrollo, si como elemento complementario de otras actividades de carácter tradicional como la agricultura, la ganadería, la artesanía, pequeña industria, etc. Pero además de la aportación económica, este también puede suponer importantes beneficios sociales, culturales e incluso medioambientales. Sin embargo, para alcanzar estos objetivos será necesario actuar bajo los criterios de sostenibilidad, es decir, hacer posible un desarrollo continuado em el tiempo, preservando los recursos existentes.

Porém, para que a inserção de tais benefícios venha a se manifestar, ter-se-á de pontuar importantes aspectos referentes às esferas acima citadas, partindo do reconhecimento da existência do fenómeno residência secundária no espaço rural. Em relação à cultura e compreensão, salienta-se que:

Os homens vivem, frequentemente, em lugares que não desenharam; as sociedades inscrevem-se em espaços cujos traços são herdados de ancestrais fundadores longínquos ou de dominações estrangeiras. O papel da cultura é, então mais voltado a reinterpretar o espaço do que a desenhá-los. (CLAVAL, 2001, p. 310).

Em consonância com esta informação, Da Cruz (2007, p. 10) acresce:

[...] no que tange ao espaço: mesmo sendo produzido socialmente, sua apropriação é privada. Neste caso, seria uma incrível ingenuidade teórica acreditar que todos os

indivíduos que habitam o planeta participam da mesma forma e com a mesma intensidade dos processos de produção do espaço.

Situam-se nesta relação, os atores com maior responsabilidade concernentes a ações antrópicas, como por exemplo, no caso dos proprietários das residências secundárias. Esses comumente, coincidem com aqueles que se encontram no topo da pirâmide econômica, dada a sua maior possibilidade de intervenção na construção e reconstrução do espaço, seja no âmbito produtivo, seja no âmbito do consumo.

Relacionando-se diretamente com os aspectos até aqui abordados, a questão ambiental aparece imersa nesta abordagem, no plano dos meios de hospedagem, de forma que:

[...] A qualidade ambiental não se limita a um mero controle interno de aspectos operacionais, mas tem sua abrangência e relevância influenciadas, particularmente por fatores externos, tais como aspectos biológicos, arquitetônicos, sociológicos, culturais e psicológicos, que devem ser tratados de uma maneira integrada (GONÇALVES, 2004, p. 128 - 129).

Assim, a diversidade desses aspectos integrados, contemplaria o fato de que:

[...] o conceito de meio ambiente deve corresponder à biosfera e seus elementos, isto é, as rochas, a água e o ar que envolve a Terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm. Esses ecossistemas são constituídos por comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos), que vivem numa área com seu meio não vivente (abiótico) e se caracterizam por inter-relacionamentos, sejam eles simples ou complexos. Essa definição ainda inclui os recursos construídos pelo homem [...] Em suma, o modo de vida, em geral, que as difere de outras comunidades (RUSCHMANN *apud* GONÇALVES, 2004, p. 23).

O ambiente parece assumir papel de destaque frente aos fatores de estímulo a instalação de residências secundárias, tanto por parte do emissor (neste caso os municípios de origem dos fluxos de visitação) pela carência em relação ao contato com a natureza, da calma e sossego proporcionado por espaços naturais que tem no apelo ao imaginário um de seus fatores potenciais. Assim como da parte do receptor, que apresenta estas características como atrativo e os promove através de seus canais de divulgação como os sites oficiais dos mesmos, tão logo:

Residências secundárias representam uma relação permanente entre a origem e o destino, uma vez que estabelecem regularidade entre saídas, chegadas e retornos. Ambos se complementam, pois se existem no emissor fatores que estimulam a procura por residências secundárias, o receptor detém características capazes de atrair, a ponto de justificar um vínculo territorial. Fatores diferenciados, ou comuns a ambos, explicam, não apenas a saída dos pontos de origem em busca de alojamento temporário e a demanda por essa modalidade de hospedagem como, também, definem áreas de destino e de concentração de residências secundárias [...] (TULIK, 2001, p. 10 - 12).

Essas relações envolvem porém, outros elementos intrínsecos, conforme afirma Santos ao discorrer sobre as formas existentes no espaço como um todo. Especificamente no tocante à ação sobre o mundo rural destaca que: “Ações isoladas podem parecer inofensivas, mas quando consideradas no seu conjunto, deixam claras as consequências perniciosas que envolvem (SANTOS, 2007, p. 192)”.

Como fenômeno, cabe ressaltar que estatística e publicamente pouco ou nada reconhecida pela sociedade, as residências secundárias se manifesta em muitos países, assim como no Brasil há algum tempo, deixando marcas e afirmando presença por meio de impactos de distintas ordens, como abordar-se-á posteriormente em suas repercussões espaciais.

Destaca-se, por fim, que essa manifestação não se constitui unicamente como fenômeno caracteristicamente de países desenvolvidos, como Portugal, Espanha e França (países que possuem uma literatura mais ampla e específica acerca do tema), nem tampouco que o mesmo tenha outro nível de significação e relevância nesses ou noutros países desenvolvidos. O que perdura são as diferentes manifestações, dadas as diferentes estruturas sócioespaciais vigentes nos distintos países. A este fenômeno que envolve deslocamento no espaço e dinâmicas socioculturais e econômico-ambientais, cabe a eminência demonstrativa de diferencial financeiro, e aí repousa uma referência que em países como o Brasil por exemplo, adquire especial destaque.

3.1 Turismo Rural na modalidade de Residências Secundárias

O fenômeno turístico por si só não consiste em uma atividade recente, da mesma forma que o turismo rural já apresenta uma vasta história de iniciativas bem sucedidas, muitas delas datam de experiências já do século XIX, na Europa, local em que o mesmo encontra-se, até os dias de hoje, mais avançado (RUSCHMANN, 2004).

Por turismo rural compreende-se: “[...] uma expressão empregada, geralmente, de modo extensivo a qualquer atividade turística no espaço rural. Identifica-se com Turismo no Espaço Rural e Turismo nas Áreas Rurais, ambos os termos utilizados como sinônimos (TULIK, 2003)”.

Deve-se ressaltar que o turismo rural como fenômeno, apresenta-se como uma potencial alternativa para muitos espaços rurais, e vem cada vez mais crescendo em proporção e importância, à medida que permite a valorização do meio rural, tanto por meio do apelo à natureza e seus potenciais paisagísticos, como pelas características das sociedades modernas, de maior facilidade no tocante aos transportes e comunicações, características cada vez mais acentuadas nas últimas décadas.

Como atividade que perfaz uma das formas pela qual o espaço rural apresenta a sua diversificação espacial, “...O consumo do espaço é hoje um tema que renova os parâmetros da relação da sociedade com o seu espaço... A alma do rural mantém uma forte coloração agrícola, embora o bolso dependa, cada dia mais acentuadamente, de outros proventos... (BAPTISTA, 2006, p. 97 - 100)”.

Nesse quadro, as residências secundárias concretizam-se como uma das formas de consumo do espaço. Constituindo-se numa modalidade de turismo rural, destaca-se pela maior ligação/durabilidade da relação que perdura entre o visitante e o espaço rural, uma vez que se materializam ligações mais estáveis entre o espaço habitual dos proprietários e a localização das residências, gerando mobilidades mais constantes e intensivas em impactos de diversas ordens. De acordo com Cavaco (2003, p. 49): “[...] Podemos sintetizar esta nova realidade numa tendência de compartimentação da vida moderna entre dois espaços-tempos: o da primaridade e

do cotidiano; o da secundaridade, marcado pelo afastamento das condicionantes do dia a dia [...]”.

Essa relação associa-se a uma demanda tipicamente urbana, busca conduzida pela paisagem rural, atributos naturais, produtos, cultura, ou ainda, outras relações internas e peculiares ao âmbito social que passam a adquirir ampla relevância. Trata-se portanto, de novas formas de relações e inter-relações entre espaços rurais e urbanos, relações estas que apresentam necessidades diferenciadas nas formas de vislumbrar e encarar estilo, padrões e planejamentos no âmbito do espaço em que a mesma se manifesta, em vista que:

As localidades geográficas possuem especificidades, com contradições e conflitos próprios, que se derivam da relação entre sistema de valores e interesses diversos, tanto de origem urbana como rural. Esse processo de interação contínua entre as forças sociais, econômicas e políticas, na maioria das vezes, conduz a uma reorganização do espaço de acordo com um ou outro interesse ou projeto final, mas é, entretanto, o que faz surgir as formas sociais existentes (Souza, 2004, p. 40).

Este contexto no domínio do turismo rural de residências secundárias projeta enlaces entre espaço rural e urbano, agentes internos e externos, juntamente com as atividades agrícolas e não-agrícolas, incidindo ações e interações que ultrapassam, na maioria das vezes, a simples escala local de intervenção e inferência. Dessa forma, novas demandas que despontam no âmbito do rural, associam-se cada vez mais à atividade turística como potencial alternativo, sobretudo de forma a valorizar o próprio setor agrícola e atribuir novas fisionomias ao contexto do desenvolvimento rural, uma vez que,

A paisagem agrícola e a vida rural não se definem apenas pelo espaço geográfico. A economia e as relações sociais exercem, no meio rural, um papel importante. Atividades múltiplas de uma grande complexidade são realizadas nas zonas rurais. É preciso, portanto, que esse conjunto de parâmetros - espaço e recursos humanos - seja levado em consideração em qualquer ação de desenvolvimento rural. As regiões rurais são espaços onde comunidades humanas vivem e trabalham. Ao mesmo tempo, preenchem funções diferentes, de importância vital para toda a sociedade. Essas regiões constituem igualmente lugares de recreação, de lazer e de cultura, e também são indispensáveis para a manutenção do equilíbrio ecológico (Presvelou, 2004, p. 143).

Por desenvolvimento rural, compreende-se uma complexa e multidimensional abordagem, na qual, as heterogeneidades geográficas, históricas e ocupacionais constroem diferentes trajetórias que devem ser levadas em conta nas estratégias a serem adotadas (KAGEYAMA, 2008).

Portanto, o desenvolvimento rural não pode ser vislumbrado como elemento isolado, desconectado dos fatores socioeconômicos, culturais e naturais existentes na paisagem e no meio rural como um todo. E é ao encontro desses fatores que o turismo rural de residências secundárias vem se destacando em muitos espaços e enquadrando-se como alternativa de inserção de fluxos de renda e revalorização de aspectos particulares da ruralidade do(s) espaço(s) rural(is) em questão, podendo contribuir para a preservação do meio, além de fomentar uma dinâmica que adquire o caráter multifuncional de benefícios que pode expandir-se a todas as esferas abarcadas pelo desenvolvimento rural.

3.2 Apontando impactos: Uma breve revisão

Através desta seção, procurou-se fazer um breve levantamento acerca dos impactos que permeiam o fenômeno de residências secundárias. Nele constam todos os elementos encontrados nas bibliografias consultadas acerca do tema. Mesmo constituindo-se numa síntese, o mesmo procura contemplar as relações que incidem sobre o espaço, impactos tanto positivos quanto negativos. O quadro 2 apresenta possíveis efeitos positivos e negativos que podem vir ou não a se manifestar num dado espaço, em função da presença do fenômeno da residência secundária. No caso das reflexões expostas abaixo, em muitos aspectos, referindo-se mais especificamente ao espaço rural:

POSITIVOS	NEGATIVOS
Complemento de renda aos agricultores	Diminuição da área agrícola e florestal
Valorização dos recursos naturais do ambiente	Degradação ambiental
Revitalização de áreas “deprimidas” e/ou com escassa produção agropecuária (direta e/ou indiretamente)	Urbanização e pressão sobre espaços de importante valor ambiental
Aumento de fluxos financeiros	Alteração no ambiente de descanso
Investimentos imobiliários	Especulação imobiliária
Reforços empresariais	Possibilidade de segregação residencial
Geração de empregos diretos e indiretos	Remoção de habitantes locais
Desenvolvimento de comércio e serviços	Descontrole urbanístico
Valorização de hábitos e costumes locais	Alteração em hábitos e costumes locais
Ampliação do planejamento das áreas	Aumento da violência
Melhoria do ordenamento do espaço	Maior insegurança
Atração de famílias com elevada capacidade econômica e inferência cultural	Saturação das infra-estruturas de saneamento básico
Ampliação de rede elétrica e do saneamento básico	Sobrecarga da rede elétrica em épocas de grande fluxo de pessoas
Expansão, ainda que modesta, dos núcleos urbano-rurais	Impactos visuais negativos por ações discordantes com o meio
Melhoras nos equipamentos desportivos e recreativos	Níveis mais elevados de esforços na conformação do ordenamento do espaço
Ampliação da infra-estrutura local e de apoio ao lazer	Inferência sobre casas e espaços que conformam-se em patrimônios locais
Renovação e/ou recuperação das habitações existentes nesses espaços	Degradação de tipologias de residências tradicionais
Geração de emprego no setor da construção civil	Introdução de usos e tipologias próprias de zonas urbanas e industriais
Atração de “minicapitais” das áreas industriais ou urbanas	Desajustes da gestão e organização municipal
Avanços na execução de obras e manejo de resíduos	Proliferação de depósitos de objetos incontrolados
Aumento da oferta de serviços (tanto público quanto privados) no local	Ampliação dos custos com encargos e infra-estrutura (recolha e tratamento de lixo, limpeza das ruas, policiamento, etc.)
Valorização das construções e tipologias	
Recuperação do patrimônio imobiliário	

Quadro 2. Esquema síntese de impactos de residências secundárias no espaço

Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.¹⁹

¹⁹ O presente quadro contou com a organização, adaptação e ampliação de elementos abordados nas obras de Tulik (2001), Sampaio (2000), Solsona (1999) apud Martinez; Monzonís (s/d) dentre outras obras consultadas, juntamente com outros elementos inseridos pelo autor.

3.2.1. Impactos Positivos

Uma das principais inquietações em se tratando de residências secundárias consiste em avaliar efeitos decorrentes de tal existência, contribuindo para distintas concepções, planejamentos e concretizações estabelecidas de desenvolvimento, seja ele local, regional, rural ou outras formas conceituais de abordagem deste novo paradigma de desenvolvimento.

Ainda longe de defendê-la unilateralmente, os aspectos que se seguem apresentam fatores positivos que depõem favoravelmente ao mesmo, propondo aspectos potenciais que podem vir a serem aproveitados.

Segue-se uma ordem estrutural e que não apresenta relevância ou presença em abordagens da bibliografia, tampouco, quaisquer indicativos empíricos. Assim, o elemento *complemento de renda aos agricultores* consiste em aspectos conceitualmente abordados como pluriatividade.

Esta realidade concretiza-se nas residências secundárias por meio das possibilidades de prestação de serviços que se fazem necessárias às demandas dessas residências, sobretudo nos períodos antecedentes aos fluxos como nos reparos efetuados no imóvel, atividades de jardinagem ou limpeza em geral, ou então, em períodos de menor visitação, em que principalmente a segurança constitui demandas deste tipo.

Mas, independente das motivações que compõem este impacto, a consistência do fator complemento de renda (neste caso aos agricultores) constitui elemento já reconhecidamente efetivo em residências secundárias. Constituem-se em importantes alternativas para aquelas famílias de baixa renda, muitas delas proprietárias de minifúndios e com poucas alternativas de ampliação de sua produção agrícola.

Sobre esta questão Cavaco (2003, p. 55) salienta ainda que:

A ocupação pelo menos estival destes alojamentos, pelo volume dos fluxos e sobretudo pelo seu significado relativo, atenua sensivelmente os efeitos do êxodo e das perdas demográficas cumulativas que se têm vindo a registrar ao longo de decénios sucessivos, nas regiões rurais mais marginais e repulsivas, nos seus múltiplos significados sociais, económicos, culturais e patrimoniais. Os afluxos volumosos de consumidores dinamizam procura locais de bens e serviços, com especificidades próprias, e contribuem significativamente para o desenvolvimento local e para a

inversão dos processos de abandono [...] Tais procuras devem ser consideradas em todas as estratégias de desenvolvimento dos meios rurais. Aliás, o turismo tem vindo a ser valorizado pela generalidade dos autarcas como motor ou como suporte do progresso económico e social sustentável dos seus espaços de intervenção.

Ao encontro da exposição final de Cavaco, o segundo item, contempla a *valorização dos recursos naturais do ambiente* pois, “[...] o meio rural adquiriu um *valor simbólico* nas sociedades contemporâneas, valor esse que é essencialmente constituído por representações diferenciadas do ambiente e da cultura rural. O emergir desta imagem social do meio rural como *reserva ambiental e cultural* (FIGUEIREDO, 2003, p. 149)”.

A conotação prática desse valor simbólico totaliza procuras e consumos em áreas rurais, que sempre que mantida a devida preocupação para com os recursos naturais, valoriza o ambiente de forma a assumir um papel central na preservação dos recursos naturais ali existentes.

O elemento seguinte dos aspectos positivos se relaciona à *revitalização de áreas “deprimidas” e/ou com escassa produção agropecuária*. Sobre este caso, Nave (2003, p. 137) relata que:

[...] Neste sentido, a provisão de espaço para localizações várias, desde logo para residências secundárias e actividades de turismo e lazer, parece acentuar o facto de que se abandonou definitivamente a ideia de deixar o “rural” para os “rurais” e para a agricultura. Para áreas onde a capacidade produtiva da agricultura era baixa e difícil de incrementar, tornou-se possível imaginar a conservação subsidiada dos agricultores, reorientando estes a sua função produtiva para a conservação da natureza e do património rural. Germina assim, a partir de meados dos anos 80, a ideia de um mundo rural sem função produtiva directa e autónoma, marcada por visões do mundo rural centradas na ideia de património e que vieram estruturar uma nova geração de medidas de intervenção e de política de desenvolvimento rural [...]

Assim, pode-se apreciar uma possibilidade de revitalização que se concretiza em alternativa concreta a muitos espaços rurais e a esses, conotam-se horizontes de mudanças passíveis, até mesmo num curto espaço de tempo.

O *aumento de fluxos financeiros* representa um aspecto de grande valia e reveste uma série de outros fatores abordados, de forma que “Houve uma “economização” de todas as esferas da existência (KRIPPENDORF, 2006, p. 28)” e em relação ao mundo rural Milton

Santos (2007, p. 147) chama a atenção para: “[...] levar em conta o fato de que a contradição cidade-campo, naquilo que concerne à densidade do capital ou aos níveis de vida se torna relativa, desde que o mundo rural acolha explorações modernas [...]”.

As residências secundárias como característica sócio-cultural marcante das sociedades contemporâneas²⁰ contempla as “explorações modernas” a que o autor se refere, podendo vir a tornar-se capaz de dinamizar economicamente o espaço pela inserção do capital. Porém, cabe compreender as áreas em que repercute sua influência, qual a intensidade e o potencial dessa repercussão e principalmente, se por ventura vier a ser financeiramente compensatório, a contraposição de outros impactos negativos não venham a ser tão ou mais relevantes, sucumbindo seus benefícios.

Ainda ligado à questão econômica, mas já constando em outro aspecto em particular, os *investimentos imobiliários* podem advir de terrenos e casas, valorizando as áreas e as estruturas físicas, além do que representa em infraestrutura.

Aliada a esta demanda, muitas vezes ocorrem os *reforços empresariais* à área, principalmente em decorrência dos investimentos imobiliários. Estes reforços costumam gerar postos de trabalho, investimentos e denotam preocupação com a paisagem, nos espaços que agora passam a estar no foco do empresariado.

A *geração de empregos diretos e indiretos* juntamente ao *desenvolvimento de comércio e serviços* podem contribuir significativamente para a população e ao espaço local como um todo, fomentando não somente o setor de serviços diretos ou indiretos, mas também afetando o próprio âmbito da produção.

A *valorização de hábitos e costumes locais* constitui uma abordagem tipicamente cultural, compreendendo “[...] aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens [...] (CLAVAL, 2001, p. 35)” e sendo que “[...] o turismo tornou-se o primeiro instrumento da compreensão entre os povos. Ele permite o encontro de seres humanos que habitam as regiões mais afastadas [...] (KRIPPENDORF, 2006, p. 82)” contemplando portanto,

²⁰ A segunda residência converte o "fim de semana" num fato sócio-cultural característico da sociedade contemporânea. A redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano e o advento do automóvel particular contribuíram para a eclosão do fim de semana como o principal período de aproveitamento do tempo livre, sobretudo, via segunda residência (SENA & QUEIROZ, 2006, p. 98).

uma expressão que pode vir a tornar-se um atrativo e aspecto valorativo das áreas contempladas.

A essa valorização, muitos locais constroem as suas identidades, constituintes de valores simbólicos que, não raro, são fortalecidas e vêm a transformarem-se em forma de reconhecimento público.

A *ampliação do planejamento das áreas* é um fator que vem a se tornar necessidade após alguma expansão do fenômeno. Esta é uma necessidade que, ao efetivar-se, conjetura uma série de benefícios às áreas em questão. Porém, quanto às residências secundárias, existe a necessidade de se conformarem demandas distintas, como realmente o são, não no sentido de beneficiá-las, pelo contrário, no sentido de contemplá-las, sem esquecer as disparidades existentes entre grande parte da população que possui escassos recursos econômicos e os proprietários de residências secundárias.

Praticamente neste mesmo contexto do planejamento, configura-se uma *melhoria do ordenamento do espaço*, de forma a compatibilizar, da melhor forma possível, as demandas da sociedade e os recursos naturais, preservando áreas e permitindo estruturar o espaço de acordo com os objetivos das políticas destinadas a eles.

A *atração de famílias com elevada capacidade econômica e inferência cultural* constitui-se em aspecto preciso e característico de residências secundárias, que à exceção de eventuais locatários com pouca disponibilidade de recursos econômicos, auferem certas quantias financeiras para dispor de alojamentos como esses. O seu aproveitamento, ou não, por parte do espaço na qual encontram-se é um fator bastante particular a exemplo da inferência cultural de hábitos e costumes, principalmente em relação ao consumo e dependem também, da disponibilidade da comunidade na qual se encontram inseridos.

A possibilidade da *ampliação de rede elétrica e do saneamento básico* exprimem que: “A residência secundária tem a concepção associada à capitalização mercantil [...] à dotação de infraestrutura de equipamentos e serviços urbanos que facilitem um maior aproveitamento do tempo livre (SENA & QUEIROZ, 2006, p. 98)”. Assim, configuram potenciais de aspectos positivos, sobretudo em se tratando de espaços rurais, dado que a infraestrutura dessas

comunidades constituem-se geralmente em aspectos carentes, sobretudo nas áreas mais distantes dos centros urbanos.

Neste sentido, os espaços de residências secundárias apontaram sensíveis melhorias, já representantes de avanços, mostrando-se bastante específicas as demandas dos visitantes, apontando a afirmação que,

[...] este fenómeno não é, nas palavras de Cavaco e Ramos (1994), por si só suficiente para representar uma reestruturação completa dos espaços rurais, uma vez que a presença esporádica e fugaz de habitantes ocasionais, no espaço e no tempo, não é suficiente para sustentar actividades, populações, equipamentos, infra-estruturas e serviços locais (MOREIRA; SIMÕES; MALTA, 2008, p. 5).

A *expansão, ainda que modesta, dos núcleos urbano-rurais* constituem configurações tais quais outras tantas que configuram rurbanos²¹ ou periurbanos, espaços esses que, para existirem, independem das residências secundárias, porém, a sua existência potencializa consideravelmente a sua constituição a exemplo de uma série de atividades rurais não-agrícolas, características de famílias pluriativas, por exemplo, capazes de eliminar sobremaneira as disparidades ou heterogeneidades existentes entre campo e cidade, sobretudo pela realocização econômica efetivada em ambos os casos.

A par destas mudanças, *melhoras nos equipamentos desportivos e recreativos* assim como a *ampliação da infraestrutura local e de apoio ao lazer* permeiam outras perspectivas positivas que se desenham quando da existência do fenómeno residências secundárias, ao menos, quando essas estruturas não são constituídas sob o prisma da propriedade privada, ou naquelas existentes apenas no imóvel e demandadas somente pelos frequentadores das mesmas, ou então, naquelas construídas em espaços fechados e que, portanto, não chegam a apresentar aspectos positivos à totalidade do espaço na qual as mesmas se encontram instaladas.

²¹ Note-se, porém, que as mudanças nas características sociológicas da população rural revelavam não só uma maior integração das actividades agrícolas (com a abertura a outros sectores e outras esferas sociais e económicas), mas ainda a atracção crescente dos meios rurais para outros sectores da população com diferentes origens sociais e territoriais. A sua inclusão mesmo quando só parcial foi arrastando alterações profundas nos hábitos, valores, consumos e modos de vida nos campos, gerando fenómenos a que se chamou de “urbanização” do habitat rural ou ainda de rurbanização. Em muitos casos, esta transformação dos modos de vida é, pois acompanhada por uma acentuada recomposição social das populações rurais (NAVE, 2003, p. 137).

No tocante à questão patrimonial existem também alguns aspectos positivos que são constitutivos dos espaços de residências secundárias. A *renovação e/ou recuperação das habitações existentes nesses espaços*, a *valorização das construções e tipologias*, a *geração de empregos na construção civil*, a *atração de “minicapitais” das áreas industriais ou urbanas* e os *avanços na execução de obras e manejo de resíduos* são alguns exemplos voltados a construções e edificações elaboradas a partir das residências secundárias.

Quando ocorre a renovação e/ou recuperação das habitações existentes nesses espaços, manifesta-se a capacidade (direta ou indiretamente) de desencadear-se a valorização das construções e tipologias locais, além de potencializar-se a geração de empregos na construção civil, proporcionando postos de trabalho à população local.

A exemplo dessa possibilidade, a atração de “minicapitais” das áreas industriais ou urbanas e os avanços na execução de obras e manejo de resíduos constituem-se em outras possibilidades existentes, sobretudo no que tange ao manejo de resíduos, uma vez que se ampliam significativamente o volume desses resíduos, em função das visitas a essas residências.

A cargo de muitas dessas induções de benefícios, retomam-se, aqui, decorrências referentes ao *aumento da oferta de serviços (tanto público quanto privado) no local* e a *recuperação do patrimônio imobiliário*.

Ao ampliarem-se as exigências no setor de consumo de produtos e/ou serviços e aliado ao maior volume de capital circulando, ampliam-se as ofertas de serviços (e a qualidade resultante deste evento), esta oferta também pode ser em algum grau demandada pela população local, que se beneficia da maior oferta em seus quesitos quantitativos e qualitativos, além da provável diminuição do valor dos mesmos.

Já a recuperação de patrimônios imobiliários configura,

[...] a opinião de Carvalho (2001) que considera que a defesa e valorização do patrimônio rural é importante para a afirmação dos territórios e o fortalecimento da auto-estima das populações, uma vez que a existência de uma paisagem harmoniosa e atraente, com identidade vincada, torna os territórios potencialmente atractivos [...] (MOREIRA; SIMÕES; MALTA, 2008, p. 3).

Salienta-se que esse benefício extrapola o interesse único e exclusivo dos visitantes, quando os patrimônios imobiliários locais beneficiam a paisagem como um todo; indo ao encontro da própria valorização de hábitos e costumes, os autores apontam benefícios à comunidade, sobremaneira no tocante a sua(s) questão(ões) identitária(s).

3.2.2. *Impactos Negativos*

Igualmente à ênfase elaborada nos aspectos positivos e no intuito de detalhar o esquema-síntese, de forma a abarcar todas as questões, far-se-á, aqui, uma breve exposição que não objetiva ser definitiva, mas sim, apontar questões negativas subjacentes, importantes ao fenômeno de segunda residência.

A primeira questão relaciona a *diminuição da área agrícola e florestal*, bem como a *degradação ambiental*, abordada num contexto da totalidade da paisagem por Pinto-Correa et al. (2008, p. 2) da seguinte forma:

A paisagem rural depende directamente das transformações operadas pelo Homem através dos sistemas de uso do solo, agrícolas ou florestais ou mistos[...] o espaço rural não é já definido pela importância do sector agrícola, que se tem vindo a perder em termos sociais e económicos[...] O aumento de outros sectores na economia rural pode mesmo no seu conjunto vir a suportar a agricultura, se novas sinergias puderem ser potenciadas. É neste contexto que se fala hoje de multifuncionalidade da paisagem, porque dela se esperam várias funções pelos vários utilizadores: os proprietários e agricultores, os caçadores e pescadores, os visitantes e turistas, os habitantes, tanto os de longa data como os novos rurais, os que foram habitantes e que se mudaram, mas que se identificam com a paisagem da sua infância, aqueles que desenvolvem actividades económicas com base na paisagem (turismo, recreio, etc.), amantes e defensores da natureza e do ambiente, os técnicos e decisores, e eventualmente muitos outros. A forma como as várias funções se potenciam entre si, ou por outro lado, se afectam negativamente, levanta questões complexas cuja resolução é fundamental para a futura gestão da paisagem.

Estas formas às quais os autores se referem carregam consigo, a contradição existente entre diminuir a área agrícola e florestal e suportar algum grau de degradação ambiental em benefício de outros aspectos potenciais ao local, tais como diversificação econômica e novas funções “revitalizantes” do rural. Essas questões concentram problemáticas referentes aos primeiros aspectos a se salientarem nos efeitos negativos das residências secundárias, ao passo

em que repercutem de outras formas, criando alternativas distintas ao espaço, tais como a já abordada “revitalização” de áreas deprimidas nos aspectos positivos anteriormente enfocados.

O próximo elemento, referente à *urbanização e pressão sobre espaços de importante valor ambiental* consiste em realidades como o fato de:

..o meio ambiente ter sido sempre considerado um recurso farto e abundante ao longo do tempo dificulta a possibilidade de estabelecimento de critérios equilibrados para sua utilização, disseminando mundialmente a problemática ambiental que, por sua vez, passa a influenciar toda a sociedade contemporânea em virtude do processo de apropriação indevida dos fatores ambientais [...] (GONÇALVES, 2004, p. 19).

Concernente a essa realidade, a “pressão” existente em algumas áreas muitas vezes não respeita espaços de grande valor ambiental, sobretudo porque, “Residências secundárias são, não raras vezes, um fenômeno horizontal, embora em muitas localidades sejam maciçamente verticalizadas. No primeiro caso, demandam maiores extensões de terreno e são, além disso, elementos indutores de processos de urbanização (DA CRUZ, 2007, p. 65).

Cabe portanto, restringir legalmente e atentar para as disposições concretas da expansão do fenômeno em tais espaços, a fim de zelar por estes, resguardando as mesmas em particular, ressaltando que devem ser conhecidas antecipadamente em suas fragilidades, potenciais e limites físicos.

As *alterações no ambiente de descanso* incidem diretamente na própria dinâmica das residências secundárias, sobretudo em espaços rurais, deixando de ser um local atrativo pelos seus aspectos de “tranquilidade e sossego” a partir do momento em que passam a contemplar espaços de festas, com grande agrupamento de pessoas, que perduram pelo período noturno, desrespeitando horários e a população que habita no seu entorno.

Quanto à *especulação imobiliária*, constitutivamente, a mesma pode manifestar-se em espaços supervalorizados, pela perspectiva de preservar capital financeiro cumulativamente, ou então, subvalorizados, com a perspectiva de auferir maiores lucros, num momento seguinte, ainda mais quando os mesmos encontram-se situados em áreas de grande potencial de recursos ambientais, ou então, em áreas estratégicas em termos de ampliação de áreas passíveis de

instauração imobiliária, ambas aparentemente não incisivas, ao menos até o presente momento, nos Municípios estudados.

A possibilidade de segregação residencial consiste em outro aspecto negativo ao local, mais diretamente ligado à diversidade econômica frente à renda daqueles que possuem mais de uma residência e aqueles que quando muito, gozam de uma residência própria no entorno das mesmas, muitas vezes, em más condições de preservação e aspecto físico em contraposição aos espaços reservados às residências secundárias, geralmente em áreas de grande apelo à natureza, como no entorno de lagos ou rios.

A remoção de habitantes locais advém geralmente em decorrência de um dos processos anteriores, em virtude do surgimento de indivíduos com poder aquisitivo e disposição de adquirir imóveis (casas e/ou terrenos) nos locais em que habitam autóctones, sobretudo, aqueles indivíduos de baixa renda, muitos são atraídos pelas tentadoras propostas financeiras, ou então, em espaços rurais motivados pela perspectiva de melhoria de vida, por meio de empregos assalariados, perspectivas estas que via de regra não se concretizam, deixando os mesmos à margem de uma situação de moradia.

Sobressae-se na sequência e, em grande parte como reflexo de mudanças estruturais do espaço, tanto em termos de aumento de residências, quanto de população “rotativa” no espaço, a possibilidade de *descontrole urbanístico, saturação das infraestruturas de saneamento básico, sobrecarga da rede elétrica, em épocas de grande fluxo de pessoas, aumento da violência e percepção de insegurança.*

Esses fatores constituem-se em aspectos de crescimento “descontrolado” ou superior à capacidade de “resposta” dada pelas ações locais (principalmente do poder público) aos processos de instalações de residências secundárias, sem o devido acompanhamento e projeção de tais fenômenos.

Em relação a impactos propriamente ditos incisivos sobre a conformação do espaço, os *impactos visuais negativos por ações discordantes com o meio* e a *carência de níveis mais elevados de esforços na conformação do ordenamento do espaço* exprimem aspectos explícitos na paisagem que exigem planejamentos sensíveis à existência das residências secundárias. Caso

contrário, em muito pouco poderão ser contidas tais problemáticas, exceto se seus autores infringirem leis ou regulamentações de cunho regional ou nacional.

Outra questão em relação a residências secundárias refere-se à *alteração em hábitos e costumes locais e a degradação de tipologias de residências tradicionais*, uma vez que muitas vezes decorrem diferenciações conforme citam os autores: “[...] Cada comunidad autónoma ha fomentado un tipo de alojamiento diferenciado del resto, que sirviese como insígnia del turismo rural de la región, como símbolo de diferenciación [...] (MARTÍNEZ & MONZONÍS, s/d, p. 21)”.

Nessa perspectiva encontram-se contidas, as expectativas dos proprietários no tocante à concepção de espaços de lazer, de beleza arquitetônica, patrimonial e cultural, nem sempre condizentes com a realidade local, bem como a interferência e relações que os mesmos tecem com a comunidade local, fatores esses, determinantes de laços de aproximação ou o distanciamento mais frequentemente visualizado, conflitos de visões e/ou interesses no âmbito local.

Mais uma questão voltada às tipologias das residências secundárias consiste na *introdução de usos e tipologias próprias de zonas urbanas e industriais* nos imóveis, que muitas vezes promovem alojamentos construídos com o intuito de satisfazer a demandas de mobilidades espaciais de um período de tempo. Portanto, surge o padrão urbano, em oposição aos imóveis locais, sobretudo aqueles marcadamente rurais que preservam valores e tradições (identidades locais).

As questões mais conclusivas referentes às residências secundárias que repercutem negativamente no âmbito da sociedade, em geral, mas que tem no poder público a incumbência de intermediação, costumam ser os *desajustes da gestão e organização municipal, a proliferação de depósitos e objetos incontrolados e a ampliação dos custos com encargos e infraestruturas (recolha e tratamento de lixo, limpeza das ruas, policiamento, etc.)*, observando que “[...]elas se beneficiam não necessariamente de políticas de turismo, mas de políticas públicas direcionadas ao setor da construção civil principalmente (DA CRUZ, 2007, p. 66)”.

Os desajustes decorrentes da gestão e organização municipal, assim como a proliferação de depósitos de lixo irregulares, aliados ao aumento do encargo para com a

infraestrutura ocorrem quando a capacidade de oferta de serviços encontra-se saturada, podendo derivar de dois fatores: da falta de planejamento e projeção, tornando o aparelho público inadequado para sanar as dificuldades que com o advento da inserção ou ampliação das residências secundárias passam a ocorrer²², ou, ainda, pelas limitações (físicas ou financeiras) existentes nos Municípios em questão, sobretudo naqueles de caracterização rural, pois demandam consideráveis porções de terra para as atividades agrícolas, além da necessidade de atentar para questões de cunho ambiental, fatores que são somados a suas realidades (a salvo exceções) em que os poderes públicos apresentam limitações no tocante à disponibilidade de recursos.

Em particular, a gestão e a organização, quando planejadas a longo prazo e concebidas conforme as realidades locais em suas carências e demandas, os impactos incidentes das residências secundárias podem ser atendidos por meio de ações de curto prazo e reprogramação das metas e ações no longo prazo que permitem contornar o problema *a posteriori*.

Diante da mesma perspectiva, especificamente em relação à infraestrutura vê-se que:

[...] para abrigar moradores temporários costumam demandar a implementação de todo um conjunto de infra estruturas, básicas e urbanas, implicando em diversos casos em um custo social para a sociedade que os abriga, não necessariamente convertido, ao longo do tempo em benefícios econômicos e sociais para ela (DA CRUZ, 2007, p. 66).

A estas demandas exigidas e nem sempre contempladas com contraposições favoráveis (retornos) ao espaço no qual estão inseridas, somam-se os depósitos de lixo irregulares incontrolados. Características das sociedades contemporâneas, os produtos sintéticos constituem-se nos grandes vilões da perspectiva ambiental, dado o maior período exigido pelos mesmos para degradar-se. As grandes quantidades de produtos consumidos que apresentam este

²² Cabe salientar duas situações que Tulik (2001) chama a atenção pelo potencial que apresenta de transformar residências permanentes em secundárias e vice-versa. Podendo ocorrer, “[...] quando situada nos arrabaldes próximos, a residência secundária pode transformar-se, com as facilidades dos transportes, em residência permanente, de onde a migração para o trabalho é diária (DERRUAU *apud* TULIK, 2001, p. 72)” ou então “residências secundárias podem-se transformar em residências permanentes, em virtude da fixação de antigos turistas que, ao se aposentarem, transferem para o destino de fim de semana seu domicílio principal (TULIK, 2001, p. 85). Na ocorrência destes casos, salienta-se que a primeira não afetaria os fatores acima descritos, pois a residência já existia e passaria apenas a apresentar menores demandas, porém, a segunda incidiria diretamente sobre os fatores, dado o aumento da demanda ocasionado pela utilização mais frequente do imóvel.

tipo de material como detrito, aliando-se à falta de consciência de muitos visitantes para com o cuidado do espaço, protagonizam situações em que os prejuízos à paisagem e ao ambiente são apenas dois aspectos que permeiam a problemática.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados alcançados a partir da coleta dos dados e informações obtidas durante a realização da pesquisa. Serão expostas as caracterizações das residências secundárias e dos fluxos de finais de semana e de veraneio nos municípios de Itaara e Restinga Seca/RS, respectivamente, ambos configurando deslocamentos em direção às residências secundárias.

4.1 As Paisagens de Itaara e Restinga Seca: atrativos e peculiaridades de espaços que abrangem residências secundárias

A paisagem como conceito que possibilita uma análise do espaço traz consigo a idéia de imagem visualizada, associada diretamente à configuração/resposta da interação sociedade-natureza. Porém, conforme Suertegaray e Guasselli (2004, p. 27): “Em outras perspectivas, paisagem não é apenas a forma, a configuração, é resultado de processos não visíveis, mas possíveis de serem inferidos. No sentido mais clássico a paisagem é observável a partir do nosso campo de visão”.

Nos municípios de Itaara e Restinga Seca, a paisagem é capaz de corresponder às belezas e atrativos peculiares dos espaços que comportam residências secundárias.

4.1.1 As Paisagens de Itaara

A paisagem de Itaara apresenta uma série de belezas naturais assentadas, sobretudo, na diversidade de sua flora, áreas de campos ondulados com espécies de araucária, bem como atividades agrícolas contrastando com outra porção do Município, com vales (*canyons*) e áreas consideradas impróprias para a atividade agropecuária. Somam-se a essa diversidade o seu destacado potencial fluvial, composto por lagos, rios e cachoeiras situados em seus limites físicos, aspectos que transmitem um ar campesino ao ambiente.

Conforme Rodrigues (2005, p. 77-78):

A paisagem de Itaara, de privilegiada beleza cênica, deve-se ao fato de se constituir em um prolongamento da Serra Geral [...] apresenta uma formação florestal, fitofisionomicamente típica da Floresta do Alto Uruguai. Contudo, por este local ser um prolongamento da Serra Geral, a qual é uma incursão da Floresta Tropical Atlântica; há também espécies que são características da Mata Atlântica, constituindo-se, assim, numa relíquia de valor ecológico [...]

Em Itaara, as temperaturas apresentam-se mais baixas que as identificadas nos seus Municípios vizinhos, por situar-se no rebordo do planalto basáltico do Rio Grande do Sul²³. Tais temperaturas favorecem que, no período do verão, o ambiente apresente um aspecto de “bem-estar” aos visitantes, conforme destacado por eles próprios. Já no inverno, estas temperaturas mais baixas conformam ares “serranos” (mesmo não se tratando de um município situado na Serra Gaúcha), com utilização de lareiras e fomento da gastronomia local, que envolve principalmente produtos ítalo-brasileiros, típicos da região da Quarta-Colônia²⁴, vizinha ao município. Destaca-se, frente a esta característica, a existência de uma vinícola que fornece produtos, não apenas nos estabelecimentos situados no âmbito municipal, mas também comercializa seus produtos em outras cidades da região.



Figura 3. Paisagem do município de Itaara

Fonte: Trabalho de Campo (2008).

²³ O município de Itaara engloba a transição dos compartimentos geomorfológicos do planalto sul riograndense e a depressão periférica riograndense.

²⁴ A região da Quarta Colônia é composta por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins, que apresentam um grande percentual de habitantes rurais e a origem dos mesmos é, na sua maior parte, composta de descendentes de imigrantes italianos que chegaram a esta região no final do século XIX.

Outras particularidades da paisagem de Itaara encontram-se na estrutura rural do município, caracterizada por Rodrigues (2005, p. 76) da seguinte forma:

...o setor agrícola é caracterizado por pequenas propriedades rurais com produção agrícola bastante diversificada, tendo ênfase a produção de grãos, onde a principal cultura econômica do município é a soja seguida do milho, feijão, batata inglesa, além de pequenas áreas com fumo. Conta também com produção significativa de hortifrutigranjeiros, de olerícolas em estufas e de frutas cítricas... A pecuária está ligada à agricultura através do plantio direto, que é uma prática usada há 13 anos no município. No inverno são plantadas gramíneas ou leguminosas, como a aveia e o feijão de porco, que além de fornecerem cobertura verde ao solo, alimentam o gado.

Em virtude da diversidade da paisagem no âmbito municipal, Itaara apresenta várias residências secundárias, dispersas ao longo do seu território, concentrando-se maior número destas em espaços de balneários, os quais totalizam onze, sendo que dez são privativos e concentram as residências secundárias, diferentemente do único de uso público. Na maioria desses balneários autoriza-se a circulação de visitantes, temporariamente, com o objetivo de conhecer o local (apenas um informou não permitir o acesso de um público externo).

Os balneários constituem-se em atrativo para os visitantes, mesmo no período anterior à emancipação de Santa Maria (fato que ocorreu no ano de 1995).

Cabe salientar, ainda que, em Itaara, um fator que favorece a distribuição das residências secundárias ao longo do território municipal é a configuração descentralizada da estrutura “comercial” uma vez que existem pelo menos três locais que estendem a oferta de produtos para além do núcleo urbano.

Apesar desta estrutura, aparentemente, contemplar melhor o consumo dos visitantes, potencializando as relações entre o visitante e os produtores e produtos locais, juntamente com a redução dos valores dos produtos, observou-se empiricamente que os mesmos abastecem em sua grande maioria, apenas a população local, sendo escassas as relações entre os visitantes e os produtores e produtos locais.

Observou-se que o fenômeno de residências secundárias apresenta-se significativamente no espaço de Itaara e mesmo que economicamente a atividade turística ainda não se apresente como principal atividade do município, cabe ressaltar que o município

apresenta vocação natural para esta atividade, devido às peculiaridades que perfazem uma identidade singular, identidade esta que pode ser visualizada na diversidade da paisagem local.

4.1.2 As Paisagens de Restinga Seca

O município de Restinga Seca apresenta uma organização municipal característica dos municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul, de economia baseada principalmente no setor agropecuário. Sua estrutura apresenta um núcleo urbano central onde está situada a área comercial do município, havendo, fora desse espaço, apenas pequenos estabelecimentos, que, em grande parte, localizam-se nos limites do balneário Praia de Tunas, área na qual encontram-se as residências secundárias.

Esta área que comporta o balneário da praia de Tunas está localizada à margem do rio Vacacaí-Grande. O município, que contempla uma demanda turística centrada quase unicamente no balneário da praia de Tunas, apresenta conforme a própria denominação, características próprias das praias, com áreas de banho, espaços para exposição ao sol na areia à beira da água (espaços estes formados por depósitos de sedimentos no leito do rio), quiosques e lanchonetes igualmente situados próximos à margem do rio.



Figura 4. Paisagens do balneário da praia de Tunas no município de Restinga Seca

Fonte: Trabalho de campo (2008).

O local apresenta, ainda, atrativos referentes à infraestrutura que comporta vias de acesso em boas condições, abastecimento de água, luz, telefone, limpeza pública e espaços de

lazer, como quadras de areia para a prática de futebol e voleibol, além de canchas de bocha cobertas e sombras que abrigam estruturas para descanso e propícias à elaboração do prato típico do Rio Grande do Sul, o churrasco.

A água constitui-se num elemento central da demanda dos fluxos que visitam o local, de forma que quando ocorre um grande volume de chuvas, os espaços de lazer ficam comprometidos e a própria infra-estrutura acaba sendo afetada. Igualmente são frustrantes, para os visitantes, os níveis da água muito baixos (em períodos de estiagem), por comprometerem as áreas de banho. Conforme Froehlich & Rodrigues (2004, p. 103-104):

Quando chove demais, o local sofre com enchentes e houve ocasiões em que o balneário teve que ser evacuado. Nos períodos de estiagem, ocorre uma diminuição do fluxo e do nível das águas, condições que decepcionam os veranistas e tornam receosos os encarregados da divulgação. Além disso, essa mesma água é usada para a irrigação da lavoura arrozeira, não ocorrendo nenhum controle sobre os agroquímicos usados nessa cultura, que geralmente, são levados até as águas do balneário pela ação das chuvas... O volume de água no rio também é prejudicado pelo processo de assoreamento de seu leito, derivado de práticas agrícolas sem preocupação com a conservação do solo, para evitar a erosão e a conseqüente deposição de sedimentos no leito do rio.

Muito embora haja um consumo significativo nesta área e a produção agrícola esteja situada no entorno do balneário, uma grande demanda por produtos agrícolas não foi verificada no local, sendo trazidos pelos próprios visitantes ou então, adquiridos no pequeno mercado existente no local, que dispõe de poucos produtos provindos, em grande parcela, do comércio central do município. Froehlich & Rodrigues (2004, p. 102-103) destacam que no caso de Restinga Seca e mais especificamente no balneário praia de Tunas,

Embora não tenha havido, com a evolução do turismo a criação de programas específicos articulados à produção agrícola... Todavia, constata-se que há demanda por produtos agrícolas no município e no balneário não atendida localmente, pois é freqüente a presença de atravessadores de municípios maiores que vão até lá para abastecer o consumo, principalmente de frutas. Segundo a Secretaria de Agricultura, o que é plantado no local não é suficiente, em virtude de dois fatores: a) a parte da produção não é canalizada para o município ou o balneário, tendo um mercado fora mais seguro, que exige venda “casada” de produtos, comprometendo antecipadamente a produção; b) há dificuldades para ampliar a produção. Para isso, seriam necessários investimentos vultuosos, que só teriam retorno em um curto período do ano, ou seja, nos três meses de verão.

A temperatura consiste em um fator interessante no espaço em questão, uma vez que, de um lado, estimula os fluxos em direção ao balneário, à medida que o público demandante deste espaço é motivado pelas características similares àquelas encontradas em praias, ou seja, constituem-se em demandas tipicamente de veraneio. De outro lado, a mesma representa um mercado sazonal para os produtos agropecuários, que exigiriam uma adaptação (até o momento inexistente) por parte da produção agrícola local para que fosse consolidada a comercialização entre os agricultores e a demanda dos visitantes que frequentam essa área.

A exemplo dessa realidade, existem no município de Restinga Seca outros três balneários, dois públicos (balneário Colônia Borges e Jacuí) e um particular (balneário Meia Lua) que vivenciam dinâmicas muito semelhantes, porém, praticamente inexistem residências secundárias nesses espaços, além do fato de as mesmas apresentarem infra-estrutura inferior e logo, apresentam demanda igualmente menores.

Cabe destacar que mesmo o município, tendo sua localização geográfica numa área pertencente à denominada região da Quarta-Colônia (de destacado patrimônio cultural, herança da colonização ítalo-brasileira, visualizada principalmente em suas edificações e na gastronomia local) não apresenta nenhum desses potenciais da região (as residências não apresentam traços característicos de arquiteturas italianas, nem tampouco é explorada a gastronomia dessa região, muito embora, haja certo reconhecimento dos potenciais turísticos centrado nesta herança cultural).

Outras particularidades da paisagem de Restinga Seca que podem ser visualizados nos trajetos percorridos até o balneário Praia de Tunas encontram-se na produção agrícola do espaço rural do município, caracterizado segundo Froehlich & Rodrigues (2004, p. 96) por produzir “milho, fumo, melancia, feijão, cana-de-açúcar, pães, cucas, cachaça, ovos, mel, rapaduras, açúcar mascavo, geléias, leite e seus derivados, além de hortifrutigranjeiros”. Em virtude da sua produção diversificada, o município apresenta igualmente, em seu espaço rural, cenários distintos, destacando-se a presença da agricultura familiar de forma predominante.

Observou-se que no balneário Praia de Tunas, o consumo dos visitantes não contempla relações entre o comércio e os produtores e produtos locais, nem tampouco contribui para a redução dos valores dos produtos, de forma que permanece inexplorado o mercado consumidor

desses visitantes para os agricultores locais e mesmo a iniciativa privada apresenta carências no abastecimento dos mesmos.

Muito embora o fenômeno de residências secundárias e mesmo a atividade turística como um todo, ainda não se apresentem economicamente significativos em Restinga Seca, ressalta-se que o município apresenta, ao menos em seus balneários, potencialidades para esta atividade, com peculiaridades que perfazem uma identidade singular e possibilitam a existência da atividade turística.

4.2. Caracterização das Residências Secundárias

A existência de residências secundárias não se constitui num fenômeno absolutamente recente, tanto no município Itaara, quanto em Restinga Seca/RS. Desta forma, interessa identificar especificamente há quanto tempo essas residências existem nestes municípios, consolidando-se como modalidade distinta de habitação. Nos gráficos 1 e 2 são apresentadas as distribuições das residências secundárias de acordo com o tempo de existência nos Municípios em estudo.

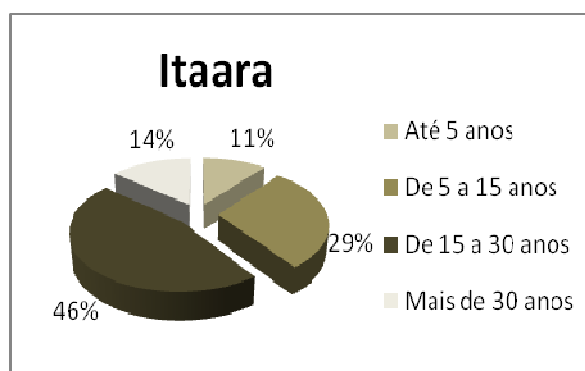


Gráfico 1: Distribuições das Residências Secundárias, de acordo com o tempo de existência no município de Itaara

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

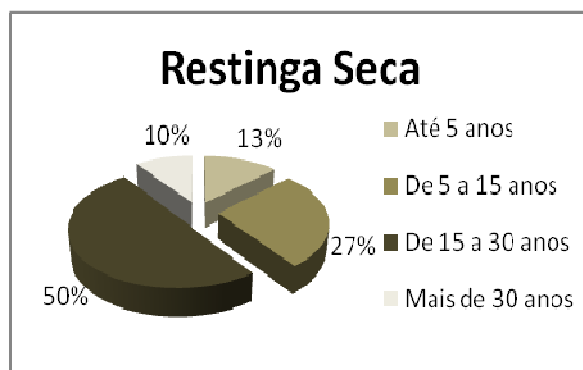


Gráfico 2. Distribuições das Residências Secundárias, de acordo com o tempo de existência no município de Restinga Seca

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Tanto no município de Itaara quanto em Restinga Seca cerca de 10% das residências secundárias possuem mais de trinta anos de existência. Porém, a maior incidência refere-se a um período relativamente recente de 15 a 30 anos, em ambos os Municípios, totalizando aproximadamente a metade dos percentuais de cada um.

Observa-se a partir dos gráficos 1 e 2, que a distribuição das residências secundárias, de acordo com o tempo de existência nos municípios de Itaara e Restinga Seca é semelhante e, portanto, a característica de tempo de existência não causa disparidade nas análises do fenômeno, no que concerne às suas diferentes manifestações nos municípios. Salienta-se que embora não evidencie o universo do fenômeno em ambos os casos, a dispersão de dados em relação ao tempo foi baixa, sendo capaz de expressar a realidade pesquisada.

Cabe ressaltar ainda, que a semelhança existente entre as distribuições quanto ao tempo de existência das residências secundárias nos municípios assemelha-se inclusive no que concerne ao seu crescimento ao longo dos anos, que no período dos últimos cinco anos apresentou taxas de 11 a 13% conforme verificou-se na pesquisa.

A estrutura das construções destas residências, seja de alvenaria, madeira ou mista, também apresentou percentuais aproximados, em ambos os municípios, conforme os gráficos 3 e 4.

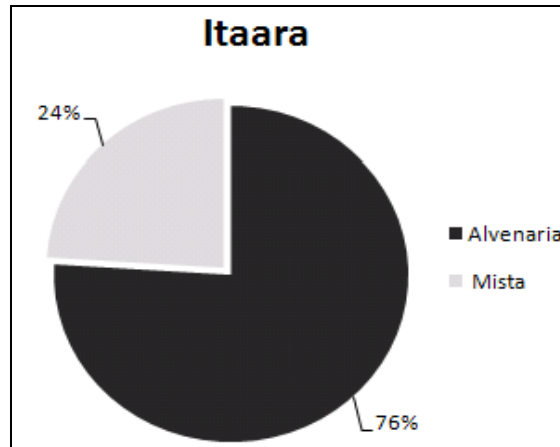


Gráfico 3. Estrutura das Construções de Residências Secundárias em Itaara

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

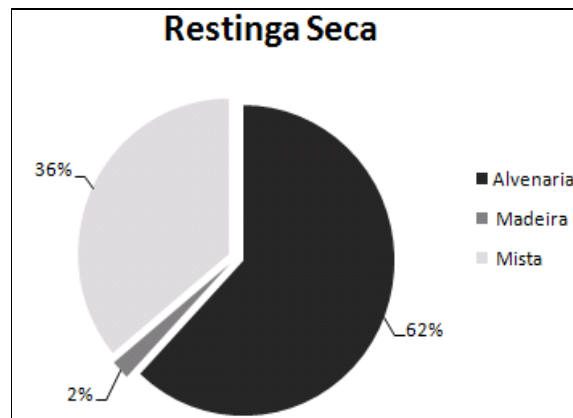


Gráfico 4. Estrutura das Construções de Residências Secundárias em Restinga Seca

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Na tabela 1, estão apresentadas as distribuições das situações das residências secundárias nos municípios analisados, sendo possível observar, segundo a condição de ocupação: próprios, emprestados ou alugados.

Tabela 1. Distribuição segundo as condições de ocupações das Residências Secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca pelo número de questionários

Condição de ocupação da Residência Secundária	Itaara		Restinga Seca	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Própria	32	97	28	53
Emprestada	1	3	3	6
Alugada	0	0	22	41
TOTAL	33	100	53	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

É possível visualizar na tabela 1 que o município de Itaara apresenta em quase sua totalidade (97), visitantes na condição de proprietários das residências, sendo inexistentes no contexto da amostra, a presença de visitantes locatários. Já por outro lado, em Restinga Seca, uma grande parcela dos visitantes caracteriza-se como locatário das residências, totalizando um percentual de 41%, o que aponta, um considerável contingente de proprietários que as utilizam com fins de geração de renda via locação imobiliária. Tal dado pode ser observado mais detalhadamente no que se refere ao número de indivíduos abordados, a partir da aplicação de cada questionário na tabela 2

Tabela 2. Distribuição segundo as condições de ocupações das Residências Secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca pelo número de indivíduos

Condição da Residência Secundária	Itaara		Restinga Seca	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Própria	136	98	105	49
Emprestada	3	2	8	4
Alugada	0	0	101	47
TOTAL	139	100	214	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

De maneira complementar à tabela 1, a tabela 2 demonstra que o município de Itaara apresenta em 98% do total visitantes na condição de proprietários das residências, de modo que

os 2% restantes foram compostos por visitantes que emprestaram a residência (1 única). Em Restinga Seca, complementando os dados anteriores, observa-se que os visitantes caracterizados como proprietários continuam perfazendo a maior parcela (49%), porém, o número de indivíduos locatários das residências aumenta para 47% do total da amostra, os 4% restantes ficam a cargo de visitantes que emprestaram os imóveis.

Neste sentido, evidenciou-se maior ocupação das residências secundárias por parte dos proprietários, configurando maior cuidado e investimentos nos imóveis em relação àqueles destinados aos fins locatários (conforme figura 5).



Figura 5. Residências Secundárias de proprietários em Itaara (à esquerda) e em Restinga Seca (ao centro) e de locatário em Restinga Seca (à direita)

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Todavia, os investimentos nos cuidados com os imóveis em Itaara apresentam relação, também, com a frequência de ocupação do imóvel pelo proprietário, a qual se dá com periodicidade semanal, tendo em vista a maior proximidade de Itaara em relação ao município de Santa Maria/RS que se caracteriza como polo emissor da região. A frequência da ocupação das residências pelos proprietários, que constitui fluxos de finais de semana, também se relaciona com o fato de que em Itaara seja inexistente a locação de imóveis para terceiros, visto que estes são ocupados essencialmente pelos proprietários e familiares.

No próximo item, serão descritos os fluxos de finais de semana e de veraneio com base nas relações de distância existentes entre o município de Santa Maria e os municípios de Itaara e Restinga Seca, o primeiro configurado como pólo emissor dos deslocamentos para os dois municípios pesquisados e nos quais se manifesta os fenômenos relativos às residências secundárias.

4.3 Caracterização dos Fluxos de Finais de Semana e de Veraneio em Direção às Residências Secundárias

Primeiramente, apresenta-se, na tabela 3, o cálculo da média de indivíduos ocupantes de cada residência secundária, de forma a caracterizar como se dá o processo de demandas dos fluxos, em ambos os municípios.

Tabela 3. Média de indivíduos ocupantes de cada residência secundária nos municípios de Itaara e Restinga Seca

Municípios	Número de Indivíduos	Número de Questionários	Média de Indivíduos por Residência
Itaara	139	33	4
Restinga Seca	214	53	4
TOTAL	353	86	4

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Verifica-se, pela tabela 3, que os municípios de Itaara e Restinga Seca possuem a mesma média de indivíduos ocupantes das residências secundárias, de forma a totalizar 4 indivíduos por residência.

Quanto ao objetivo da viagem, a totalidade dos entrevistados informaram que a realizam exclusivamente com o fim de descanso e lazer. Em Itaara todos já haviam visitado o local anteriormente, já em Restinga Seca, 92% dos visitantes apontaram o retorno ao local e às residências, sendo apenas 8% o total de visitantes que encontravam-se pela primeira vez no local.

Apresenta-se, a partir dos dados contidos nas tabelas 4 e 5 a denominação do município de Santa Maria como polo emissor, pois é o principal município de origem dos deslocamentos em direção às residências secundárias, dos municípios de Itaara e Restinga Seca.

Tabela 4. Município de origem da mobilidade espacial a Itaara

Municípios	Distância (km)	Quantidade de casos	Taxa %
Polo Emissor - Santa Maria	10	125	90
Outros (8 municípios)*	220**	13	10
TOTAL	-	138	100

Fonte das ocorrências: Dados da pesquisa (2008).

Fonte das distâncias: DAER/RS (2008).

* No total, foram citados 9 municípios de origem dos fluxos de visitação. Porém, um deles apresentou distância muito superior aos demais (1247 quilômetros - distância São Paulo a Santa Maria), de forma que o município não foi considerado no cálculo das distâncias, a fim de preservar a proporcionalidade do mesmo.

** Distância média dos demais municípios de origem dos fluxos de visitação.

Tabela 5. Município de origem da mobilidade espacial a Restinga Seca

Municípios	Distância (km)	Quantidade de casos	Taxa %
Polo Emissor - Santa Maria	65	77	43
Outros (17 municípios) *	76	92	57
TOTAL	-	169	100

Fonte das ocorrências: Dados da pesquisa (2008).

Fonte das distâncias: DAER/RS (2008).

* Distância médias dos demais municípios de origem dos fluxos de visitação.

As taxas percentuais apresentadas nas tabelas 4 e 5 também verificados nos gráficos 5 e 6, demonstram que o município de Santa Maria, com distância de 10 quilômetros de Itaara é o município de origem de 90% dos visitantes, ao passo que, Santa Maria representa 43% do percentual total de origem dos deslocamentos em direção a Restinga Seca, sendo a distância entre esses dois últimos municípios de aproximadamente 65 quilômetros.

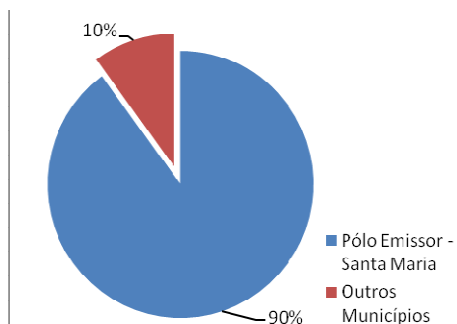


Gráfico 5. Fluxos em Itaara

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

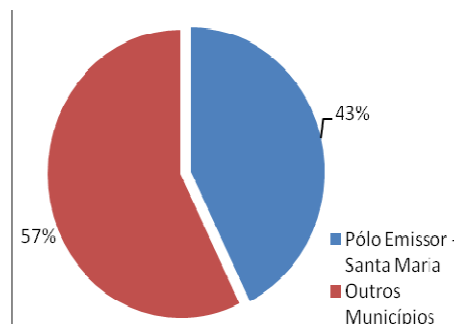


Gráfico 6. Fluxos em Restinga Seca

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Retomando as tabelas 4 e 5, observa-se que em Itaara são citados apenas 13 casos de municípios de origem diferentes de Santa Maria, constituindo apenas 10% da amostra, distribuída em 8 municípios diferentes, com distância superior em todos os casos, perfazendo uma média de 220 quilômetros de Itaara.

Já com relação a Restinga Seca, pode-se verificar na tabela 5 que são 92 os casos de municípios de origem diferentes de Santa Maria, representando 17 municípios, que se refere a um percentual de 57% da amostra, de maneira que suas distâncias perfazem uma média de aproximadamente 76 quilômetros de distâncias de Restinga Seca.

Num comparativo entre as taxas percentuais relativas ao número de casos de origem dos visitantes especificamente de Santa Maria, embora Restinga Seca apresente uma taxa de 43% dos casos, sendo menos da metade da taxa apresentada em relação a Itaara (90%), pode-se afirmar que efetivamente (e igualmente a Itaara) Santa Maria se constitui polo emissor de Restinga Seca, dado que os 57% dos casos de origem de outros municípios está dividido em 17 destes, sendo que apenas nos municípios de Cerro Branco, Formigueiro e Candelária são encontrados mais de 10 indicações de origem de indivíduos.

A partir do cruzamento das variáveis *distância* e *casos* (número de visitantes instalados nas residências secundárias), apresentam-se os gráficos 7 e 8, referentes aos municípios de Itaara e Restinga Seca, respectivamente.

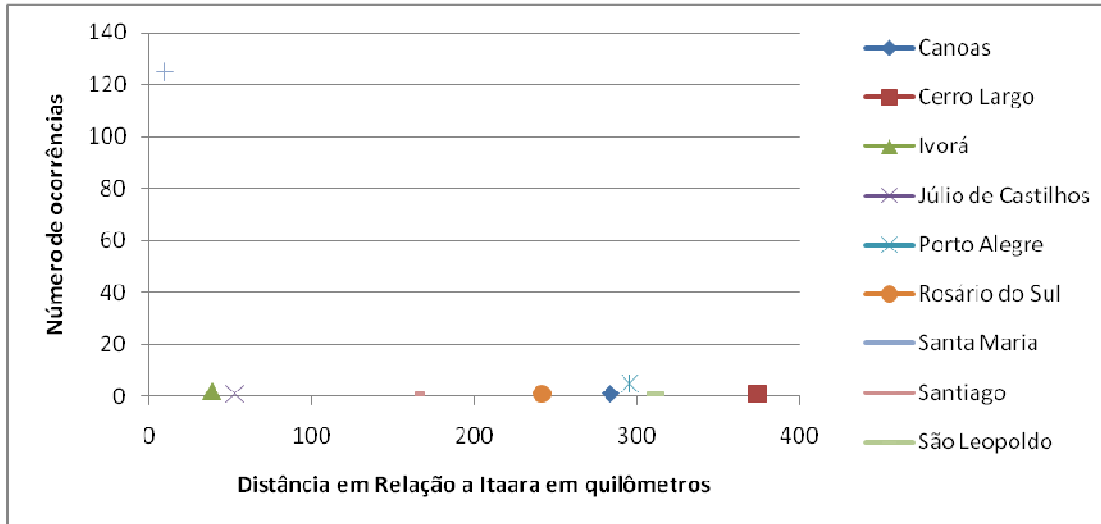


Gráfico 7. Distância e número de ocorrências no município de Itaara

Fonte das ocorrências: Dados da pesquisa (2008).

Fonte das distâncias: DAER/RS (2008).

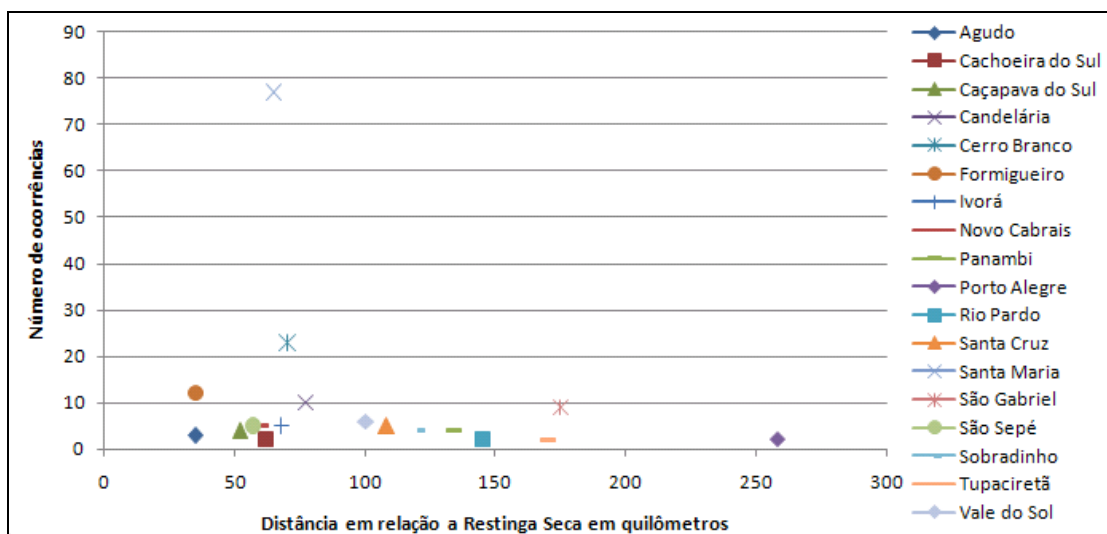


Gráfico 8. Distância e número de ocorrências no município de Restinga Seca

Fonte das ocorrências: Dados da pesquisa (2008).

Fonte das distâncias: DAER/RS (2008).

Outra característica marcante é o tempo de permanência nas residências secundárias, característica esta que apresenta relação com a distância entre o polo emissor (Santa Maria) e o espaço de residências secundárias. Os gráficos 9 e 10 apresentam a distribuição dos visitantes de acordo com o tempo de permanência nas residências secundárias, considerando as seguintes

categorias: Menos de 1 dia; 1 a 6 dias; De 1 a 2 semanas; Mais de 2 semanas a 1 mês e; Mais de 1 mês.

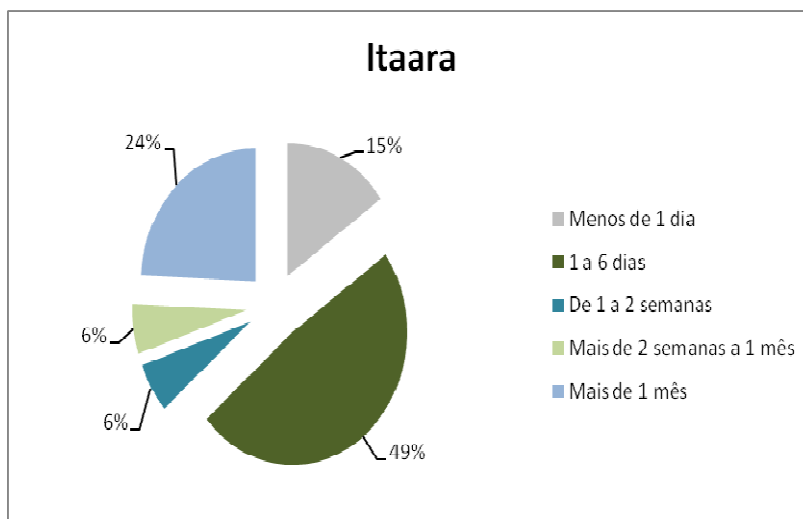


Gráfico 9. Tempo de permanência dos visitantes de Itaara nas residências secundárias

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

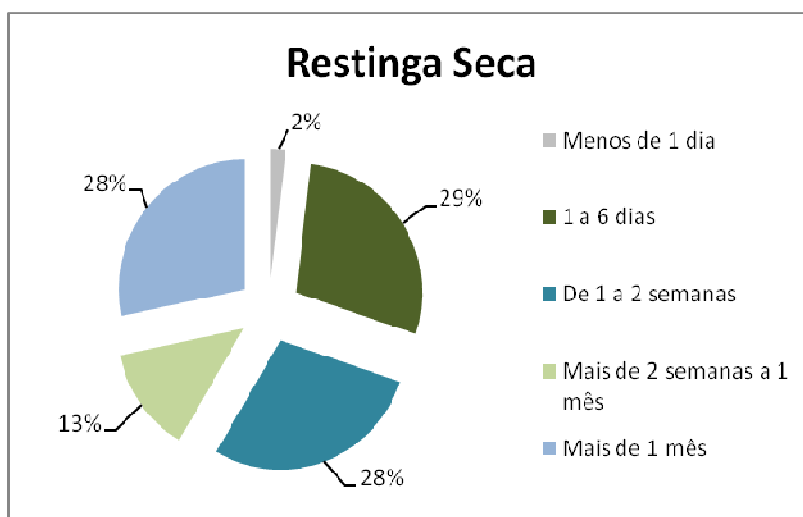


Gráfico 10. Tempo de permanência dos visitantes de Restinga Seca nas residências secundárias

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Na observação comparativa dos gráficos 9 e 10, destaca-se que em Itaara é expressivo o número de visitantes que permanecem somente um dia no município, totalizando 15% destes,

igualmente demonstrou taxas superiores a Restinga Seca nas permanências de 1 a 6 dias (49%), totalizando 64% nas duas alternativas citadas de curta duração. Já Restinga Seca, nestas alternativas de curta duração, apresentou taxas menores, de apenas 2% nas permanências de 1 dia e 29% nas permanências de 1 a 6 dias, totalizando, 31% do percentual total.

Quanto às taxas de maior duração, as permanências de 1 a 2 semanas em Itaara fora de 6% e de mais de 2 semanas a 1 mês, igualmente taxas de 6%. Enquanto isso, Restinga Seca, nestas categorias, apresentou taxas de 28% e 13% respectivamente, perfazendo 41% do total, o que aponta uma diferença calculada em 29 pontos percentuais em relação aos 12% de Itaara. Por fim, os percentuais relativos às permanências de mais de 1 mês mantiveram-se equilibrados entre os municípios, com taxas de 24% em Itaara e 28% em Restinga Seca.

Após verificada a existência de um polo emissor em comum para os dois municípios em análise, e visualizado nos gráficos 9 e 10 que em Itaara há um destaque aos períodos mais curtos de permanência e em Restinga Seca, um destaque aos períodos mais longos de permanência dos visitantes nas residências secundárias, segue-se para a caracterização dos fluxos de viagens.

Denominam-se fluxos de finais de semana aqueles que tem periodicidade, em geral, de finais de semana, mantendo um considerável número de ocorrências ao longo do ano (ainda que ampliadas no veraneio), bem como se denominam fluxos de veraneio aqueles que em suas periodicidades, apresentam relevância apenas no período de veraneio, concentrando maiores ocorrências nos meses Dezembro, Janeiro e Fevereiro conforme se observa no gráfico 11.

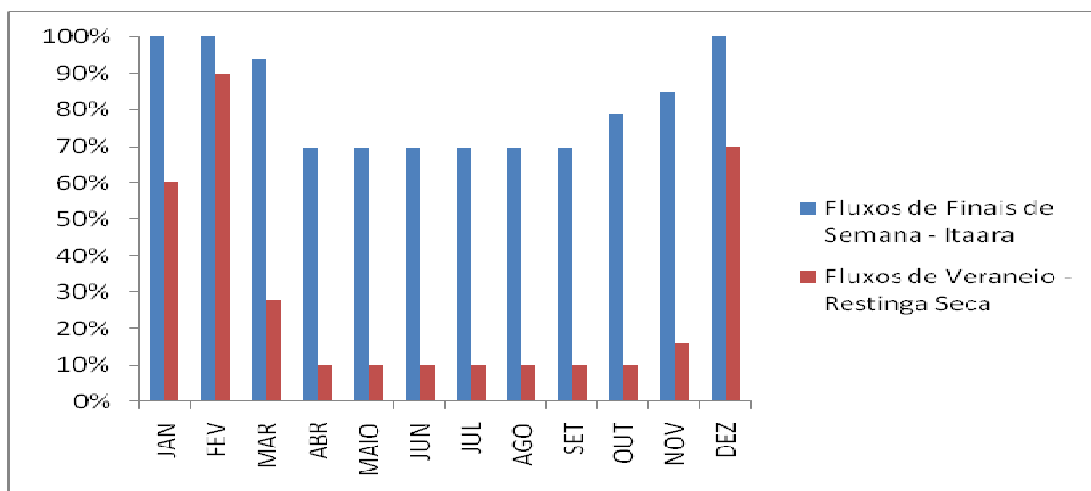


Gráfico 11. Frequência dos deslocamentos de residências secundárias ao ano

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

A partir dos dados expostos no gráfico 11, verifica-se que a totalidade dos visitantes de Itaara utiliza as residências secundárias com frequência nos finais de semana (ainda que em algumas ocasiões também o façam ao longo da semana) durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, embora, mantenham uma frequência de utilização durante todo o ano, essa demanda decai em média para 30% do total neste período.

Com relação à Restinga Seca, verifica-se que mais de 60% dos visitantes frequentam as residências secundárias de Dezembro a Fevereiro e 30% em Março, fator sobretudo associado aos períodos de férias, característica bastante peculiar aos fluxos de veraneio. Este período apresenta uma frequência superior a apenas os finais de semana, tendo em vista que a maioria dos visitantes permanece maiores períodos nos locais das residências secundárias. Durante os demais períodos do ano, a frequência dos deslocamentos às residências secundárias não ultrapassam o percentual de 10%, de modo que essa frequência de deslocamentos para Restinga Seca caracterizam um fluxo especificamente de veraneio, abarcando, tanto os finais de semana, quanto os dias úteis no mesmo período.

A fim de contextualizar a variável *distância* e no intuito de melhor compreender a sua implicação nas periodicidades de usos das residências secundárias, observou-se na presente pesquisa que os fluxos de finais de semana apresentam distâncias de cerca de 15 quilômetros, que além de apresentarem assiduidade maior nas visitas, as mesmas se deparam muito mais

restritas ao polo emissor, ao passo que o fluxo de veraneio distancia-se cerca de 70 quilômetros, possuindo menor interação para com o polo emissor e constitui-se num fluxo mais disperso. Esta relação pode ser observada na figura 4.

Cabe salientar que algumas teorias contribuíram para a esquematização apresentada na figura 6, como as representações de Pearce (2003) e de Lundgren *apud* Pearce (2003), ambos disponíveis nos apêndices A e B do presente trabalho.

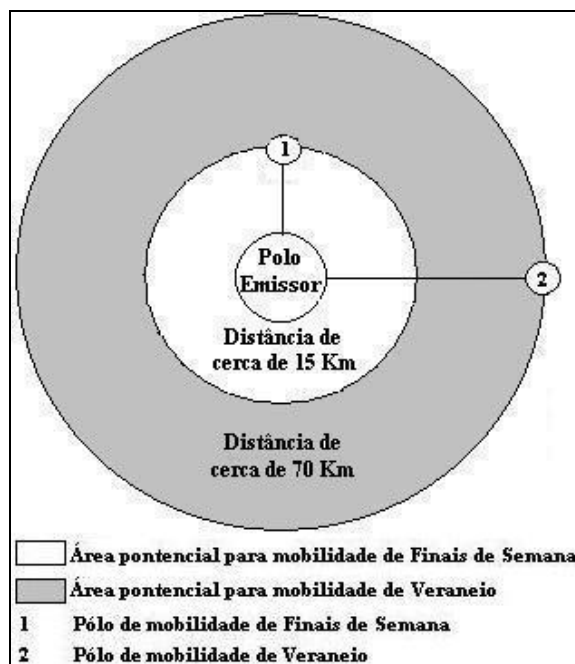


Figura 6. Esquema de relação entre distâncias e as Mobilidades no Espaço

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Enfocando o modelo acima, porém, apresentado nos limites físicos dos municípios estudados, pode-se observar, na figura 7 a abrangência da relação entre distância e forma de manifestação da mobilidade espacial, no contexto das diferentes distâncias, ao longo das áreas analisadas.



Figura 7. Croqui-Esquema de relação entre distâncias e as Mobilidades Espaciais nos limites físicos da área em estudo

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Analisando a figura 7 e tomando como base a teoria de Lundgren *apud* Pearce (2003) que aborda a manifestação do fenômeno de residências secundárias a partir do centro urbano (considerando seus tamanhos) emissor dos deslocamentos (ver apêndice A), sendo efetuada uma adaptação do modelo de Lundgren (1974) conforme figura 8.

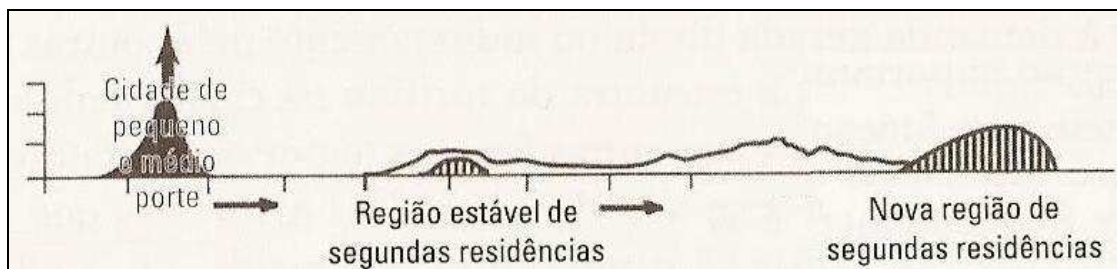


Figura 8. Adaptação do Modelo de Lundgren (1974)

Fonte: Lundgren *apud* Pearce (2003, p. 331).

Adaptação: WANDSCHEER, E. A. R.

Por meio dessa configuração, a dimensão que o modelo assume, consiste na expressão da cidade de pequeno e médio porte (no caso deste estudo corresponde a Santa Maria) possuindo, na área mais próxima (Itaara), uma região estável de segundas residências e na área seguinte (saindo, conforme o modelo de Lundgren (apêndice A) da categoria anterior de área potencial para instalação de residências secundárias, para tornar-se uma área que já abarca o

fenômeno) observou-se uma nova região de residências secundárias (em Restinga Seca) apresentando ocorrências do fenômeno de forma bastante pontual.

Nessa seção de caracterização dos fluxos, foi verificada a influência das relações de distância nas manifestações do fenômeno de residências secundárias, tendo em vista que quanto mais próximo do polo emissor encontram-se as áreas de residências secundárias, maior tende a ser a frequência de suas visitas, configurando fluxos de finais de semana durante todo o ano, ao passo que, quanto mais distante do polo emissor se encontrarem essas áreas, menor tende a ser a frequência de suas visitas, configurando os fluxos de veraneio, concentrados nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

4.4 Caracterização dos Usuários das Residências Secundárias

O perfil dos visitantes de residências secundárias entrevistados nos Municípios enfocados pode ser formado com base nos dados referentes a sexo, estado civil, idade, ocupação, escolaridade e renda *per capita*. Também acrescentam-se dados referentes à motivação da viagem, bem como saber se esta é realizada pela primeira vez ou não.

A tabela 6 apresenta as informações relativas ao sexo dos visitantes dos municípios de Itaara e Restinga Seca, ao passo que a tabela 7, sintetiza os resultados dos dois Municípios:

Tabela 6. Sexo dos Visitantes de Itaara e Restinga Seca

Sexo	Itaara		Restinga Seca	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Masculino	71	51	102	48
Feminino	68	49	112	52
TOTAL	139	100	214	100

Fonte: Dados (2008).

da pesquisa

Tabela 7. Sexo dos Visitantes das Residências Secundárias

Sexo	Casos	Percentual (%)
Masculino	173	49
Feminino	180	51
TOTAL	353	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Nas tabelas 6 e 7, observa-se que houve um equilíbrio entre as taxas percentuais relativas ao sexo masculino e feminino, não havendo, portanto, diferenciações caracterizantes dos distintos fluxos. Estes dados vem ao encontro das observações de campo, a partir das quais se percebeu que, em grande número, as viagens foram realizadas por casais, num contexto familiar.

O mesmo equilíbrio foi encontrado nas taxas referentes ao estado civil dos visitantes entrevistados, em ambos os Municípios, tendo como categorias: casado; solteiro; divorciado e viúvo, conforme os dados apresentados nas tabelas 8 e 9.

Tabela 8. Estado Civil dos Visitantes das Residências Secundárias de Itaara e de Restinga Seca

Estado Civil	Itaara		Restinga Seca	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Casado	74	53	107	50
Solteiro	50	36	91	43
Divorciado	9	7	7	3
Viúvo	6	4	9	4
TOTAL	139	100	214	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Tabela 9. Estado Civil dos Visitantes das Residências Secundárias

Estado Civil	Número	Percentual (%)
Casado	181	51
Solteiro	141	40
Divorciado	16	5
Viúvo	15	4
TOTAL	353	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Constatou-se, a partir dos dados que a maior parcela dos visitantes encontrava-se casado, ainda que existisse um considerável contingente de visitantes solteiros, porém, muitos deles acompanhados. As taxas relativas a divorciados e viúvos, em ambos os casos foram relativamente baixas.

As tabelas 10 e 11 apresentam os dados referentes às idades dos visitantes entrevistados.

Tabela 10. Idade dos Visitantes das Residências Secundárias de Itaara e Restinga Seca

Estratos de Idade	Itaara		Restinga Seca	
	Quantidade	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Até 10 Anos	16	12	21	10
De 11 a 20 Anos	8	5	37	17
De 21 a 30 Anos	21	15	32	15
De 31 a 40 Anos	19	14	16	8
De 41 a 50 Anos	26	19	50	23
De 51 a 60 Anos	13	9	26	12
De 61 a 70 Anos	15	11	19	9
De 71 a 80 Anos	13	9	11	5
Mais de 80 Anos	2	2	2	1
Não Informado	6	4	0	0
TOTAL	139	100	214	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Tabela 11. Idade dos Visitantes das Residências Secundárias

Estratos de Idade	Quantidade	Percentual (%)
Até 10 Anos	37	10
De 11 a 20 Anos	45	13
De 21 a 30 Anos	53	15
De 31 a 40 Anos	35	10
De 41 a 50 Anos	76	21
De 51 a 60 Anos	39	11
De 61 a 70 Anos	34	10
De 71 a 80 Anos	24	7
Mais de 80 Anos	4	1
Não Informado	6	2
TOTAL	353	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Pelos dados exibidos nas tabelas 10 e 11, verifica-se que um estrato, em especial, demonstrou maior taxa percentual de ocorrência, sendo que os visitantes de 41 a 50 anos totalizaram a maior parcela, com valor de 21% da amostra total (19% em Itaara e 23% em Restinga Seca).

Outro estrato que ressalta uma diferenciação considerável nas análises refere-se ao de 11 a 20 anos, porém, não especificamente em relação aos demais estratos, mas voltando-se à relação entre os estratos de Itaara e Restinga Seca, onde, no primeiro, a taxa é bastante reduzida, apenas 5%, enquanto que em Restinga Seca, o mesmo estrato representa 17% do total.

Durante o trabalho de campo, observou-se que em Restinga Seca havia jovens em torno de até 20 anos que estavam locando as residências secundárias para usufruir suas férias, de maneira que se pode observar a elevada taxa desses devendo-se, em grande parte, à característica dos fluxos de veraneio contemplarem em grande parte a locação de residências secundárias, distintamente do fenômeno em Itaara, em que a maior parte dos visitantes são proprietários das residências que possuem, em geral, faixa etária bastante variada, acima de 20 anos, conforme demonstrado nas tabelas 10 e 11.

Após descritos os itens sexo, estado civil e idade, nas tabelas 12 e 13, serão abordados os dados referentes à ocupação dos visitantes em Itaara e Restinga Seca.

Tabela 12. Profissão dos Visitantes das Residências Secundárias de Itaara

Ocupação	Número
Acompanhante	1
Administrador de Empresa	3
Agente Publicitário	1
Agrônomo	2
Analista Sistema	1
Artista Plástica	1
Autônomo (a)	2
Auxiliar de Consultório Dentário	1
Bancário	1
Cabeleireiro	1
Comerciante	4
Comércio	1
Dentista	2
Despachante Trânsito	1
Empresário	1
Enfermeiro (a)	1
Engenheiro Civil	1
Extensionista Rural	1
Fonoaudióloga	1
Funcionário Público (a)	6
Guia Espiritual	1
Marceneiro	1
Militar	5
Músico	1
Pai de Santo	1
Pecuarista	1
Professor (a)	11
Promotora de Vendas	1
Radialista	1
Secretária	1
Servidor Público	1
Setor de Telefonia	1
Técnico em Informática	1
Técnico Mecânico	1
Vigilante	1
Zeladora	1
Zootecnista	1
TOTAL	64

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Tabela 13. Profissão dos Visitantes das Residências Secundárias de Restinga Seca

Ocupação	Número
Agricultor (a)	23
Artesão (ã)	2
Autônomo (a)	6
Funcionário de Bar	1
Auxiliar de Escritório	1
Caixa em Supermercado	1
Caminhoneiro	2
Comerciante	7
Contabilista	1
Dentista	1
Desempregado	1
Designer	1
Doméstica	3
Proprietário de Supermercado	3
Empregado Rural	1
Empresário	2
Enfermeiro (a)	2
Eng. Mecânico	1
Escrituário (a)	1
Extensionista Rural	1
Fisioterapeuta	1
Funcionário Público	4
Funcionário de Restaurante	1
Gerente de Mercado	1
Marceneiro	1
Massoterapeuta	1
Microempresário	1
Militar	3
Motorista	2
Pecuarista	1
Pedreiro	1
Professor (a)	14
Radiologista	1
Recepcionista	1
Secretária	1
Serviços Gerais	1
Taxista	1
Carregador de Mudanças	1
Vendedor	3
TOTAL	101

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

As tabelas 12 e 13 demonstram grande variedade de ocupações por parte dos visitantes de residências secundárias dos municípios de Itaara e Restinga Seca. Porém, conforme pode-se visualizar na tabela 14, em ambos os municípios, existiu um contingente de pessoas que não se encontravam ocupadas no período da realização da pesquisa ou que não declararam a sua ocupação.

Tabela 14. Condição de ocupação nos municípios de Itaara e Restinga Seca

Condição de ocupação	Itaara		Restinga Seca	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Não Declarado	7	5	19	9
Ativos	64	46	101	47
Inativos	68	49	94	44
TOTAL	139	100	214	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Destaca-se que entre o contingente inativo da pesquisa em Itaara houve 15 casos de menores de 14 anos, o que representa 11% do total. Já em Restinga Seca, o número de casos foi de 26, representando 12%. Em relação aos visitantes aposentados e pensionistas, Itaara apresentou 20 casos, o que representa pouco mais de 14%, ao passo que em Restinga Seca houve 29 casos, pouco menos de 14% do seu total de visitantes, havendo portanto, semelhança entre este público nas residências secundárias dos Municípios. Salienta-se, ainda, que estes percentuais representam 1/3 dos inativos da amostra. Os estudantes perfizeram cerca de 1/4 da amostra da pesquisa, apresentando, em Itaara, um percentual de 25% (35 casos) e de 23% (49 casos), em Restinga Seca.

Observou-se, ainda, que Restinga Seca apresentou o diferencial na ocupação de 23 entrevistados com a agricultura, diferencial não somente em relação ao município de Itaara que não apresentou nenhum caso, mas também, a própria característica das demandas desses visitantes por residências secundárias em espaços rurais. Quando questionados sobre as residências secundárias, todos afirmaram estarem locando as mesmas, não havendo relatos de

agricultores entrevistados que fossem proprietários, de maneira que este dado está associado também ao fenômeno da locação.

Dentre as atividades citadas, muitas delas abrangem profissões que exigem uma formação técnica ou superior, principalmente em Itaara, fator que se verifica na tabela 15.

Tabela 15. Níveis de instrução dos visitantes de Itaara e Restinga Seca

Nível de Instrução	Itaara		Restinga Seca	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Superior	42	30	36	17
Médio	58	42	62	29
Fundamental	18	13	30	14
Fundamental Incompleto	14	10	63	29
Não-Alfabetizado	7	5	13	6
Não Informado	0	0	10	5
TOTAL	139	100	214	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Conforme se observa na tabela 15, os indivíduos com ensino superior e médio completos foram mais representativos em Itaara, possivelmente devido ao maior nível de exigência do mercado de trabalho de Santa Maria, uma vez que a mesma sedia a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; já a maior disparidade percentual entre os municípios ficou a cargo daqueles que possuíam somente o ensino Fundamental Incompleto, apresentando-se em maior quantidade em Restinga Seca.

É importante considerar que Restinga Seca apresenta uma peculiaridade com relação à caracterização dos visitantes, dado que 49% (105 casos) dos visitantes são proprietários e 51% (109 casos) são locatários ou realizam empréstimo de residências secundárias. Tal divisão não se acentua em Itaara, dado que 98% (136 casos) são proprietários e apenas 2% (3 casos) realizam empréstimo, não existindo casos de locação de residências secundárias.

Essa peculiaridade dos visitantes de Restinga Seca é colocada em relação com o nível de instrução na tabela 16, apresentada a seguir.

Tabela 16. Níveis de instrução em relação à característica dos visitantes como proprietários, locatários ou que realizam empréstimos de Residências Secundárias em Restinga Seca

Nível de Instrução	Proprietários		Empréstimos e Aluguéis	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Superior	30	29	6	6
Médio	29	28	33	32
Fundamental	10	10	20	20
Fundamental Incompleto	27	26	36	36
Não-Alfabetizado	7	7	6	6
TOTAL*	103	100	101	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

* O universo apresentado na tabela é de 204 visitantes, tendo em vista que 10 destes não informaram o nível de instrução, conforme demonstrado na tabela 12.

A partir da tabela 16 pode-se relacionar a diferenciação acima descrita entre os visitantes proprietários e locatários e visitantes que realizam empréstimo, com os níveis de instrução, visualizando-se que o maior percentual de visitantes com ensino superior encontra-se entre os proprietários de residências secundárias.

Ainda com vistas a apresentar e descrever, com base nos dados coletados, visando caracterizar os usuários de residências secundárias, observou-se a renda *per capita* nos municípios de Itaara e Restinga Seca no gráfico 12.

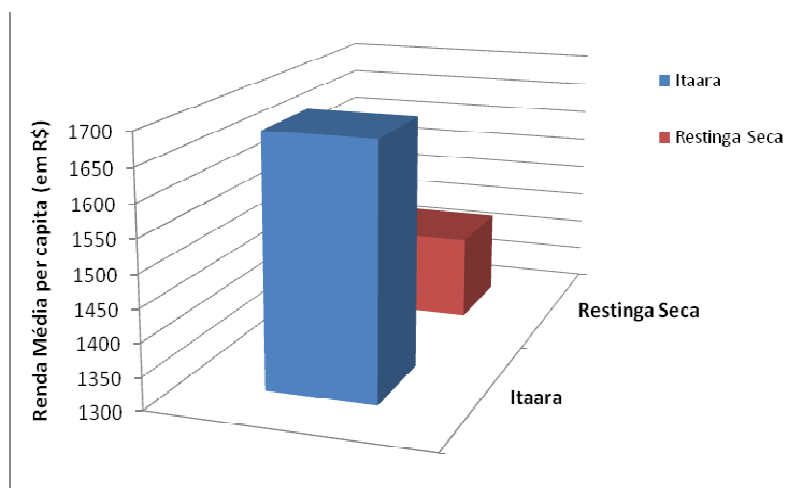


Gráfico 12. Rendas Médias *per capita* dos Visitantes nos municípios de Itaara e Restinga Seca

Fonte: Dados da pesquisa (2008)²⁵.

No gráfico 12 verifica-se que a renda *per capita* média dos visitantes do município de Itaara é superior à de Restinga Seca. Tal relação assimétrica entre essas rendas parece ter relação direta com a origem do público que compõe as amostras, dado que 90% dos visitantes de Itaara são compostos por moradores do polo emissor Santa Maria que apresenta um setor terciário mais desenvolvido na região em função da sua vocação econômica, voltada à prestação de serviços, sobretudo com o estabelecimento dos serviços públicos estatais e federais, como a Universidade Federal de Santa Maria e as Bases Aérea e Militar e, além disso, apresenta um comércio bastante desenvolvido.

Quanto ao município de Restinga Seca, dada a característica dos seus fluxos serem compostos por habitantes de Municípios que têm como base econômica a agricultura, centrada principalmente na agricultura familiar, tendo um setor industrial quase inexistente e um setor de serviços menos desenvolvido, características estas que se refletem diretamente nas dinâmicas urbanas dos mesmos, e logo, nos rendimentos do público das residências secundárias de Restinga Seca.

O gráfico 13 apresenta um detalhamento da renda *per capita* dos visitantes de Restinga Seca, complementando-se com a separação entre rendas *per capitas* dos visitantes que são

²⁵ Valores calculados com base no valor nominal do salário mínimo de 380 reais vigente até 02/2008.

proprietários das residências secundárias e aqueles que locam ou realizam empréstimos das mesmas.

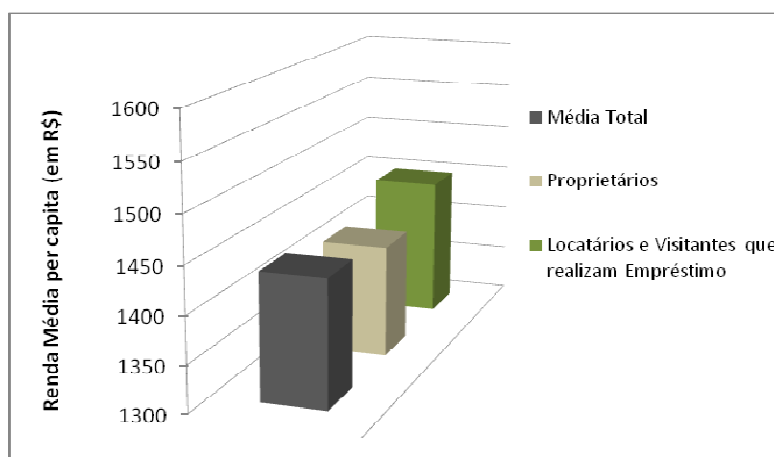


Gráfico 13. Rendas per capita de Restinga Seca apresentada na Média Total e segundo as divisões entre Proprietários e Locatários e Visitantes que realizam Empréstimo

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

No gráfico 13, verifica-se que a renda dos proprietários de residências secundárias em Restinga Seca mantém-se proporcional ao cálculo médio efetuado, quando foram considerados, nesse cálculo, todos visitantes entrevistados, ou seja, os proprietários somados aos locatários e visitantes que realizam empréstimos. Com isso, percebe-se que existe uma aproximação das rendas dos visitantes em geral, de forma que a inclusão dos locatários e visitantes que realizam empréstimo no cálculo total das rendas em Restinga Seca não vem a alterar a sua comparação com as do município de Itaara, o qual como já dito, é composto, em quase sua totalidade, por proprietários. Verifica-se que não ocorre a diluição dos rendimentos dos proprietários no cálculo que engloba os rendimentos dos locatários e visitantes que realizam empréstimos em Restinga Seca.

Os resultados dos rendimentos dos visitantes apresentados em ambos os Municípios permitem identificar uma condição propícia a dispêndio econômico em gastos e investimentos no âmbito local, com possibilidade de influenciar positivamente a dinâmica da localidade, de forma a contribuir com a dinamização desses espaços podendo, inclusive, transformar-se num dos vetores de desenvolvimento rural.

4.5 Dinâmicas de Consumo nos Espaços de Residências Secundárias

As dinâmicas de consumo nos espaços de residências secundárias serão tratadas nesta seção, inicialmente com a apresentação dos dados em torno dos gastos realizados pelos visitantes, nos locais desses imóveis, e aqueles externos ao mesmo, podendo assim, proporcionar benefícios econômicos aos espaços em que se encontram as residências secundárias.

Na tabela 17 são retratados os gastos efetuados pelos visitantes dos locais das residências secundárias, nos municípios de Itaara e Restinga Seca, levando-se em conta os valores declarados e o tempo de permanência na localidade.

Tabela 17. Médias de Gastos dos Visitantes de Residências Secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca

Município	Valor Mínimo por dia (R\$)	Valor Máximo por dia (R\$)	Média por dia (R\$)
Itaara	4,50	666,67	97,77
Restinga Seca	6,67	250,00	60,82
TOTAL MÉDIO	5,59	458,34	79,30

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

A autoavaliação do visitante quanto ao nível de gastos dividiu-se em três categorias: baixo, médio e elevado. A partir das respostas obtidas, obteve-se o gráfico 14.

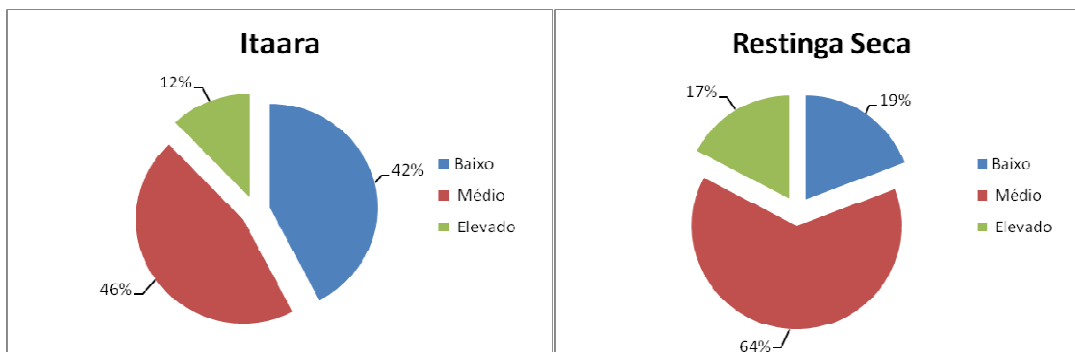


Gráfico 14. Avaliação dos gastos pelos visitantes

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

É possível analisar, a partir do gráfico 14, que em ambos os municípios a menor parcela de visitantes (12% em Itaara e 17% em Restinga Seca) representa aqueles que consideram que seus gastos atingiram níveis elevados, e por isso os mesmos alcançam o limite da sua intenção de consumo. A maior parcela considerou que os gastos se mantiveram na média de sua intenção (46% em Itaara e 64% em Restinga Seca), dos quais muitos declararam, ainda, ser possível, no período de sua estadia, dispender gastos superiores. A terceira e última parcela (42% em Itaara e 19% em Restinga Seca) aponta para um público significativo, sobretudo em Itaara, disposto a consumir mais, desde que existam produtos em potencial, que atendam às suas demandas, preferências ou que despertem interesse de consumo.

Ressalta-se que apenas a menor parcela desses gastos ocorreu no âmbito local, conforme se visualiza no gráfico 15.

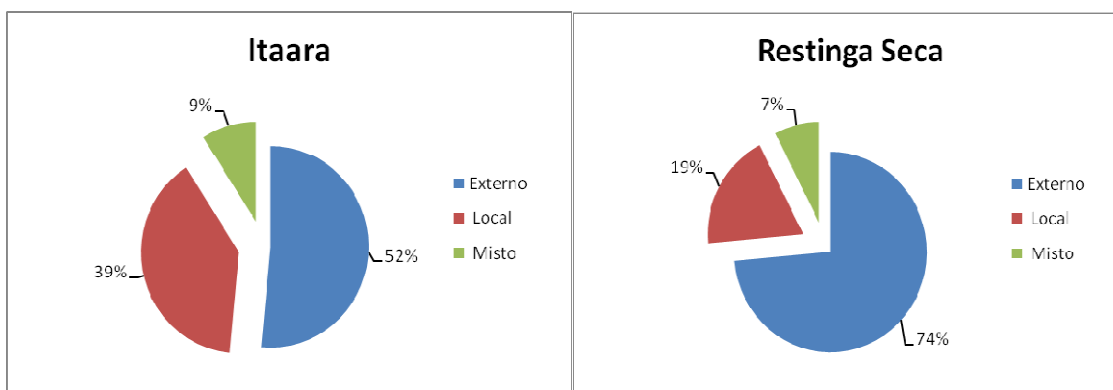


Gráfico 15. Local dos gastos dos visitantes das residências secundárias

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Do total dos gastos, mais de 70%, em ambos os municípios referiam-se à alimentação. Quanto aos visitantes de Itaara, os mesmos realizaram 52% de seus gastos externamente ao município, enquanto que em Restinga Seca este percentual fora ainda maior, 74%. Em ambos os casos, os gastos englobaram mais da metade do total efetuado em sua viagem e os gastos locais somente obtiveram percentual relevante em Itaara, onde 39% informaram adquirir produtos unicamente no âmbito municipal. Em Restinga Seca o mesmo item apresentou apenas 19% dos resultados.

É exatamente no consumo que residem os aspectos favoráveis à atividade agrícola nos espaços rurais que contemplam residências secundárias. De acordo com Veiga (2003, p. 41 - 42):

[...] É o conjunto desses recursos patrimoniais que dá suporte a várias atividades econômicas. Só que é um equívoco pensar que a exploração econômica desse trunfo patrimonial esteja restrita às atividades turísticas. Ele também exerce forte influência sobre os comportamentos residenciais de famílias de classe média, fator que pode viabilizar projetos de desenvolvimento local. Mesmo em países emergentes, como o Brasil [...] Como diz o economista Alain Rallet, da Universidade de Paris-Dauphine, a valorização do patrimônio é um meio de criar recursos específicos com o envolvimento dos atores locais.

Neste caso, os atores locais podem ser envolvidos tanto pelos serviços, quanto pelos produtos ofertados. Se, por um lado, as residências secundárias inegavelmente passam a ocupar espaços que anteriormente englobavam agricultura e/ou pecuária, por outro, apresentam-se como potenciais mercados consumidores, que passam supostamente a acarretar uma série de benefícios.

Estes benefícios podem se dar pela simples aquisição do produto, eliminando as trajetórias dos mesmos até os mercados consumidores habituais ou, então, eliminando os “atravessadores”, com a possibilidade da venda num espaço de tempo mais curto, eliminando perdas, vendendo produtos orgânicos a um seletor público, além de compostas com valor agregado, ou, ainda, pelo potencial que a mesma representa em termos de diversificação da produção, uma vez que as demandas dos consumidores são variadas, desde produtos de origem animal, até hortifrutigranjeiros, abrindo um leque de possibilidades e alternativas aos

agricultores das proximidades, bem como dos agricultores do entorno, chegando a envolver, inclusive, o artesão que pode disponibilizar suas peças nos espaços de comercialização, ao lado dos produtos agrícolas.

Todos estes aspectos positivos são, na maioria das vezes, desconsiderados nas áreas de residências secundárias, não pela ausência de potencial para se desenvolverem, mas sim, pela falta de informação (tanto dos produtores, quanto do poder público), carência de espaço adequado, ou então, carência de fomento capaz de viabilizar a comercialização ou mesmo organização para por em prática estas ações.

Na esteira desse processo e, como materialização do conjunto de fatores positivos que podem germinar em virtude das residências secundárias e exemplo claro dos benefícios, encontram-se as organizações, associações e/ou cooperativas de agricultores que podem oferecer produtos em feiras itinerantes em dias e horários pré-estabelecidos ou então em locais fixos. As primeiras possuem maior familiaridade com fenômenos de fluxos de veraneio, ao passo que os últimos são mais característicos de fluxos periódicos de finais de semana, onde de janeiro a dezembro apresentam melhor distribuição e menores oscilações no consumo ao longo do ano.

A iniciativa de associação de produtores é visualizada no município de Itaara onde são característicos os fluxos de finais de semana. Esta iniciativa ainda é incipiente, mas conta com a disponibilidade de estrutura física proporcionada pelo poder público, atualmente, diferentes produtores do Município que podem ofertar os seus produtos sem custo adicional e o lucro é revertido inteiramente ao produtor responsável pelo produto. Além disso, a mesma envolve artesãos igualmente do Município. Esta iniciativa foi denominada FEIRITA (figura 7), que atua num sistema cooperativo entre os associados possibilitando oferta direta ao consumidor. A FEIRITA é gerenciada pelos próprios agricultores associados, adequando os horários de cada produtor àqueles em que se faz necessária a presença de algum deles na feira. Conforme um dos produtores-atendentes:

Não temos tido problemas com isto aqui [...] cada um vê quando pode vir e fica atendendo neste período, enquanto os outros continuam cuidando das terras e dos produtos que eles irão trazer pra cá ou vender adiante [...] mas sempre procuramos trazer tudo pra cá, pois além de ganharmos mais na venda, quando temos um freguês

certo ele continua vindo até a feira e comprando sempre nossos produtos e alguma coisinha a mais dos outros [...] isso é bom pra nós e para os nossos colegas.

Somam-se portanto, aos demais elementos acima, dois a mais na oferta de produtos agrícolas em áreas de residências secundárias, que são referentes aos próprios benefícios do sistema cooperativo: a “fidelidade” do consumidor e a aquisição de outros produtos juntamente àqueles habituais, beneficiando outro produtor que está ofertando produto diferenciado no mesmo local. Esta relação de “troca” gera benefícios mútuos a partir do momento em que outro consumidor que se dirigiu até a feira para comprar determinado produto adquire um produto diferente, além daquele que ele almejava comprar inicialmente. Esta relação de “retribuição” é capaz de gerar ampliação das vendas e, logo, acréscimo nos lucros individuais, assim como do coletivo, possibilitando a ampliação do mercado consumidor na ótica do produtor em particular.



Figura 9. Feirita - Associação dos produtores rurais de Itaara

Fonte: Trabalho de Campo (2008).

A relevância das residências secundárias, conforme relato dos produtores/associados confere às mesmas a incidência dos seguintes benefícios:

O pessoal de fora que tem casa aqui ou que aluga e vem para as casas aqui, não são os únicos compradores, mas com certeza sem eles nós não estaríamos vendendo na FEIRITA, eles são os principais compradores e também são os que têm mais dinheiro, podem gastar mais, levar mais coisas, então se não fossem eles nós ainda venderíamos todos nossos produtos aos mercados de Itaara ou de Santa Maria, não que não vendemos algumas coisas a eles ainda, mas agora vendemos apenas uma parte, a outra parte dos nossos produtos vendemos aqui mesmo na FEIRITA.

Esta exposição evidencia a melhoria trazida aos produtores associados à associação, todos eles agricultores familiares e com grandes expectativas futuras a partir do início do empreendimento. Ao encontro desta abordagem, Veiga (2003) efetua a seguinte exposição acerca do cenário que almeja para a melhoria da situação socioeconômica de espaços, a qual trazemos para o contexto da realidade de Itaara e região.

O Brasil deverá constituir uma estratégia sólida de desenvolvimento territorial que amplie as oportunidades de geração de renda nas regiões relativamente rurais, isto é, naquelas em que é mais intensa a adjacência entre o campo e as cidades médias. Tal estratégia exigiria um forte investimento na promoção da economia familiar, que ainda é essencialmente agrícola, mas que se tornará cada vez mais pluriativa.

Em vista da pluriatividade que tende a nortear cada vez mais a economia familiar, sobressaem-se formas que aparecem centradas na extensão da atividade rural, como por exemplo, a associação denominada FEIRITA. Nesta iniciativa, a atividade não rural aparece como uma alternativa com grande potencial em termos de retorno financeiro, ao mesmo tempo em que segue ligada à atividade agrícola. Assim sendo, por meio desta atividade pluriativa, o agricultor estende suas perspectivas laborais para além da agropecuária, porém mantendo sua ligação com o campo.

Cabe salientar, que essas atividades de “extensão” da atividade produtiva, a exemplo do caso anteriormente abordado, já aparecem como alternativa em outras realidades, sobretudo aquelas que abarcam residências secundárias, carecendo apenas da compreensão de que se constitui em uma atividade capaz de consolidar-se e gerar ganhos consideráveis, a longo prazo. A partir do momento em que se “afirma” no mercado consumidor, sem esquecer que se apresenta, no curto prazo, como renda extra aos envolvidos, podendo representar expressivos resultados já no curto prazo e escopo de parcela da produção, além da própria geração de empregos diretos e indiretos conforme se verifica na exposição dos proprietários/agricultores:

Geramos 2 empregos aqui na FEIRITA, mas nenhum deles é permanente, apenas quando temos muito movimento chamamos para nos ajudar, principalmente nos finais de semana quando temos mais movimento, aí sim, de resto somos apenas nós que cuidamos daqui [...] limpamos, organizamos e vendemos os produtos. (2 empregos indiretos gerados a moradores da localidade).

Na materialização dessas alternativas nos destinos dos fluxos de residências secundárias, faz-se necessária a observação quanto à distinção existente entre eles, ou seja, não se apresenta homogeneamente a oferta de produtos aos deslocamentos de finais de semana e de veraneio, tendo manifestações distintas nos espaços onde há maior periodicidade, como nos fluxos de finais de semana, quando se possibilita estabelecer destinos finais aos produtos periodicamente, além de maior vínculo com o consumidor, e logo, maior vinculação da produção com o varejo.

Mas, na contramão de abordagens negativas referentes à possibilidade de tais iniciativas em espaços de fluxos de veraneio, aparecem perspectivas positivas e que mesmo incipientes, já demonstram potencial, sendo capazes de articular mercados sazonais. Nestes mercados existe uma potencialidade decorrente de um dado período de tempo, como o veraneio, principalmente por meio de produtos que possuem uma sazonalidade convergente com o período, como o abacaxi, a melancia e o morango, que carecem de rápido escoamento em vista do curto período de sua validade em altas temperaturas, tais como os meses de Dezembro a Março, no estado do Rio Grande do Sul, quando, os mesmos poderiam beneficiar-se de tal fenômeno.

1) Gostaríamos de comprar produtos como frutas aqui, mas não vendem nada [...] 2) Só na semana passada vimos um senhor aqui e compramos [...] 1) Ah, é! Compramos alguns abacaxis dele e a um tempo tinha gente vendendo melancia aqui [...] compramos também. 3) Pois é! As outras vezes temos de ir de carro até a cidade comprar, é uma pena porque se vendessem aqui nós compraríamos mais vezes [...] 1) É verdade! Isso seria bom que fosse feito aqui, algum lugar que vendesse esses produtos [...] não só frutas mas verduras e outras coisas que além de quase não ter nada nos mercadinhos daqui, quase sempre estão feias pelo tempo que ficam paradas [...] (Diálogo de veranistas de duas residências secundárias em Restinga Seca/RS).

Com base nesses relatos verifica-se a incidência de outros elementos que propiciam a comercialização dos produtos agrícolas nesses mercados consumidores, agora, porém, fazendo uso de outras alternativas, como mercado direcionado a produtos da estação, qualidade e preço, além da própria disposição de compra por parte dos indivíduos que se encontram nestes locais em seu período de descanso e que, para tanto, direcionam uma considerável fatia de sua renda para maximizar a sua satisfação pessoal e/ou familiar.

Destaca-se ainda outro elemento que se refere à menor disposição de tempo que o vendedor teria de disponibilizar para efetuar a sua venda, podendo fixá-la em períodos menores e, em dias pré-estabelecidos, configurando mercados, tais como feiras que ocorrem uma, duas ou três vezes na semana, contrapondo a alternativa anterior de vinculação de oferta agrícola periódica, porém, oferecendo maior flexibilidade de tempo e demandas com maior homogeneidade de vendas no período de comercialização.

Esses elementos apresentados constituem-se em marcas dessa relação existente entre as residências secundárias, o espaço rural e as atividades agrícolas nele contidas, criando e ressignificando relações que extrapolam os aspectos físico e econômico, englobando cultura e a constituição da paisagem, ao mesmo tempo em que (re)valorizam e (re)vitalizam áreas, tendo uma grande preocupação com o ambiente.

Além disso, os impactos positivos estão associados às possibilidades de mercado que a presença às residências secundárias oferecem aos produtores rurais, uma vez que abrem margem para feiras, associações e cooperativas que promovem a atividade agrícola, mantendo a vinculação do homem do campo com o espaço e os produtos rurais, conforme abordado anteriormente. Ações como estas permitem uma certa revalorização das atividades agrícolas e dos produtos rurais. A presença das residências secundárias comprova que as tradicionais atividades agropecuárias têm aberto um importante espaço a ocupações inovadoras, que não necessariamente tenham de expor o agricultor a atividades tipicamente urbanas, pelo contrário, proporcionando ao mesmo, o gerenciamento da cadeia produtiva da produção e a comercialização, por conseguinte, fortalecendo o vínculo do agricultor à terra.

Nesse contexto [do novo rural], ganham importância "novas atividades rurais" altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas, e que muitas vezes nem são produtores familiares [...] (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 81).

Assim, os resultados apontam que, mesmo não atingindo de forma homogênea e a todos os agricultores, esse canal de comercialização das atividades agrícolas, já se apresenta

como alternativa ao espaço rural de Itaara, e sendo capaz de abarcar uma importante parcela dos rendimentos médios da economia local.

Cabe destacar, ainda, que em ambos os municípios pesquisados (Itaara e Restinga Seca) a participação dos atores sociais, no caso, os agricultores familiares é quase nula, sobretudo se comparada a outras realidades, nas quais observa-se maior protagonismo nas atividades sociais e econômicas.

4.6. Alternativas de Ocupação e Complemento de Renda em Espaços de Residências Secundárias

Especificamente no espaço rural, quando ocorrem contratações de indivíduos para execução de serviços nas residências secundárias, elas costumam ocorrer em atividades de baixa remuneração, caracterizando-se como ocupações auxiliares às atividades agrícolas desses indivíduos, geralmente atreladas à complementação de renda. Em relação à realidade de ocupações nos municípios de Itaara e Restinga Seca elas ocorrem conforme as tabelas 18 e 19.

Tabela 18. Contratações de serviços no município de Itaara

Efetuem Contratações	Númer o	Percentual (%)
Sim	27	82
Não	6	18
TOTAL	33	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Tabela 19. Contratações de serviços no município de Restinga Seca

Efetuem Contratações	Númer o	Percentual (%)
Sim	14	26
Não	38	72
Não Respondeu	1	2
TOTAL	53	100

Fonte: Dados da

pesquisa (2008).

Nessas tabelas observou-se que os dados apontam para um maior percentual no município de Itaara (82%) em relação à Restinga Seca (26%), referente à contratação de serviços. Esta considerável diferença percentual encontra-se calcada nas relações que os visitantes estabelecem com os locais de visitação e logo, com a comunidade, bem como com os fluxos de viagem. Em Itaara, dados os fluxos de finais de semana ao longo do ano, os visitantes demandam serviços durante todo este período, além do fato de que a maioria deles são proprietários das residências secundárias, o que exige a contratação de serviços para a manutenção da infraestrutura do imóvel. Quanto ao caso de Restinga Seca, dados os fluxos de veraneio, os visitantes estabelecem uma relação diferenciada com o local, pois demandam serviços temporários e mais pontuais, restringidos somente ao período de sua visitação.

Na tabela 20 são expostas as quantidades de contratações efetuadas no município de Itaara e quanto às mesmas representam percentualmente sobre a quantidade de visitantes que realizam contratações.

Tabela 20. Quantidade de contratações de serviços no município de Itaara

Contratações	Número de Contratantes	Total de Contratados	Percentual (%)
1	22	22	81
2	3	6	11
3	1	3	4
5	1	5	4
TOTAL	27	36	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

O município de Restinga Seca, por sua vez, apresentou 14 contratações, das quais todas foram atribuídas a um único indivíduo. De forma comparativa entre Itaara e Restinga Seca pode-se afirmar que as contratações ocorrem com maior quantidade no município de Itaara, sobretudo, dada a maior necessidade ao longo do ano de serviços diversos, conforme já destacado anteriormente. Também observa-se que o maior percentual de contratações concentra-se em apenas 1 indivíduo, que em Itaara representa 81% das contratações e perfaz 100% em Restinga Seca.

As formas de contratação se dão praticamente no sentido inverso de proporção entre os municípios, pois na medida em que Itaara apresenta 28% do total de contratações de caráter permanente, já Restinga Seca apresenta 71%. Por outro lado, enquanto, Itaara apresenta 72% de contratações temporárias, Restinga Seca apresenta 29% neste mesmo item. Estes dados podem ser verificados nas tabelas 21 e 22.

Tabela 21. Tipo de contratações de serviços no município de Itaara

Tipo de Contratação	Número	Percentual (%)
Permanente	10	28
Temporário	26	72
TOTAL	36	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Tabela 22. Tipo de contratações de serviços no município de Restinga Seca

Tipo de Contratação	Número	Percentual (%)
Permanente	10	71
Temporário	4	29
TOTAL	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Porém, ainda que Restinga Seca apresente um número superior em termos de contratações permanentes, conforme se observa nas tabelas 23 e 24, é importante considerar a origem dessas contratações. Desta forma, foram investigadas suas origens, tendo-se em vista se os indivíduos foram contratados na localidade ou externamente a esta, pois decorrem, dessa forma, os efeitos ocasionados nos espaços de residências secundárias.

Tabela 23. Origem das contratações de serviços no município de Itaara

Tipo de Contratação	Número	Percentual (%)
Da Localidade	29	81
Externo	7	19
TOTAL	36	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

Tabela 24. Origem das contratações de serviços no município de Restinga Seca

Tipo de Contratação	Número	Percentual (%)
Da Localidade	9	64
Externo	5	36
TOTAL	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

No município de Itaara, embora, com percentual menor de contratações permanentes, destacou-se que a maioria dos contratados, totalizando 81% tinham origem na própria localidade das residências secundárias, diferentemente de Restinga Seca, em que o percentual de contratados da localidade reduzia-se a 64%.

As distinções existentes no âmbito local podem ajudar a explicar as diferenças nos aspectos das contratações de serviços nos municípios de Itaara e Restinga Seca, ressaltando a influência em que as características dos fluxos encontram-se manifestas nos dados.

As contratações em Itaara apresentam-se numericamente superiores (sobressai-se aqui o fato de este município participar com menor parte nos dados) e ser percentualmente superior. Uma explicação talvez seja o fato de os indivíduos/famílias de maior poder aquisitivo e maior intenção investirem na propriedade, além de buscarem um maior bem-estar para si e para sua família constituírem motivos, mas que não são resumidos apenas nesses fatos, contemplando ainda outros fatores, como por exemplo, a disposição das residências, no espaço.

A primeira (Itaara) apresenta residências mais dispersas ao longo do município e maior número de produtores rurais (sobretudo agricultores familiares) em seu entorno, indivíduos que na maioria das vezes ou prestam, ou estão à disposição para prestarem seus serviços, caso venham a ser convidados, trabalhando e apresentando rendimentos adicionais complementarmente a sua atividade, constituindo-se numa das características da já citada “Nova Ruralidade”. Se questionados quanto à possibilidade de trabalharem de forma permanente, os mesmos apresentaram-se avessos conforme um prestador de serviços temporários:

A remuneração só do pessoal para os trabalhos em que eles nos requisitam: aparar a grama, cuidar a casa, fazer reparos em geral [...] pelo que vemos daqueles que conhecemos e tentaram viver só dessa atividade, não deu certo [...] é insuficiente para as necessidades da família, mesmo com a aposentadoria [...]

As comparações entre os municípios apresentam uma importante diferença em relação aos contratados locais (tanto temporários, quanto permanentes). Em Restinga Seca, as contratações, quando expressas pelos visitantes, levando-se em conta o serviço contratado, convergem em quase sua totalidade, para um único tipo de ocupação, a segurança, principalmente durante a temporada de veraneio, assim, evidenciando uma baixa diversificação de atividades. Já em Itaara, as atividades encontradas foram mais diversificadas, desde segurança, ornamentação e reparos gerais na residência e entorno, até auxílio em pequenas atividades rurais que são desenvolvidas, em caráter de lazer, pelos proprietários, em sua maioria referente a cultivos de hortaliças, temperos e saladas utilizadas nas próprias refeições, sem quaisquer fins comerciais, ou seja, uma agricultura que pode ser denominada de “decorativa”.

Por fim, destacou-se junto aos membros das comunidades entrevistadas, que os impactos ocasionados pelo fenômeno das residências secundárias não se fazem significativos na perspectiva dos mesmos, exceto quando o membro entrevistado realiza serviços nessas residências, proporcionando-lhe uma fonte de renda complementar.

Outro fato relacionado a esta percepção decorre do comportamento dos visitantes frente à comunidade local, haja vista que em sua grande maioria, os visitantes realizam suas atividades de descanso e lazer (motivações das visitas) no âmbito das próprias residências e no entorno das mesmas, não existindo maiores espaços públicos nos quais ocorram integrações entre os visitantes e a comunidade local. Esta parece ser uma característica peculiar das residências secundárias no espaço rural.

4.7. Implicações das Residências Secundárias: a Iniciativa Privada e o Poder Público

Como exposto na seção 4.5, existem, nos municípios, um mercado consumidor, sobretudo no que se refere aos alimentos. Este potencial de consumo é atendido basicamente

por mercados de porte pequeno, com exceção de Itaara, onde há uma rede de supermercados de maior porte.

Quanto aos mercados menores, a partir de entrevista realizada com seus proprietários, destacou-se o fato de apresentarem quedas nas vendas e restrições na oferta variada de produtos, causando dificuldade na manutenção da atividade comercial. Conforme declaração dos comerciantes de Itaara, a parcela de consumidores atendida por estes estabelecimentos, referentes a esse nicho de mercado, já foi expressiva anteriormente. Porém, atualmente, esta parcela encontra-se reduzida e representa um pequeno percentual na oferta e na comercialização de produtos.

Ainda em Itaara existe uma grande rede de supermercado que condicionou a sua oferta às principais demandas dos visitantes de residências secundárias. Em virtude desta organização, esta rede informou que atualmente não possui mais estrutura física capaz de atender satisfatoriamente ao mercado consumidor existente, sobretudo os visitantes, de modo que existem perspectivas de ampliação do estabelecimento, no intuito de atender ao seu público consumidor.

Este fato evidencia que a livre concorrência entre os mercados de menor e maior porte tem oportunizado o crescimento desses últimos estabelecimentos, que concentram grande parte das vendas, conforme declarado pelos visitantes e a gerente desta grande rede de mercado, e com isso perfazendo uma concentração de vendas, no que tange ao atendimento ao público das residências secundárias.

Em Restinga Seca, tendo-se uma demanda mais restrita à periodicidade de verão, configuram-se no espaço apenas pequenos mercados e o público consumidor constituído de visitantes das residências secundárias costuma trazer consigo a maior parte dos produtos a serem consumidos durante a estada. Além disso, no município de Restinga Seca a existência de restaurantes e lanchonetes também afeta o consumo de alimentos e bebidas em mercados menores.

Em ambos os municípios, outros pequenos estabelecimentos que compuseram a amostra referente à iniciativa privada apresentaram menor demanda em relação aos mercados,

de forma que também se destacaram estes últimos como empreendimentos da iniciativa privada em espaços rurais de residência secundária.

Com essa compreensão, visualizam-se nos visitantes de residências secundárias um importante mercado consumidor no qual a iniciativa privada pode auferir rendimentos elevados, trazendo benefícios à comunidade local. Neste sentido, o poder público tem possibilidade de organizar os mercados, de forma a potencializá-los por meio de iniciativas que visem à oferta dos produtos locais, sobretudo aqueles de origem rural, como se observou no caso da FEIRITA, situação em que os pequenos produtores e comerciantes associados tinham condições de realizar atividades comerciais competitivamente aos grandes mercados, por meio de produtos diferenciados, como os orgânicos, por exemplo.

O auxílio na organização do mercado é uma das questões que concerne ao poder público, principalmente para potencializar retornos financeiros relativos aos próprios municípios, decorrentes de visitas e usos de residências secundárias.

A organização do espaço também constitui-se numa questão para o poder público. Em Itaara por exemplo, observou-se a existência de espaços restritos que continham apenas residências secundárias, de forma que se constituíram locais de uso privado, ou seja, “privatizou-se” aquele limite físico, separando visitantes e moradores. Neste caso, os visitantes usufruem dos recursos do espaço tornado privado, restringindo o uso por parte da comunidade em geral. A figura 10 ilustra tal assertiva, referindo-se a um balneário de uso restrito no município de Itaara.



Figura 10. Balneário em Itaara

Fonte: Trabalho de Campo (2008)

Além disso, outras questões são recorrentemente levantadas pelo poder público em torno das residências secundárias, como: “o que fazer quanto ao fenômeno de residência secundária: fomentá-lo? (por meio de incentivos e publicização); contê-lo? (sobretaxando ou colocando restrições, por exemplo)”. Destaca-se que estas questões também são efetuadas no âmbito dos municípios estudados.

A esse respeito, de acordo com Tulik (2001, p. 99): “Considerando que os principais interessados[...] em residências secundárias são os próprios municípios que, afinal, desfrutam das vantagens e dos prejuízos decorrentes desse fenômeno e que, além disso, detêm o encargo do planejamento e controle local[...]”, portanto, cabe a eles tomar as decisões cabíveis.

A oferta de infraestrutura é um dos aspectos importantes que toca ao poder público, pois em todas as áreas em que havia mais de duas residências secundárias, ou seja, exceto naquelas em que havia apenas uma residência isolada, foram ampliados os potenciais de demanda de diversos serviços ou atividades, como telefonia móvel e saneamento básico, dentre outras demandas características do espaço urbano, conforme informações dos próprios visitantes.

Após salientadas melhorias no tocante à infraestrutura, decorrentes das residências secundárias, pondera-se quanto a outros fatores relativos à mesma, dadas as necessidades de serviços que envolvem a manutenção das residências secundárias, como por exemplo, a coleta periódica de lixo.

Muitos visitantes e moradores ressaltaram algumas melhorias neste serviço, porém, também constatou-se que no período intermediário à coleta, o lixo, aguardando recolhimento, sobretudo em períodos de grande demanda, apresentava-se em grandes quantidades, ocasionando mau cheiro, além do impacto visual negativo, juntamente com a constituição de um ambiente propício ao desenvolvimento de microorganismos, que, muitas vezes, podem causar doenças. Ressalta-se, ainda, que por vezes os lixos são depositados em áreas não indicadas para tal fim, conforme observou-se em Restinga Seca, exposto na figura 11.



Figura 11. Depósito irregular de lixo em Restinga Seca

Fonte: Trabalho de campo (2008).

É importante salientar que o município de Restinga Seca recebe um alto número de visitantes no mesmo período, o de veraneio, e de maneira descontínua ao longo do ano, realidade que demanda uma quantidade de serviços muito grande num curto período de tempo, o que nem sempre é possível, se não há um planejamento prévio.

Em relação ao aspecto da coleta de lixo, assim como outros, tais como alertas quanto ao período da piracema e respeito ao ambiente local, existe a necessidade de medidas de conscientização da população visitante, medidas estas inexistentes em ambos os Municípios, e que repercutem diretamente nos espaços rurais dos mesmos. Porém, a maior problemática ainda se encontra sob responsabilidade do poder público, pois se refere à oferta e controle de saneamento básico, sem os quais passam a existir riscos eminentes à saúde e ao ambiente de toda a população. Neste sentido, observou-se no município de Restinga Seca, irregularidades em depósito de esgoto sanitário, canalizado sem quaisquer tratamentos, diretamente em leito de rio.



Figura 12. Depósito irregular de esgoto em Restinga Seca

Fonte: Trabalho de campo (2008).

Estes constituem alguns aspectos suscetíveis de avaliação e investigação e que cabem às decisões no âmbito das políticas públicas elaboradas e postas em prática pelas secretarias incumbidas de tais responsabilidades. Do contrário, poderão constituir em problemas ainda maiores, num futuro próximo e, logo, demandarão esforços muito maiores para sua resolução.

Os problemas aqui destacados expressam um cenário de impactos negativos caracteristicamente urbanos, os quais têm se manifestado cada vez mais no espaço rural e em

maior intensidade. Em especial observam-se estas características em locais que abrigam residências secundárias tal qual no presente estudo. Além desses impactos associados a problemáticas do cotidiano urbano, salienta-se que nas áreas estudadas, a exemplo de outras realidades semelhantes, co-existem uma série de outros impactos negativos referentes às ações antrópicas das populações que sobre ele atuam.

Outro fator igualmente importante e normalmente lembrado pelo poder público diz respeito ao quesito impostos. Em busca da arrecadação destes, ele tem optado, inclusive, por expandir suas malhas urbanas, tomando parte de espaços caracteristicamente rurais ou rurbanos enquanto espaços urbanos e que, portanto, passam a incidir impostos (e com isto maior disponibilidade de recursos) ao Município.

Observa-se nos gráfico 16 os resultados da pesquisa referente à arrecadação de impostos incidentes em função das residências secundárias em Itaara e Restinga Seca.

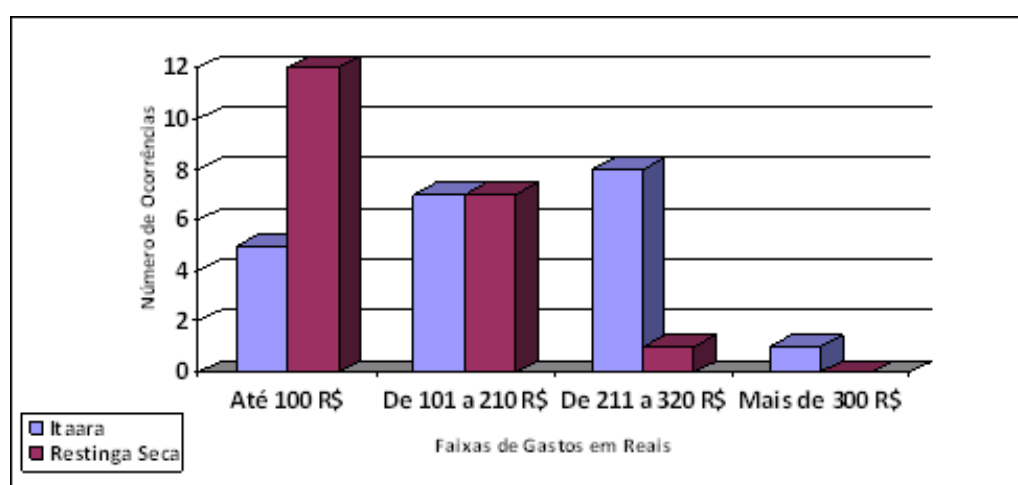


Gráfico 16. Gastos com Impostos efetuados pelos proprietários de Residências Secundárias nos municípios de Itaara e Restinga Seca

Fonte: Dados da pesquisa (2008).

O gráfico 16 evidencia distinções entre os impostos pagos pelos visitantes nos municípios de Itaara e Restinga Seca, bem como, apresenta diferenças existentes entre os próprios municípios.

Em Itaara, os valores dos impostos são mais elevados em comparação a Restinga Seca, que apresenta maior participação nas duas primeiras faixas (até 100 reais e de 101 a 210 reais)

ao passo que Itaara apresenta menor participação na primeira faixa (de até 100 reais), igual participação na segunda (de 101 a 210) e maior participação na terceira faixa (211 a 320 reais). Quanto à última faixa (mais de 300 reais), a participação restringe-se somente a um caso, no município de Itaara.

Esses tributos apresentam, portanto, um retorno superior na arrecadação de Itaara em relação a Restinga Seca, dada sua maior concentração nos valores superiores de tributação.

A maior expressão na arrecadação de impostos em Itaara, constitui-se em retornos financeiros mais atrativos em relação a Restinga Seca, mas devem ser ponderados quanto a outros fatores, já que a maior dispersão das residências secundárias nos limites municipais pode apresentar outras consequências que venham a causar entraves ao município de Itaara, ao passo que em Restinga Seca, em sua manifestação concentrada num único espaço, apresenta um resultado em termos de custo-benefício mais facilmente mensurável e compreensível, em termos da ponderação, acerca dos benefícios quanto a sua expansão ou não.

Quanto ao planejamento, em ambos os municípios, não houve manifestação de projeto algum especificamente às residências secundárias. Ambos os representantes do poder público se pronunciaram de forma a envolver toda e qualquer questão que se relaciona com este tema, sujeito a sua integralização apenas de forma conjunta a projetos voltados a outros fins, sem apontamentos específicos, nem ressalvas, em se tratando de habitações temporárias.

Ressalta-se, ainda que, atualmente, mesmo se houvesse um esforço em elaborar um planejamento específico, o mesmo necessitaria de maior volume de informações acerca do fenômeno, uma vez que existe um certo desconhecimento da própria quantidade de residências secundárias existentes em seus espaços. Conforme informações do poder público dos municípios, Itaara informou existir 700 e Restinga Seca 218, porém os dados informados pelo IBGE (2001) são de 1048 para o primeiro e 521 para o segundo. O que se percebe são relevantes distorções que dificultariam quaisquer planejamentos, no âmbito municipal.

Em ambos os municípios, as análises permitiram tecer considerações de que o fenômeno de residência secundária constitui-se numa realidade irrefutável nos municípios de Itaara e Restinga Seca e que, portanto, afetam positiva e negativamente os seus espaços e diante deste fato,

[...] se devem tomar medidas preventivas, quer no sentido de se minimizarem os impactes negativos [...] quer na diminuição das injustiças sociais: independentemente de as residências secundárias serem entendidas como uma necessidade, as políticas fiscais existentes até o momento não as diferenciam das residências principais, quando se tratam de tipos de necessidades distintos (SAMPAIO, 2000, 139).

Diante das observações realizadas nesta seção, constatou-se que são quase inexistentes as iniciativas em ambos os municípios para dar conta das problemáticas referentes às residências secundárias, em particular, de forma que, quando manifestados problemas pontuais, seja de mercado consumidor ou de infraestrutura, por exemplo, a carência de planejamento e ações mais abrangentes, constituídas a longo prazo, exigem um esforço maior no sentido de atenderem às necessidades públicas nesses locais.

Cabe, ainda, salientar a relevância da periodicidade, já que não apresentam impactos de mesma ordem os fluxos de finais de semana (em Itaara) e os de veraneio (em Restinga Seca), diferenciando-se em intensidade e homogeneidade, na forma que os mesmos atuam no espaço e relacionam-se com o seu entorno.

Por fim, conclui-se que a atual falta de planejamento por parte do poder público, considerando especificamente a existência de um elevado número de residências secundárias em Itaara e Restinga Seca, pode estar representando a perda de uma oportunidade singular de potencializar os benefícios originados em virtude das residências secundárias, pois a existência delas está configurada; seus impactos, em muitos aspectos, fazem-se significativos e não podem, ou não deveriam ser desconsiderados, tanto em seus pontos positivos, quanto em seus aspectos negativos.

5 CONCLUSÕES

O espaço rural brasileiro há algum tempo vem demonstrando novas perspectivas em seus espaços, de forma a contemplar, não apenas as atividades agrícolas, como também, novas atividades, tais quais as não-agrícolas, como se observa nas opções e atividades geradas em torno das residências secundárias, no espaço rural.

Nesse contexto, o presente estudo considerou como objetivos: i) analisar o fenômeno de residência secundária no espaço rural, inserindo-o na abordagem contemporânea das novas ruralidades; ii) a caracterização dos fluxos de visitação existentes nos espaços enfocados; iii) apresentação de impactos e possibilidades ocasionadas a partir da manifestação do fenômeno de residências secundárias, descrevendo aspectos de sua inserção no espaço, por meio da relação de visitantes, comunidade local, iniciativa privada e poder público.

As residências secundárias, abordadas no contexto do “novo rural” demonstraram especificidades nos deslocamentos espaciais dos visitantes, observando-se também relações e potencialidades derivadas das mesmas nos espaços em questão. Com relação aos municípios de Itaara e Restinga Seca, as especificidades nos deslocamentos concernem aos fluxos de finais de semana e de veraneio, respectivamente, caracterizados pelos períodos e intensidades de suas manifestações.

No município de Itaara observou-se que os impactos apresentam maior distribuição ao longo do ano, dado ao fato de que a periodicidade de visitas se dá nos finais de semana, de Janeiro a Dezembro, configurando fluxos de finais de semana. No contexto destes fluxos de visitação, são gerados mais postos de trabalho e praticamente não ocorrem significativas oscilações nas demandas de consumo durante o ano. Em Restinga Seca, existe uma menor frequência nos fluxos de visitação ao longo do ano, porém com grande intensidade num curto período de tempo (durante os meses de Dezembro a Fevereiro), de maneira que, neste caso, configura-se um fluxo de veraneio, que tem na oscilação e, sobretudo, nos impactos de ordem ambiental seus maiores aspectos negativos.

As visitas com periodicidade de veraneio em Restinga Seca, mostraram-se centradas em uma única área específica no município. Cabe ressaltar que tal fenômeno

evidenciou-se num espaço mais distante do principal polo emissor, Santa Maria/RS, ao passo em que também demonstrou uma maior diversidade de municípios de origem dos deslocamentos em direção a Restinga Seca. Também destaca-se o fato de que grande parte dos proprietários utilizam as residências secundárias como fonte de renda, por meio da locação. Os locatários, por sua vez, apresentam menor renda *per capita* e menor dispêndio financeiro na localidade.

A periodicidade de finais de semana, em Itaara, foi marcada por sua manifestação ocorrer de forma mais dispersa no município, e em espaços mais distantes entre as residências. Itaara também demonstrou uma menor diversidade de municípios que compõem a origem dos visitantes, cabendo destacar que estes municípios localizam-se mais distantes em relação aos deslocamentos de seus visitantes quando comparados aos realizados pelos visitantes de Restinga Seca desde seus municípios de origem. Além disso, as residências secundárias são utilizadas unicamente por seus proprietários, não existindo, neste município, relações de locação. Estes proprietários utilizam o imóvel para fins particulares (geralmente com seus familiares), e apresentam maior renda *per capita*, quando comparados aos visitantes locatários de Restinga Seca, bem como apresentam maior dispêndio financeiro (sobretudo em investimentos e contratações de serviços).

A partir dos resultados é possível afirmar o caráter urbano de origem desses fluxos, tanto de veraneio quanto de finais de semana, visto que quase a totalidade dos visitantes tem sua principal residência em espaços urbanos, e buscam nas residências secundárias um ambiente para o descanso e lazer.

De forma específica, constatou-se que são recentes as iniciativas nesses municípios para dar conta dos impactos negativos oriundos desse fenômeno e, portanto, apresentam uma série de problemáticas que carecem de resolução, sobretudo quando apresentado fluxos periodicamente heterogêneos, tais como aqueles de temporada de veraneio, pelos impactos de outra ordem.

Muito embora seja possível efetuar ações momentâneas que venham a resolver parcialmente os problemas oriundos dos impactos negativos, salienta-se que apenas com planejamento e ações a longo prazo, com respostas prontamente oferecidas, assim que os

problemas venham à tona, será possível ao poder público conciliar benefícios a todos aqueles que vivenciam o espaço de residências secundárias, tanto em seu cotidiano, quanto aqueles que se dirigem ao mesmo, assumindo o papel de visitante.

Um aspecto importante a destacar como resultado do presente estudo é a constatação de novas formas de ligação entre produtor e consumidor representada pela associação denominada FEIRITA e que parece representar uma alternativa consistente de comercialização, onde os agricultores familiares podem se beneficiar, assumindo o papel de protagonistas.

Com os resultados do presente estudo, verifica-se que o fenômeno de residência secundária manifesta-se, não apenas em costas litorâneas no Território Nacional, ou então como fenômeno exclusivamente europeu ou de países desenvolvidos, mas que as residências secundárias representam um fenômeno relevante em determinados espaços rurais em países como o Brasil, a exemplo dos municípios de Itaara e Restinga Seca, no Rio Grande do Sul, devendo-se considerar os seus impactos em quaisquer análise do espaço, bem como em projetos que visem ao desenvolvimento do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, J. A. **A função estética e recreativa da agricultura**. In: OLIVEIRA, C. G. de S. & MOURA, J. C. de. O turismo rural como vetor do desenvolvimento sustentável. *Anais...* 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 449 - 457.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**. Um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.

ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: **Revista Território**. Ano VII, n. 11, 12 e 13. Setembro/Outubro, p. 107 - 122. Rio de Janeiro. 2003.

AZEVEDO, N. M. F. **A ruralidade** - O caso de Trás-dos-Montes e Alto Douro. In: Porto (Portugal): Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mar. 2005.

BAPTISTA, F. O. O Rural depois da Agricultura. In: **Desenvolvimento e território**: Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer. Lisboa: M2 - Artes Gráficas, Ltda, p. 85 - 105, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CALDEIRA, M. J. B. M. **Residência secundária na área metropolitana de Lisboa**. Outros espaços outras vivências. 1995. 227f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

CAVACO, C. "Habitares" dos Espaços Rurais. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**. Porto, 1 série, v. 19, p. 47 - 64, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pretice Hall, 2002.

CHRISTALLER, W. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions-underdeveloped countries-recreational areas. In: **Regional Science Association**. Paper 12, Lound Congress. 1963.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

COSTA, S. F. **Estatística aplicada ao turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

CRISTÓVÃO, A. Mundo Rural: Entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (2002). **Turismo rural: Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p. 81-116.

CZERNY, M. Geografia de la cultura y estúdios sobre el patrimonio. In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA M. de. **Turismo rural**. Patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: Facos, 2006.

DA CRUZ, R. de C. A. **Geografias do turismo**. De lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DAER - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM. Disponível em: <<http://www.daer.rs.gov.br>>. Acesso em 25 de nov. 2008.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002. Vol. I.

FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, E. Entre o vivido e o desejado. O papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Orgs.). **Portugal Chão**. Oeiras: Celta. p. 149-166.

FROEHLICH; J. M.; RODRIGUES, I. da S. Atividade Turística e Espaço Agrário: Considerações Exploratórias sobre o Município de Restinga Seca. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M. RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2004. p. 85-110.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

GONÇALVES, L. C. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004.

HALL, C. M., MÜLLER, D. Introduction: Second Homes, curse or blessing? Revisited. In: HALL, C. M., MÜLLER, D (Org.). **Tourism, mobility and second homes**. Between Elite Landscape and Common Ground. Toronto: Channel View Publications, 2004. p. 3 - 14. (Aspects of tourism, 15).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 de dez. 2007.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LIMA, M. P. Turismo e juventude no meio rural: Questões para um debate da sociologia rural. In: *Anais[...]* **Encontro nacional da ANPPAS**. 2004. p. 1 - 11.

LOPES, A. S. Retomando a questão rural. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Orgs.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta. p. 281-299.

MARTÍNEZ, F. J.; MONZONÍS, J. S. **Alojamiento turístico rural**: Gestión y comercialización. Espanha: Editorial Síntesis, s/d.

MAXIMILIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R. RA E GA**. Curitiba, n. 8, p. 83 - 91, 2004.

MCHUGH, K. E., HOGAN, T. D., HAPPEL, S. K. Multiple residence and cyclical migration: A life course perspective". **Professional geographer**, vol. 47, n. 3, p. 251 - 267. 1995.

MOREIRA, J.; SIMÕES, O.; MALTA, M. A ativação do patrimônio como recurso para o desenvolvimento local. O caso de uma aldeia em Terras de Basto. In: III Congresso de Estudos Rurais (III CER) - "AGRICULTURA MULTIFUNCIONAL, DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS", 1 - 3 Nov. 2008, Algarve (Portugal). *Anais[...]* Algarve (Portugal): Universidade de Algarve, 2008. CD-ROM.

NAVE, J. G. O rural e os seus duplos. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Orgs.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta. p. 129-148.

PEARCE, D. G. **Geografia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PINTO-CORREIA, T.; BARROSO F.; MENEZES H.; SANTOS T.; TAVEIRA R. Que multifuncionalidade na paisagem rural: Sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide. In: III Congresso de Estudos Rurais (III CER) - "AGRICULTURA MULTIFUNCIONAL, DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS", 1 - 3 Nov. 2008, Algarve (Portugal). *Anais[...]* Algarve (Portugal): Universidade de Algarve, 2008. CD-ROM.

PRESVELOU, C. Ações inovadoras em turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M. RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2004. p. 143 - 162.

RAMOS, P. **Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)**. Estudos avançados [online]. 2001, v. 15, n. 43, pp. 141-156. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a12.pdf>>. Acesso em 27 de fev. 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Ed. da Unisc, 2002.

RODRIGUES, I. da S. **Desenvolvimento do turismo e conservação da paisagem: Estudo do Potencial Turístico de Itaara (RS)**. Santa Maria: Ed. Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, 07).

RUSCHMANN, D. van de M. Turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M. RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2004. p. 63 - 73.

SAMPAIO, J. Considerações sobre a residência secundária em Esposende. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**. Porto, 1 série, v. 15/16, p. 131 - 143, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Economia espacial**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **O espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHNEIDER, S. **A Ocupação da força de trabalho na agricultura gaúcha: Uma análise a partir da pesquisa rural da EMATER/RS de 1992**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/emater.html>>. Acesso em 22 set. 2007.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. A Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: Em busca de uma metodologia. In: **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, jul/dez, 2004. p. 109 - 135.

SCHNEIDER, S (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SENA, M. de F. A. de.; QUEIROZ, O. T. M. M. **Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: O caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA**. Caderno Virtual de

Turismo, vol. 6, n. 04, p. 94 - 106, ano 2006. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=488&article=162&mode=pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2008.

SINGER, P. **Economia política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

SMITH, S. L. J. **Geografia recreativa**. Investigación de potenciales turísticos. México: Trilla, 1992. (Seria Trillas Turismo).

SOUZA, M. Pluriatividade e nova ruralidade: reelaboração de identidades sociais em duas comunidades paranaenses. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **O novo rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização**. Brasília: Embrapa, 2004. p. 39 - 69.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSSELLI, L. A. **Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul**. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. Rio Grande do Sul. Paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 27 - 57.

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem: Casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Turismo rural**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. Pesquisadora fala dos desafios do mundo rural brasileiro. **Rural Centro**. Brasília: IICA, 2008. Disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/Sistema/Noticias.aspx?ID=5895>>. Acesso em 23 ago. 2008.

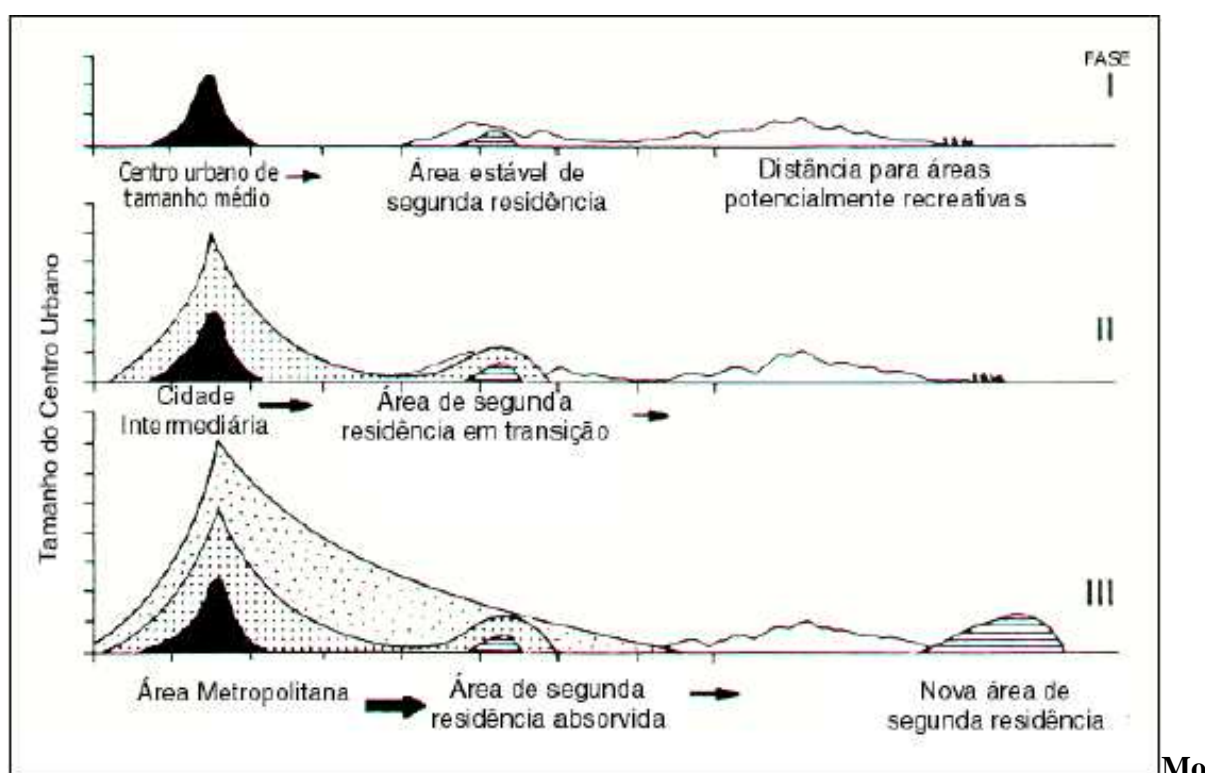
_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos sociedade e agricultura**. n. 15, p. 87 - 145, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em 23 ago. 2008.

YÁZIGI, E. **A Alma do lugar**. Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - MODELO DE LUNDGREN (1974)

O modelo de Lundgren (1974) ilustra a ampliação de centros urbanos de médio porte (fase I) que ao tornarem-se cidades intermediárias (fase II) começariam a absorver lentamente as áreas de residência secundária até tornarem-se áreas metropolitanas (fase III), fase na qual ocorreria a absorção da área de residência secundária localizada na proximidade, surgindo uma nova área de residências secundárias posteriormente.



delo de Lundgren (1974) sobre a Expansão Urbana e as Residências Secundárias

Fonte: Lundgren *apud* Pearce (2003, p. 331).

APÊNDICE B - REPRESENTAÇÃO DE FLUXOS TURÍSTICOS E ZONAS DE LOCALIZAÇÃO DE RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS

A abordagem de Lundgren *apud* Pearce (2003) em relação às hierarquias espaciais abarca as funções dos lugares e os fluxos a eles associados, afirmando que: “[...] alguns dos destinos periféricos campestres são ‘freqüentemente explorados por turistas a partir de algum centro urbano que atue como ponto de parada’ mas ele não elabora essa função” (Pearce, 2003, p. 38). Norteador por esta perspectiva, Pearce elaborou uma representação de esquema de fluxos turísticos de uma determinada cidade e sua relação para com os deslocamentos a áreas próximas, tal qual o município de Santa Maria está para os deslocamentos aos municípios de Restinga Seca e Itaara.



Representação esquemática de fluxos turísticos

Fonte: Pearce (2003, p. 39).

O esquema de Pearce acima abordado, aponta para a área de residência secundária perfazendo áreas mais distantes, numa espécie de segundo anel. Porém, observou-se na presente pesquisa que nos municípios estudados, ambos os “anéis” constituem-se em áreas de residência secundária, na qual o espaço mais próximo, denominado por Pearce (2003) como de viagem de um dia, passou a contemplar fluxos de visitação de finais de semana, ao passo que a área mais distante, contempla fluxos de visitação de veraneio.



Zonas de localização de residências secundárias em relação ao pólo emissor

Fonte: Pearce (2003, p. 39)

Adaptação: WANDSCHEER, E. A. R.

APÊNDICE C - FOLHA EXPLICATIVA DA PESQUISA

Pesquisa:

RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS: MANIFESTAÇÕES E DINÂMICAS DO FENÔMENO NOS ESPAÇOS RURAIS DE ITAARA E RESTINGA SECA - RS

Equipe do Projeto:

Elvis Albert Robe Wandscheer, acadêmico do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Fone: (51) 9889-8816, e-mail: elvishz@yahoo.com.br

Marcelino de Souza, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Fone: (51) 3388-3125 ou (51) 9805-1665, e-mail: marcelino.souza@uol.com.br

Sr(a) Entrevistado(a):

Estamos convidando você para participar do projeto de pesquisa acima mencionado, mediante entrevista individual, em que serão registradas algumas informações.

O principal objetivo da pesquisa é estudar as residências secundárias rurais e sua relação com o espaço dos municípios de Itaara e Restinga Seca - RS.

Sua identidade será mantida em caráter confidencial. Igualmente, fica assegurada a liberdade de optar pelo ingresso e continuidade no estudo, bem como a opção pela desistência, a qualquer momento, sem que sua tomada de decisão incorra em prejuízo a você.

Os resultados da pesquisa serão mencionados em publicações científicas, vinculadas à área de conhecimento que deu origem ao projeto e/ou em outras modalidades de comunicação como em congressos e eventos, de forma a socializar a informação.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES



**QUESTIONÁRIO PARA OS
PROPRIETÁRIOS/OCUPANTES DE RESIDÊNCIAS
SECUNDÁRIAS DE ITAARA E RESTINGA SECA/RS**

**BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO**

Número do Questionário: _____

Nome do Entrevistado: _____

Data de realização da pesquisa: ____/____/____

Local (Município): _____

Telefone para Contato: _____

BLOCO II: PERFIL SOCIOECONÔMICO DA FAMÍLIA

Nome	Idade	Parentesco	Sexo	Estado Civil	Nível de Instrução	Ocupação	Renda	Município de Origem
		-						

BLOCO III: CARACTERIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA**01. Qual o tipo de construção?**

01. () Alvenaria

03. () Mista

02. () Madeira

04. () Outro(s). Especificar: _____

02. A residência secundária é?

01. () Própria

04. () Alugada

02. () Emprestada

05. () De parentes que encontram-se no local

03. () Outro(s). Especificar: _____

03. Ha quantos anos foi construída?

04. Quais são os gastos efetuados com a residência secundária anualmente?

01. () Manutenção e Impostos. Quanto em Manutenção (R\$)?____ Quanto em Impostos (R\$)?____
02. () Recuperação e/ou Ampliação. Quanto (R\$)?_____
03. () Somente Aluguel
04. () Nenhum

BLOCO IV: CARACTERIZAÇÃO DOS GASTOS DURANTE SUA PERMANÊNCIA**05. Qual é o valor gasto durante a permanência na localidade?_____****06. Em que gastou mais?**

01. () Alimentação→ **Se assinalou esta responder a próxima questão**
02. () Transporte
03. () Outro(s). Especificar: _____

07. A compra de alimentos foi feita onde?

01. () No município de origem
02. () No município onde está situada a segunda residência

08. Quanto ao gasto da viagem o senhor (a) considera que ele foi?

01. () Elevado
02. () Médio
03. () Baixo

BLOCO V: CARACTERIZAÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO**09. Qual é o objetivo da viagem?**

01. () Descanso
02. () Lazer
03. () Saúde
04. () Outra(s). Qual(is)?_____

10. Já visitou o local anteriormente?

01. () Sim
02. () Não

11. Qual o meio de transporte utilizado para chegar a localidade?

01. () Carro Próprio
02. () Ônibus de linha
03. () Microônibus

12. Qual será o período de permanência na localidade?

01. () Menos de 1 dia
02. () De 1 a 6 dias
03. () De 1 a 2 semanas
04. () Mais de 2 semanas a 1 mês
05. () Mais de 1 mês

13. Em que meses costuma deslocar-se até esta residência?

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Novembro	Dezembro								

BLOCO VI: INFRA-ESTRUTURA LOCAL**14. O que considera a(s) maior(es) deficiência(s)/problemática(s) existente(s) na localidade?**

01. () Saneamento básico
 02. () Energia elétrica
 03. () Água encanada
 04. () Transporte, estradas e/ou distância
 05. () Telefonia fixa ou móvel
 06. () Coleta de lixo
 07. () Nenhuma dificuldade
 08. () Outra(s). Qual(is)? _____

15. Existem melhorias públicas na localidade?

01. () Sim
 02. () Não

16. Qual(is) a(s) sua visão quanto as melhoria(s) na localidade?

01. () Boas
 02. () Adequadas
 03. () Inexistentes
 04. () Outra. Qual? _____

17. Qual a sua opinião quanto aos locais de lazer?

01. () Bons
 02. () Regulares
 03. () Péssimos
 04. () Outra(s). Qual(is)? _____

18. Qual a sua opinião quanto ao saneamento básico local?

01. () Bom
 02. () Regular
 03. () Péssimo
 04. () Outra(s). Qual(is)? _____

19. Qual a periodicidade da coleta de lixo no local?

01. () Todos os dias
 02. () A cada 2 dias
 03. () A cada 3 dias
 04. () Uma vez por semana,
 05. () A cada 15 dias

20. Como considera a freqüência da coleta de lixo no local?

01. () Boa
 02. () Regular
 03. () Péssima
 04. () Outra(s). Qual(is)? _____

21. A distribuição de energia elétrica atende as necessidades?

01. () Sim
 02. () Não → Por quê? _____

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM A COMUNIDADE



ENTREVISTA COM PESSOAS DA COMUNIDADE
DOS MUNICÍPIOS DE ITAARA E RESTINGA
SECA/RS - RS

**BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Entrevistado: _____

Ocupação: _____

Data de realização da entrevista: ____/____/____

Local (Município): _____

Telefone para contato: _____

BLOCO II: RELAÇÕES DA COMUNIDADE COM AS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS E COM OS TURISTAS ADVINDOS DA EXISTÊNCIA DAS MESMAS

01. Onde estão localizadas as residências secundárias e o que influencia a localização das mesmas?
02. Quais são as características existentes nas áreas que definem a existência de residências secundárias no município?
03. Na sua opinião, as residências secundárias existentes no município tem alterado o cotidiano e a organização local?
04. Quais são as características dos indivíduos e/ou famílias que possuem residências secundárias no município? (Por exemplo: Origem, classe social, etc.)
05. Qual é o tempo de permanência e os principais problemas/benefícios ocasionados pelo fluxo de indivíduos de residência secundária no município?
06. São gerados empregos diretos e indiretos por este tipo de turismo?
07. Existem melhorias (sobretudo financeiras) nos períodos em que se dá o fluxo de turistas para as residências secundárias? Caso houvesse uma expansão das mesmas você considera que traria benefícios para a comunidade?
08. Existem ações que o poder público tem tomado em função da existência das residências secundárias no município? Quais?

APÊNDICE F - ENTREVISTA COM A INICIATIVA PRIVADA



ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA INICIATIVA
PRIVADA DOS MUNICÍPIOS DE ITAARA E RESTINGA
SECA/RS

**BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Entrevistado: _____

Estabelecimento: _____

Data de realização da entrevista: ____/____/____

Local (Município): _____

Telefone para contato: _____

BLOCO II: VISÃO, RELAÇÃO E ATUAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

01. Quais são os principais produtos e/ou serviços ofertados pelo estabelecimento?
02. Existe uma perspectiva de expansão ou redução do estabelecimento e/ou dos serviços ou produtos ofertados? Até o presente momento o montante auferido é satisfatório?
03. O empreendimento atua o ano todo ou apenas em determinado período? Qual(is)?
04. Quais as características dos indivíduos e/ou famílias que possuem residências secundárias na localidade?
05. Qual é a importância das residências secundárias para o seu estabelecimento? Existe consumo de produtos/serviços do seu estabelecimento? Quais?
06. Quais são, em média, as receitas provenientes desses indivíduos que deslocam-se a localidade em função das residências secundárias? Em que períodos do ano?
07. Quais seriam os problemas/benefícios caso fossem retiradas ou ampliadas as residências secundárias na localidade?
08. Qual é a relação das residências secundárias do município com a vida da localidade?

09. Qual é o tempo de permanência e os principais problemas/benefícios pelo fluxo de pessoas nas residências secundárias no município?

10. O senhor(a) saberia informar quantos postos de trabalho são gerados no estabelecimento em função da presença de turistas de residência secundária? Os trabalhadores eventualmente contratados são pessoas da localidade? Em que atividade trabalham e qual o valor pago pela execução do trabalho?

11. Qual é a perspectiva de postos de trabalho indiretos gerados por este tipo de turismo? Estes postos destinam-se a pessoas do local ou externas?

12. Quais são as ações do setor público que foram e/ou tem sido tomadas em relação as residências secundárias no município?

BLOCO III: RECEITA AUFERIDA EM FUNÇÃO DAS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS

13. O senhor poderia informar qual é a receita média auferida mensalmente pelo estabelecimento?

14. O senhor verifica o consumo de produtos/serviços de seu estabelecimento em função da presença das residências secundárias?

15. Quais são os produtos/serviços consumidos do seu estabelecimento?

16. Existe variação nos rendimentos auferidos pelo estabelecimento em função das residências secundárias? Se existe, qual é a quantia?

17. Quais são os meses de menor e de maior fluxo turístico? Qual é a variação percentual da receita?

18. Qual é o produto e/ou serviço de maior relevância na receita auferida em função da presença de residências secundárias? Qual é o montante líquido?

APÊNDICE G - ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO



ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DO PODER
PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DE ITAARA E RESTINGA
SECA/RS



BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

Cargo ocupado: _____

Data de realização da entrevista: ____/____/____

Local (Município): _____

Telefone para contato: _____

BLOCO II: VISÃO, REALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO TOCANTE AS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS E SEU ENTORNO

01. Onde estão localizadas as residências secundárias?

02. Qual o perfil socioeconômico dos indivíduos e/ou famílias que possuem residências secundárias no município?

03. Quais são as características existentes nas áreas que proporcionam a existência de residências secundárias no município?

04. Que fatores influenciam a localização/instalação de residências secundárias?

05. Como as residências secundárias relacionam-se com os núcleos urbanos/rurais próximos em termos de fluxo de pessoas, de recursos e de serviços?

06. As residências secundárias existentes no município tem alterado a organização e dinâmica do município?

07. Qual é o tempo de permanência e os principais problemas/benefícios ocasionados pelos indivíduos que compõem o fluxo de residência secundária no município?

08. Há conflitos e/ou interesse quanto a presença desses turistas de residência secundária?

09. Qual é a perspectiva de geração de postos de trabalho diretos e indiretos por este tipo de turismo?

10. Qual é a arrecadação (se não houver como informar exatamente o montante utilizar estimativa) do município com estas residências secundárias (tanto em tributos municipais quanto em arrecadação de ICMS)?

11. Quais são as ações públicas que foram e/ou tem sido tomadas quanto as residências secundárias no município?

BLOCO III: PERCEPÇÕES E AÇÕES DO PODER PÚBLICO FRENTE AOS POSSÍVEIS IMPACTOS GERADOS PELAS RESIDÊNCIAS SECUNDÁRIAS

12. Dentre os elementos positivos e negativos abaixo, quais deles o poder público considera estarem presentes em seu espaço em função da existência de residências secundárias e como o mesmo vem atuando frente a estes elementos?

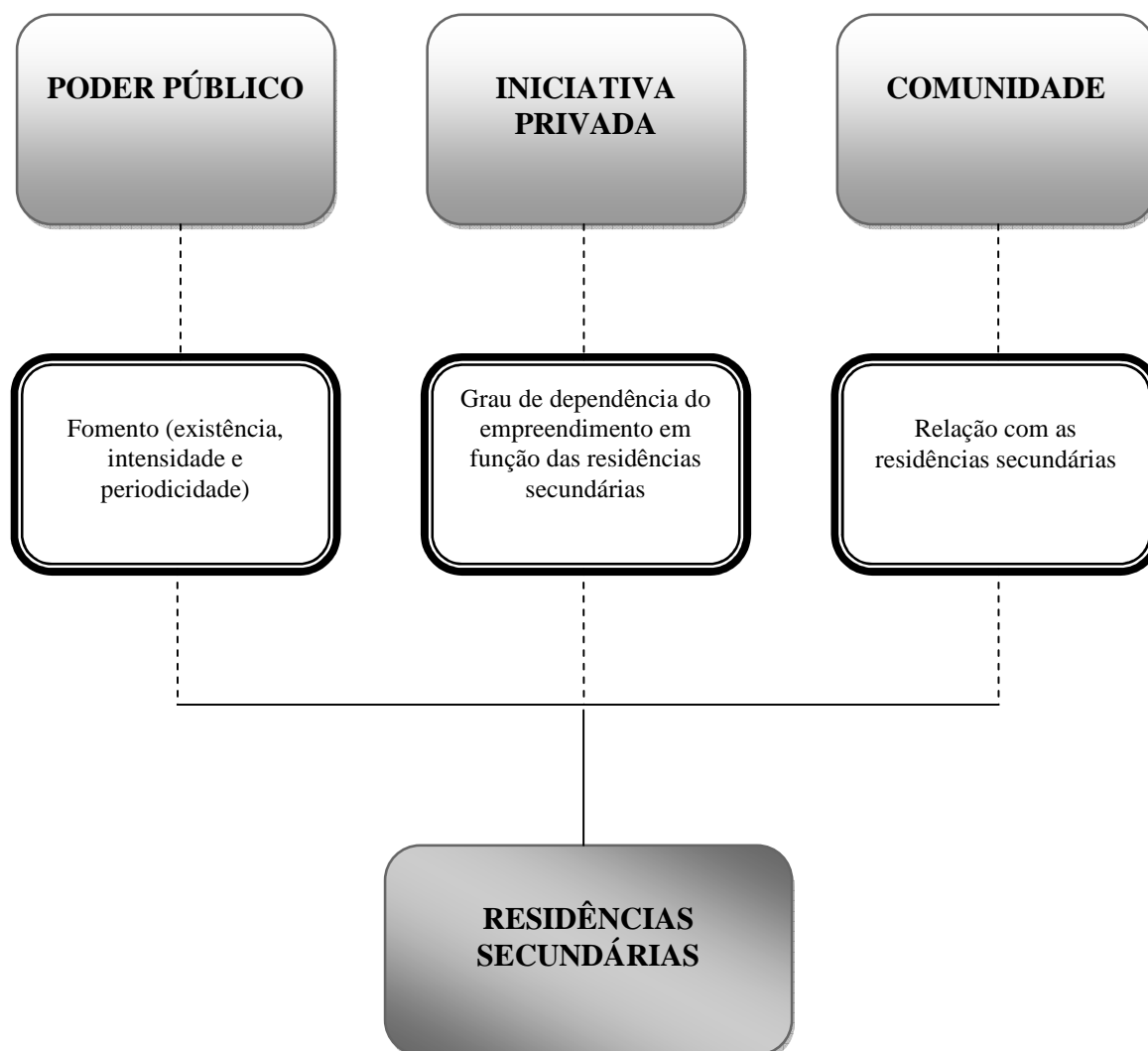
POSITIVOS	NEGATIVOS
Complemento de renda aos agricultores	Diminuição da área agrícola e florestal
Valorização dos recursos naturais do ambiente	Degradação ambiental
Revitalização de áreas "deprimidas" e/ou com escassa produção agropecuária direta e ou indiretamente	Urbanização e pressão sobre espaços de importante valor ambiental
Aumento de fluxos financeiros	Alteração no ambiente de descanso
Investimentos imobiliários	Especulação imobiliária
Reforços empresariais	Possibilidade de segregação residencial
Geração de empregos diretos e indiretos	Remoção de habitantes locais
Desenvolvimento de comércio e serviços	Descontrole urbanístico
Valorização de hábitos e costumes locais	Alteração em hábitos e costumes locais
Ampliação do planejamento das áreas	Aumento da violência
Melhoria do ordenamento do espaço	Maior insegurança
Atração de famílias com elevada capacidade econômica e inferência cultural	Saturação das infra-estruturas de saneamento básico
Ampliação de rede elétrica e do saneamento básico	Sobrecarga da rede elétrica em épocas de grande fluxo de pessoas
Expansão ainda que modesta, dos núcleos urbanos rurais	Impactos visuais negativos por ações discordantes com o meio
Melhoras nos equipamentos desportivos e recreativos	Níveis mais elevados de esforços na conformação do ordenamento do espaço
Ampliação da infra-estrutura local e de apoio ao lazer	Inferência sobre casas e espaços que conformam-se em patrimônios locais
Renovação e/ou recuperação das habitações existentes nesses espaços	Degradação de tipologias de residências tradicionais

Geração de emprego no setor da construção civil	Introdução de usos e tipologias próprias de zonas urbanas e industriais
Atração de “minicapitais” das áreas industriais ou urbanas	Desajustes da gestão e organização municipal
Avanços na execução de obras e manejo de resíduos	Proliferação de depósitos de objetos incontrolados
Aumento da oferta de serviços (tanto público quanto privados) no local	Ampliação dos custos com encargos e infraestrutura (recolha e tratamento de lixo, limpeza das ruas, policiamento, etc.)
Valorização das construções e tipologias	
Recuperação do patrimônio imobiliário	

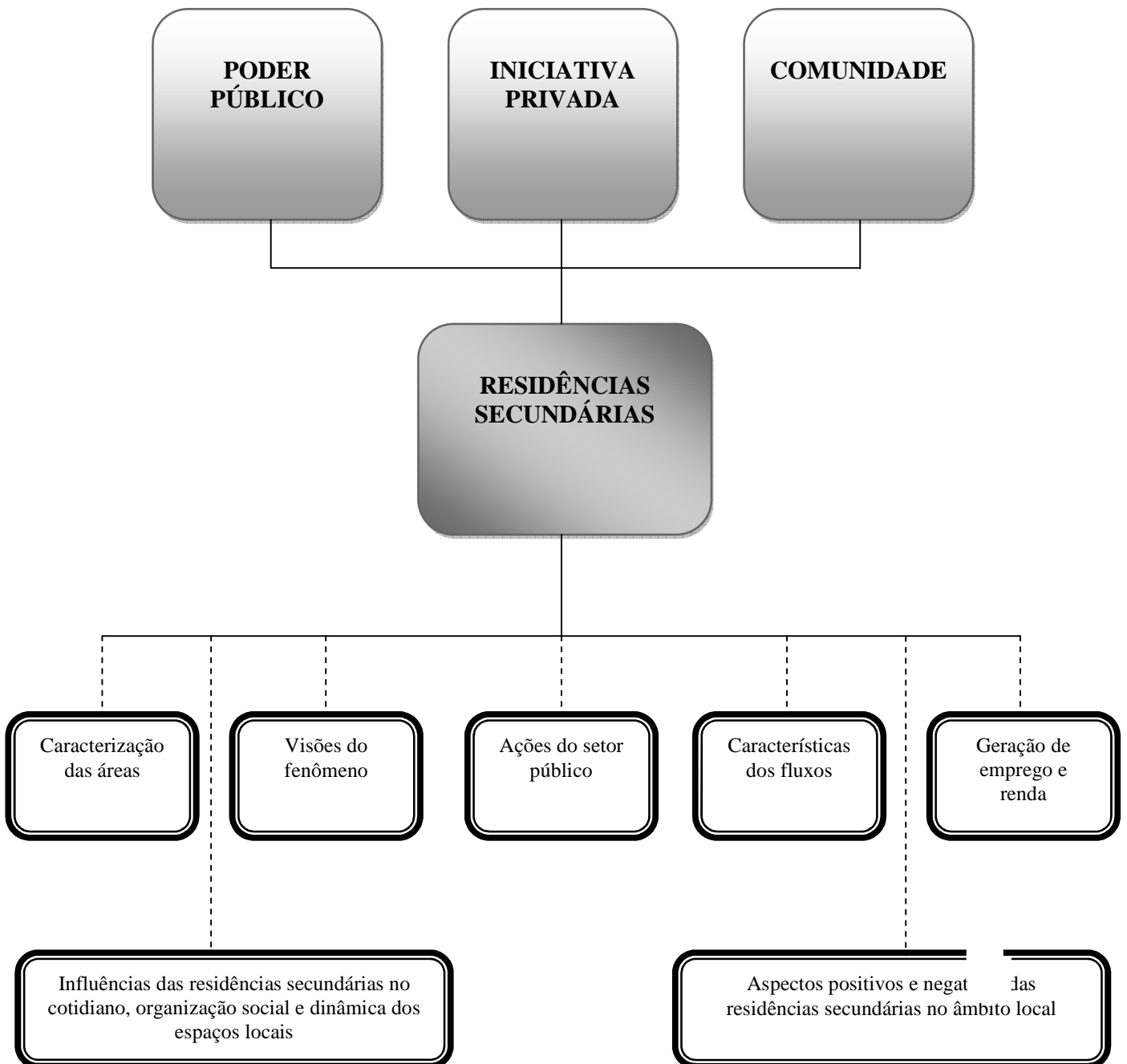
Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.²⁶

²⁶ A presente tabela contou com a organização, adaptação e ampliação de elementos abordados nas obras de Tulik (2001), Sampaio (2000), Solsona (1999) apud Martínez; Monzonís (s/d) dentre outras obras consultadas, juntamente com outros elementos inseridos pelo autor.

APÊNDICE H - CATEGORIAS DE ANÁLISE ESPECÍFICAS A COMUNIDADE, A INICIATIVA PRIVADA E AO PODER PÚBLICO



APÊNDICE I - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA A COMUNIDADE, INICIATIVA PRIVADA E PODER PÚBLICO



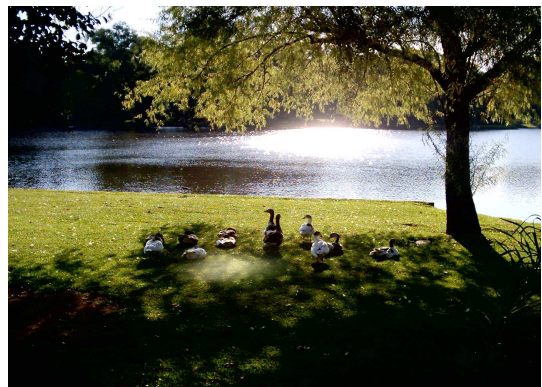
ANEXOS

ANEXO A - IMAGENS DE ITAARA



Dicotomia Antigo X Recente visualizado nas fachadas de residências no Espaço Rural

Fonte: Trabalho de Campo (2008).



Área de recreação em Itaara

Fonte: Trabalho de campo (2008).

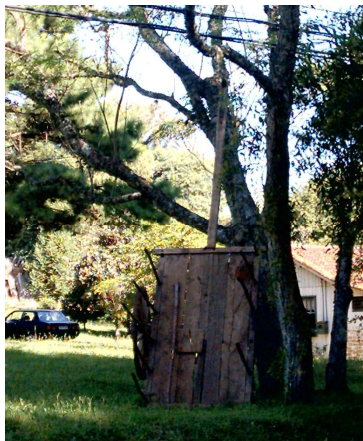


Imagem do Rural

Fonte: Trabalho de campo (2008).



Residência Secundária

Fonte: Trabalho de campo (2008).

ANEXO B - IMAGENS DE RESTINGA SECA



Área de banho no rio Vacacaí-Grande

Fonte: Trabalho de campo (2008).

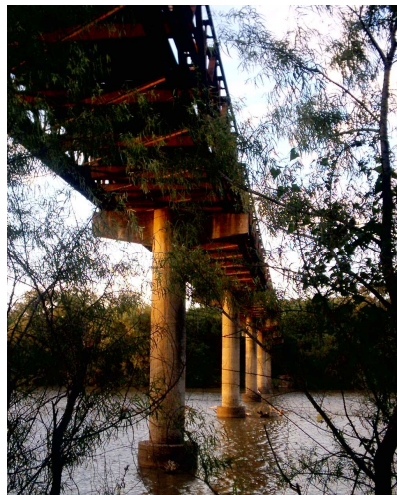


Residências Secundárias

Fonte: Trabalho de campo (2008).



Portal de entrada da área de banho
Fonte: Trabalho de campo (2008).



Ponte sobre o rio Vacacaí-Grande
Fonte: Trabalho de campo (2008).